

ANTÓNIO LUÍS ROSADO

POLÍTICAS SOCIAIS E DE REINserÇÃO: ESTUDO DE
CASO

ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE OLHÃO



UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE ECONOMIA

2022

ANTÓNIO LUÍS ROSADO

**POLÍTICAS SOCIAIS E DE REINSERÇÃO: ESTUDO DE
CASO.**

ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE OLHÃO

Dissertação de Mestrado em Sociologia

**Trabalho efetuado sob a orientação de:
Professor Doutor João Eduardo Rodrigues Martins**



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE ECONOMIA

2022

POLÍTICAS SOCIAIS E DE REINSERÇÃO: ESTUDO DE CASO.

ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE OLHÃO

Declaração de Autoria

Declaro ser o(a) autor(a) deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

António Luís Rosado

(assinatura)

© Copyright: António Luís Rosado

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

A presente dissertação de mestrado dificilmente iria chegar a bom porto sem o precioso apoio de algumas pessoas.

Em primeiro lugar, não posso deixar de agradecer ao meu orientador, Professor Doutor João Eduardo Rodrigues Martins, por toda a paciência, disponibilidade e sentido prático com que sempre me orientou neste trabalho. Muito obrigado por me ter corrigido quando necessário sem nunca me desmotivar.

Quero também agradecer ao meu colega de Mestrado Flávio Aleixo, cujo apoio, paciência, motivação e amizade sempre manteve em todos os momentos.

Também o meu profundo e sentido agradecimento a todas as pessoas que contribuíram para a concretização desta dissertação, estimulando-me intelectual e emocionalmente.

Por último, mas certamente o mais importante, à minha família, amigos e colegas de trabalho, especialmente à Eduarda e à Iara pelo apoio incondicional que me deram nos momentos mais difíceis durante a elaboração deste trabalho.

“É muito melhor lançar-se em busca de conquistas grandiosas, mesmo expondo-se ao fracasso, do que alinhar-se com os pobres de espírito, que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem numa penumbra cinzenta, onde não conhecem nem vitória, nem derrota” (Theodore Roosevelt)

Resumo

Este trabalho aborda o problema da reinserção de ex-reclusos do Estabelecimento Prisional de Olhão. O principal objetivo foi analisar as políticas sociais e de reinserção nesse estabelecimento prisional.

A investigação empírica assentou num estudo de caso e foram realizadas 10 entrevistas semiestruturadas a reclusos de modo a analisar-se as suas características sociodemográficas, o contexto familiar, a escola e o trajeto escolar, as experiências no mundo do trabalho, as vivências da reclusão e, por fim, a questão da reinserção social.

Tentámos compreender os caminhos que levaram à prisão, as perspetivas dos reclusos face à sua estadia no estabelecimento prisional e os processos de reinserção social, captados estes também a partir das perspetivas dos reclusos.

Os resultados permitem dizer quanto aos processos e dinâmicas de reinserção social, que os reclusos entrevistados manifestam nos seus discursos uma forte dificuldade na transição da vida da prisão para o mundo exterior. Do mundo “lá dentro” para o mundo “cá fora”, sendo que quanto maior o tempo passado na prisão em decorrência do tipo de pena, mais difícil se torna a reintegração na sociedade.

São identificadas as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, o rompimento dos laços familiares como algo que agrava as dificuldades de reinserção social, a estigmatização associada à condição de “ex-recluso” geradora de discriminação social e ainda um Estado Social deficitário no apoio social à reintegração social dos reclusos, quer seja pelas faltas no apoio ao acesso à habitação quando necessária, aos apoios à integração no mercado de trabalho, ao acesso ao apoio psicológico ou ainda no acesso aos apoios sociais, percebidos estes como insuficientes para levar uma existência condigna no mundo social fora da instituição total onde estiveram envolvidos e encarcerados.

Palavras-chave: políticas sociais, reinserção, reclusão, estabelecimento prisional

Abstract

This work addresses the problem of reinsertion of inmates in Olhão's Prison. The main objective was to analyse the social and reinsertion policies in this prison.

The empirical investigation was based on a case study and 10 semi-structured interviews were carried out with inmates in order to analyse their sociodemographic characteristics, family context, school and school trajectory,

experiences in the world of work, reclusion experiences and, finally, the question of social reintegration.

We tried to understand the paths that led to the prison, the inmates' perspectives regarding their stay in the prison and the processes of social reintegration, also captured from the inmates' perspectives.

The results allow us to say as for the processes and dynamics of social reintegration, that the interviewed inmates manifest in their speeches a strong difficulty in the transition from prison life to the outside world. From the world "inside" to the world "out there", and the longer the time spent in prison as a result of the type of sentence, the more difficult becomes for them to reintegrate into society.

Difficulties entering the labor market are identified, as well as the disruption of family ties as something that aggravates the difficulties of social reintegration, the stigmatization associated with the condition of "ex-prisoner" that generates social discrimination and a Social State deficient in social support to the social reintegration of inmates, whether due to the lack of support for access to housing when necessary, support for integration into the labor market, access to psychological support or even access to social supports, which are perceived as insufficient to lead a dignified existence in the social world outside the total institution where they were involved and incarcerated.

Keywords: social policies, reinsertion, incarceration, prison establishment

Índice

Resumo.....	v
Abstrac.....	vi
Índice de Figuras.....	ix
Índice de Tabelas	ix
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	x

Capítulo 1. INTRODUÇÃO.....	1
------------------------------------	----------

Capítulo 2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
--	----------

1. Do Estado Social ao Estado Penal: As prisões da miséria.....	4
1.1.A prisão como extensão do bairro.....	4
1.2. O papel do Estado e as políticas de penalização da miséria	6
2. O sistema prisional como instituição total.....	8
2.1.O conceito de instituição total.....	9
2.2. As prisões como instituições totais	10
2.3. Vigiar e punir: A prisão como panopticum.....	14
3. Rotulagem e estigma	17
3.1.A teoria da rotulagem.....	17
3.2.O estigma e a sua conceptualização	20
3.3.A prisionação	23
4. O interacionismo simbólico e a teoria da aprendizagem social	28
4.1. Aprendizagem por observação	33
4.2. Reforço Intrínseco	34
4.3. Processo de Modelagem.....	34
4.4. O papel da Cognição	36
5. Modelo de análise.....	37

Capítulo 3. METODOLOGIA	40
--------------------------------------	-----------

1.Caracterização da Unidade Orgânica Estabelecimento Prisional de Olhão	40
2. Estratégia metodológica da investigação	44
2.1. Estudo de caso.....	45
3. Instrumento de recolha de dados	47

4.	População alvo e a constituição da amostra.....	47
5.	Técnica de análise dos dados	48

Capítulo 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	53
Bloco I - Características socio demográficas.....	52
Bloco II – Contexto e trajetória familiar	54
Bloco III – Escola e trajeto escolar	57
Bloco IV – Experiências e trajetórias no mundo do trabalho	61
Bloco V – Trajetórias e vivências da reclusão	63
Bloco VI – A reinserção social	69

Capítulo 5. CONCLUSÕES	76
------------------------------	----

BIBLIOGRAFIA	79
---------------------------	-----------

ANEXOS

Anexo 1 Guião de Entrevista – Reclusos.....	89
Anexo 2 Protocolo de consentimento informado - Entrevista Semiestruturada.....	93
Anexo 3 Resumo Entrevistas.....	94
Anexo 4 Pedido de autorização.....	121

Índice de Figuras

Figura 2.1 - Sistema prisional chamado <i>panopticum</i>	14
Figura 4.1 - Condições necessárias para o processo de Modelagem de Comportamento de Bandura	35
Figura 5.1 – Modelo de Análise	38

Índice de Tabelas

Tabela 3.1 - Resumo dos elementos e escolhas do Projeto de Pesquisa.....	46
Tabela 4.1 – Características da amostra.....	52
Tabela 4.2 – Profissão e habilitações dos pais e mães do ex-reclusos.....	53

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

CP - Código Penal

DGRSP - Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

EP – Estabelecimento Prisional

IT - Instituição Total

POA - Permanência Obrigatória no Alojamento

RAE - Regime Aberto no Exterior

RAI - Regime Aberto no Interior

TIS - Teoria da Interação Simbólica

TAS - Teoria da Aprendizagem Social

TDR - Teoria da Rotulagem

Capítulo 1. INTRODUÇÃO

A prisão, segundo Goffman (1974), é uma instituição total (IT) e que, concretamente, se traduz num

espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar físico onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído. (Foucault, 1999, p. 221)

Ou seja, as prisões são instituições completas, circunscritas e seladas, onde o recluso, privado da sua liberdade, fica confinado a uma situação de vulnerabilidade e afastado do convívio social, ocorrendo uma rutura de laços no âmbito social, familiar e laboral/profissional, acompanhado de abstinência sexual e de um controlo sobre todos os seus horários (Rosa, 2018).

Afastado da sociedade e confinado a uma cela, quase toda a vida do recluso é gerida pela prisão, pelo que a sua movimentação e qualquer outra atividade está confinada a determinados espaços da instituição (cela, pátio e outros espaços de lazer como a biblioteca), bem como a horários e regras:

o recluso permanece inteiramente envolvido pela administração da instituição total, fechado em um ambiente do qual não possui o direito de sair, dormindo, comendo, trabalhando e se divertindo em conjunto com outras pessoas que permanecem na mesma condição que ele, todos controlados pela administração da instituição. [...] [São] fatores que possuem efeitos devastadores na personalidade do recluso. (Rosa, 2018, p. 164)

Como vimos, os estabelecimentos prisionais constituem-se instituições onde o recluso se encontra numa situação de dependência, com possíveis consequências na saúde mental do indivíduo. Contudo, ainda que esta seja uma situação nefasta, as sociedades ainda não encontraram modelo melhor no que concerne à punição e à proteção da população de determinados crimes, nomeadamente os vistos como mais graves (Foucault, 1999).

É consensual que o tempo que o recluso passa na prisão deve servir também para prevenir comportamentos delinquentes no futuro, ao se promover a mudança no sentido da adoção de uma nova conduta e comportamentos, aceites socialmente, de modo a que o indivíduo possa ter uma vida em liberdade sem prejudicar a dos demais. Contudo, segundo Gomes (2008), “a criminologia tem revelado que a prisão não só produz efeitos negativos ao nível de dessocialização, como também cria problemas posteriores aquando o regresso dos reclusos à comunidade” (p. 8) e por isso mesmo, é importante que as prisões se revejam e desenvolvam melhores e mais práticas e medidas educativas em direção à reinserção social.

Ora, o tempo de reclusão deve servir para a reflexão para a mudança, indo-se além das premissas básicas de prevenção e punição do comportamento criminoso, esperando-se assim, que depois da reclusão, o indivíduo não volte a cometer algum crime. Para a consumação dessas premissas é necessário que as prisões desenvolvam atividades e ações que trabalhem e promovam a mudança de pensamento e de comportamento do recluso. Nesse sentido, a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) tem trabalhado visando a reinserção social, nomeadamente através de programas de ensino e formação profissional, entre outras iniciativas de carácter cultural e desportivo, pois os estabelecimentos prisionais portugueses agregam diversos serviços que têm a finalidade de apoiar a ressocialização do recluso.

Depois de explicitado o tema a investigar, importa esclarecer que este trabalho aborda o problema da reinserção de reclusos do Estabelecimento Prisional de Olhão. O principal objetivo foi analisar as políticas sociais e de reinserção nesse estabelecimento prisional, contando para isso com a realização de 10 entrevistas a reclusos desse estabelecimento prisional.

Para esta investigação, organizou-se o trabalho em 5 capítulos, sendo que depois da presente introdução se segue o enquadramento teórico, no qual se abordam conceitos e problemáticas como extensão do bairro, o sistema prisional como instituição total, a prisão como *panopticum*, a rotulagem e o estigma, a prisionização e o interacionismo simbólico e a teoria da aprendizagem social.

No terceiro capítulo, sobre a metodologia, detalha-se a estratégia metodológica da investigação, o instrumento de recolha de dados utilizado, a amostra e a técnica de análise dos dados.

Posteriormente, no quarto capítulo, apresentam-se os resultados e faz-se a discussão dos mesmos, confrontando-os com resultados de outros estudos já realizados.

Termina-se com as conclusões, algumas pistas de investigação futura e a lista de bibliografia consultada.

Capítulo 2. Enquadramento Teórico

1. Do Estado Social ao Estado Penal: As prisões da miséria

1.1.A prisão como extensão do bairro

Neste ponto exploramos o tema relacionado com as condutas e dinâmicas sociais vivenciadas em ambiente de bairro que se transportam, em muitos casos, para o ambiente dentro da prisão.

Manuela Ivone Cunha desenvolveu uma investigação etnográfica no estabelecimento prisional de Tires em dois distintos momentos, separados por uma década, nos anos de 1987 e 1997 (Cunha, 2002). O trabalho desenvolvido pela autora demonstrou uma clara alteração da população do estabelecimento prisional que investigou, marcada pelas políticas criminais de drogas e por uma clara subida da quantidade de reclusas que se incluía nos segmentos de empregos precários, instáveis e de baixa remuneração em combinação com um reduzido nível de escolaridade. As reclusas eram também na sua maioria solteiras, com filhos, devido a divórcios e separações, e vindas em grande parte das áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa (Cunha, 2002).

Torna-se relevante mencionar estes dados relativos ao estudo, pois demonstraram que a grande maioria da população dos estabelecimentos prisionais parece ser de origem de zonas de “barracas, bairros de realojamento, bairros sociais suburbanos” (Fernandes & Silva, 2009), zonas marcadas por fortes níveis de pobreza. Fernandes e Silva (2009) referem, por exemplo, os bairros de Lisboa, Porto e Setúbal, comumente ligados a manchetes de jornal, ligadas à apreensão de droga, referindo que o estudo de Manuela Ivone Cunha demonstrou que 90 % das reclusas vinha de um destes locais, apelidados de “hipermercados de droga” ou “zonas de toxicodependência”.

Cunha (2002), em jeito de síntese do exercício analítico do seu trabalho de campo no estabelecimento prisional, refere:

Se a droga parece assim constituir um facto de uniformização do perfil penal desta população, o perfil sociológico também se homogeneizou e, no mesmo movimento, se desclassificou. Este nivelamento por baixo pode ser descrito, noutros termos, como uma pauperização genérica e em cadeia, abrangendo

capitais económicos, sociais, escolares (e simbólicos, como se verá), e traduzir-se-á em trajetórias de vida com ressonâncias quase dickensianas. A precaridade, a instabilidade e a informalidade são, em vários registos, outros avatares desta convergência. (p. 33)

A convergência de que a autora fala leva-nos ao presente tema, do argumento de que os estabelecimentos prisionais são muitas vezes extensões do bairro.

Cunha (2004) refere mesmo claras relações de parentesco e vicinalidade, mencionando que: “A geografia da reclusão tornou-se extraordinariamente previsível e monótona, sendo muito reduzido o leque de topónimos que situa as origens residenciais dos atuais habitantes das cadeias. Esse leque é o dos bairros mais precarizados das grandes áreas metropolitanas” (p. 3).

Relativamente ao Estabelecimento Prisional de Tires, a autora refere que são várias as reclusas com grau de parentesco entre si, ou que são amigas ou vizinhas, com uma clara relação anterior à encarceração e que, refere, provavelmente se manterá após a saída da prisão (Cunha, 2004). Estes factos traduzem-se numa presente dinâmica de bairro dentro da prisão, dado que os problemas e particularidades das vidas de umas e outras são interconhecidas (David, 2015).

David (2015) afirma, ao referir-se a Cunha (2004), que tendo em conta estes factos se torna mais difícil o corte intra e extramuros, mantendo-se uma identidade pessoal e social, visto que o tempo na prisão é passado, pelo menos em parte, com pessoas próximas, conhecidas do exterior.

Cunha (2004), quanto a este facto, acrescenta que se gerou nos bairros:

“[...] uma espécie de circuito prisional em que os estatutos de preso e de visitante são deslizantes, quase intermutáveis, uma vez que uma mesma pessoa passa de um para outro em diferentes momentos. A prisão é, portanto, uma realidade já muito presente antes da reclusão, o bairro incorporou já a prisão no seu quotidiano. Assim banalizada e normalizada, a prisão viu erodir-se a fronteira simbólica que antes representava.” (p. 7)

Como refere David (2015), o estigma existente mesmo antes da prisão, existe no bairro.

1.2. O papel do Estado e as políticas de penalização da miséria

No início dos anos 1990, o prefeito Rudolph Giuliani lançou uma campanha de tolerância zero destinada a desordens de rua e pequenos delinquentes. A cidade de Nova Iorque tornou-se uma vitrine planetária para uma abordagem agressiva da aplicação da lei que, apesar dos seus custos extravagantes e da ausência de conexão com a diminuição da criminalidade, passou a ser admirada e imitada por outras cidades dos Estados Unidos, Europa Ocidental e América Latina.

Neste sentido, Loïc Wacquant (2009) acompanha a incubação e internacionalização dos *slogans*, teorias e medidas que compõem esse novo “senso comum” punitivo, criado para conter a crescente desigualdade e marginalidade urbana na metrópole. O autor descobre que uma rede de *think tanks*¹ conservadores da era Reagan (liderados pelo Manhattan Institute) se uniu para desmantelar o estado de bem-estar social e, com efeito, criminalizar a pobreza. O autor rastreia a sua importação e exportação por meio da comunicação social e dos institutos de políticas pró-mercado que se espalharam pela União Europeia, particularmente na Grã-Bretanha de Tony Blair. No fundo, Wacquant (2009) revela como o consenso de Washington sobre desregulamentação económica e redução do bem-estar foi estendido para abranger o controlo punitivo do crime porque a mão invisível do mercado necessita e convoca o punho de ferro do Estado penal.

O que acontece é que há uma ascensão do Estado penal nos Estados Unidos e em outras sociedades desenvolvidas, como resposta à crescente insegurança social, não à insegurança criminal, e as mudanças nas políticas de bem-estar e justiça estão interligadas, à medida que o "trabalho social" restritivo e a "prisão" expansiva são acoplados numa única “engenhoca” organizacional para disciplinar as frações precárias da classe trabalhadora pós-industrial.

Importa aqui refletir sobre as implicações teóricas desse diagnóstico do emergente governo da insegurança social. Wacquant (2009) aplica o conceito de "campo burocrático" de Bourdieu para rever a tese clássica de Piven e Cloward sobre a regulação da pobreza via assistência pública e aborda o modelo de penalização como técnica de gestão da marginalidade urbana à visão de Michel Foucault da "sociedade disciplinar".

¹ Trata-se de instituição ou grupo de especialistas de natureza investigativa que refletem sobre assuntos de política social, estratégia política, economia, assuntos militares, de tecnologia ou de cultura.

Também é feita referência ao relato de David Garland sobre a "cultura de controlo" e a caracterização de David Harvey da política neoliberal. Contra a ténue conceção económica do neoliberalismo como regra de mercado, propõe uma especificação sociológica densa que envolve trabalho de supervisão, um estado penal proactivo e cultural de "responsabilidade individual". Isso sugere que se deve teorizar a prisão não como um implemento técnico para a aplicação da lei, mas como uma capacidade política central cuja implantação seletiva e agressiva nas regiões inferiores do espaço social viola os ideais de cidadania democrática.

A par disto, Pinto (2016), na sua obra *Estado, Pobreza e Punição* segue o modelo analítico de Loic Wacquant. O autor faz um exercício de reflexão sociológica sobre a intervenção do Estado na região do espaço social marcada pelo forte peso da dominação, procurando objetivar vertentes punitivas daquela ação. A análise de Pinto (2016) aqui apresentada traduz a opção pela interseção de duas linhas reflexivas, uma orientada pela produção teórica sociológica vinculada a quadros analíticos e observações conducentes à compreensão daquela intervenção estatal e outra pelo contributo analítico do cientista social francês Loic Wacquant, com produção de conhecimentos sociológicos estáveis acerca desse problema científico.

A par de tudo isto, Pinto (2016) desenvolveu um trabalho de acompanhamento das atividades no âmbito da jurisdição penal da Delegação Regional do Norte, da Direcção-Geral de Reinserção Social, que deu origem à Direcção Geral Reinserção e Serviços Prisionais, DGRSP. A incursão nesta instituição permitiu objetivar dinâmicas contraditórias das políticas de reinserção social e o crescimento da aplicação de penas e medidas não privativas de liberdade cuja execução é assegurada pela instituição, visando discernir o contributo deste caso do campo burocrático para a especificação conceptual e empírica do modelo wacquantiano, mediante a evolução sociopolítica portuguesa.

Neste sentido, a pena de prisão deve ser utilizada com o fim último da ressocialização do recluso e não da intimidação (Gomes, 2010) e segundo o n.º 1, do artigo 42.º do Código Penal (CP), a execução da pena de prisão serve a defesa da sociedade e previne a prática de crimes, devendo “orientar-se no sentido da reintegração social do recluso, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes”.

Contudo, as nossas prisões apresentam alguns problemas que dificultam o alcance daquele que se considera o objetivo da pena: a ressocialização do indivíduo. A sobrelotação, por exemplo, é um problema de muitas prisões, nomeadamente das portuguesas.

Depois, ainda dentro do papel do Estado e das Políticas Sociais, Bourdieu (1998) aborda o neoliberalismo enquanto um programa de destruição metódica dos coletivos como a nação, grupos de trabalho, sindicatos e até a família e de onde se “extraí sua força social da força político-económica daqueles cujos interesses ele exprime – acionistas, operadores financeiros, industriais, políticos conservadores ou social-democratas [...]” (p. 137). O autor iguala o discurso neoliberal ao discurso psiquiátrico no asilo, porque ambos são fortes e difíceis de combater e “têm a favor de si todas as forças de um mundo de relações de força, que ele contribui para fazer tal como é, sobretudo orientando as escolhas económicas daqueles que dominam as relações económicas [...]” (Bourdieu, 1998, p. 137). Bourdieu reforça que o neoliberalismo favorece a rutura entre a economia e as realidades sociais, porque é fundamentado na “violência estrutural” que gera o desemprego. No entanto, defende que é possível ter esperança, sendo que o caminho passa pela construção de uma nova ordem social voltada aos interesses coletivos – associações, sindicatos, partidos – e à manutenção de um Estado nacional, ou, como o autor salienta, “supranacional”, que controle os lucros realizados nos mercados financeiros.

2. O Sistema Prisional como Instituição Total

Neste ponto procuramos num primeiro momento esclarecer o conceito de Instituição Total, procuramos posteriormente pensar sociologicamente a prisão à luz deste conceito e num último momento aprofundamos a nossa reflexão sobre este tipo de organização complexa a partir da obra *Vigiar e Punir* de Michel Foucault e da ideia de prisão como panopticum.

2.1. O conceito de instituição total

O conceito de instituição total (IT) foi proposto por Goffman (1961). Segundo o autor, estas instituições são “um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal” (p. 22), que são definidas como “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (p. 11).

Tal como referem Geppert e Pastuh (2017), o conceito de IT proposto por Goffman caracteriza estas instituições como altamente “abrangentes”, com o potencial de incluírem os “membros da sua organização” de uma forma muito mais forte quando comparadas com outro tipo de organizações, dada a quantidade de poder que exercem sobre eles e a quantidade de tempo que os seus membros passam na organização, sendo a sua característica principal o exercício de controlo hierárquico sobre os seus membros.

Goffman (1961) refere que as instituições que preenchem esta classificação são, por exemplo, os manicómios, os conventos, os campos de concentração e as escolas internas. Todos os aspetos da vida são realizados num único local sob apenas um sistema de autoridade, em que todas as atividades diárias são realizadas na presença de um grupo alargado de outras pessoas, regidas pelas mesmas regras e obrigadas a fazer atividades em conjunto. Nestes locais, todas as atividades têm horários preestabelecidos e acontecem de forma pré-programada dada a necessidade de ligação entre elas, de forma imposta por uma entidade superior, através de um sistema de regras formais e de um grupo de funcionários associado. Todas estas atividades são ainda reunidas num plano racional único, supostamente planeado para cumprir com os objetivos institucionais (Goffman, 1961, pp. 17-18).

Goffman (1961, p. 121) acrescenta ainda, que este tipo de instituições tem a capacidade de criar uma “cultura de imposição”, dado que os indivíduos que nestas ingressam detêm as suas próprias culturas, sendo já formados social e culturalmente e, ao ingressarem, é-lhes engendrada uma contra-visão do mundo, um novo sistema ideológico.

Geppert e Pastuh (2017) referem que segundo a perspetiva das IT, a opressão tem de ser entendida como característica crucial para um eficaz funcionamento organizacional,

dando o exemplo, negativo, de certas estruturas militares nas quais fortes formas de controlo levam a situações de perda de eficiência.

No ponto seguinte veremos de que forma é que as prisões atuais se podem enquadrar ou não, pelo menos em parte, dentro do conceito de IT aqui apresentado.

2.2. As prisões como instituições totais

O estudo realizado por Farrington (1992) foi desenvolvido tendo por base trabalho por si desenvolvido anteriormente (1990), apresentado na reunião anual da American Society of Criminology, em Baltimore. Neste, o autor discute o possível englobamento das prisões da sociedade moderna no conceito de IT apresentado por Goffman (1961).

O autor refere que IT, segundo Goffman, é uma instituição que se distingue dos demais por deter:

- a) Total controlo sobre a população residente pela qual a administração tem responsabilidade e pretende manter;
- b) Total estruturação de atividades e ambiente frequentados pelos residentes;
- c) Total submersão sobre a entidade pré-institucional do presidiário nos atos de socialização ou de obrigação à adaptação do ambiente em questão;
- d) Total isolamento ou separação da instituição e dos seus habitantes da sociedade geral.

Farrington (1992) reconhece que a própria definição de IT proposta por Goffman teve como objetivo descrever um conjunto de instituições, nomeadamente asilos para pessoas com problemas mentais (o seu principal “alvo” na descrição), campos de concentração, escolas internas, mosteiros e prisões.

O autor reconhece, no entanto, que não faz sentido ser tão sintético na interpretação das propostas de Goffman, visto que reconhece que o seu objetivo era criar um conceito geral que englobasse este conjunto de instituições e não formar, de forma precisa, o conceito voltado apenas para estabelecimentos prisionais.

Contudo, quanto utilizamos os conceitos trazidos por Goffman para o debate sobre as prisões como IT, Rosa (2018) apresenta argumentos para os quais, não só as prisões

modernas representam efetivamente IT, como refletem sobre os efeitos destas nos reclusos e nas sociedades em geral. A autora argumenta, primeiramente, que o efeito destas IT na sociedade é negativo, apelidando de pensamento “utópico” aquele que vai no sentido de achar que um recluso em cumprimento de pena numa prisão caracterizada como uma IT voltará à sociedade com efeitos positivos decorrentes da experiência.

Rosa (2018) relembra que, segundo Goffman (1974, pp. 16-17), as IT são divididas em cinco agrupamentos:

- 1) Instituições criadas para cuidar de pessoas que, são incapazes e inofensivas, tais como lares de idosos, lares de infância e juventude, etc.;
- 2) Instituições criadas para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são, simultaneamente, uma ameaça para a sociedade de forma não intencional, tais como hospitais para doentes mentais, hospitais para leprosos, etc.;
- 3) Instituições criadas para proteger a sociedade, valor que se sobrepõe ao bem-estar individual de pessoas, tais como prisões, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração, etc.;
- 4) Instituições estabelecidas com a intenção de realizar, de modo mais adequado, funções de trabalho e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais, tais como quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colónias, etc.;
- 5) Instituições que objetivam o “refúgio do mundo”, que muitas vezes servem também como locais de instrução religiosa, tais como mosteiros, conventos e outros claustros.

Destes cinco exemplos, Bitencourt (2011, pp. 171-172) refere que as prisões se enquadram claramente no ponto 3), protegendo a sociedade sem qualquer consideração pelo bem-estar individual dos reclusos nelas presentes, situação que, segundo Rosa (2018), gera inúmeros conflitos, nomeadamente o total antagonismo, dentro da instituição, entre os reclusos e o pessoal relacionado com a administração.

A autora refere que este antagonismo dificilmente é eliminado, apresentando argumentos expressos neste trabalho, no ponto 3, relacionados com a rotulagem. Os reclusos e os

administrativos facilmente geram preconceitos uns sobre os outros, levando a uma comum deterioração das relações.

Há ainda que referir, quanto aos estabelecimentos prisionais como IT, a aplicação da função do Panóptico de Bentham.

Este conceito é compreendido através da ideia de um edifício em forma de anel, dividido em celas permanentemente iluminadas e que no centro detém uma torre a partir da qual é possível uma vigia permanente das celas em volta (Bentham, 1979). A partir desta ideia é possível extrapolar aquilo que se passa nas atuais prisões, em que um reduzido número de funcionários vigia uma enorme quantidade de reclusos de uma forma que facilmente exerce uma enorme pressão sobre estes (Rosa, 2018).

A ideia central por detrás deste conceito é a capacidade de provocar uma sensação permanente de vigilância, mesmo que ninguém se encontre “na torre central”, desenvolvendo assim uma ideia de autovigilância nos reclusos (Bentham, 1979).

Também Michel Foucault explora as ideias relacionadas com este conceito, referindo que o Panóptico detém a capacidade de desassociar o conceito “ver e ser visto”. Segundo o autor, no anel periférico, é-se totalmente visto sem nunca se ver e, na torre central, tudo se vê sem nunca se ser visto. Quanto ao efeito que este esquema produz Foucault (1999) refere:

Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detido um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício. (p. 224).

Assim, a prisão enquanto IT que objetiva a proteção da sociedade dos indivíduos nela contidos (Rosa, 2018) concentra todas as suas atividades num local onde esta homogenia de poder se encontra (Foucault, 1999).

Na sociedade fora destas instituições, os indivíduos livres transitam entre vários ambientes, proporcionados pela passagem pela sua residência, local de trabalho, locais de lazer, etc., cruzando-se com diversas outras pessoas e hierarquias. Em sentido contrário,

o que se passa nas prisões é claramente característico de uma IT, em que tudo se passa na companhia imediata do mesmo grupo, de forma pré-programada e planeada, sob uma única autoridade (Goffman, 1974, pp. 17-18).

Segundo Goffman (1974, p. 22), mesmo que uma prisão providencie meios para que se desenvolva uma rotina de trabalho no seu interior, o facto de este não remunerar o trabalhador de forma semelhante à sociedade livre e não o permita utilizar esse rendimento de forma livre leva a uma clara perda da identidade e da individualidade do recluso.

Esta privação é, segundo o autor, mais uma clara característica das IT, em especial nos casos em que a privação de liberdade é de longa duração, transformando os indivíduos que por estas passaram totalmente, ou em grande parte, inábeis para enfrentar os aspetos da vida diária. O autor refere ainda que as transformações na sociedade externa, culturais e tecnológicas, se dão a uma velocidade jamais vista anteriormente, o que agrava ainda mais este atraso de adaptação (Goffman, 1974, p. 23). “[...] a segregação de uma pessoa do seu meio social ocasiona uma desadaptação tão profunda que resulta difícil conseguir a reinserção social do delincente, especialmente no caso de pena superior a dois anos” (Bitencourt, 2011, p. 166-167).

Não nos podemos cingir apenas às falhas desenvolvidas nos reclusos por perda de acompanhamento da sociedade externa, Bitencourt (2011) refere ainda que ocorre uma perda total da cultura do recluso, com consequências a nível da perda de valores, comportamentos e *status* social anteriormente desenvolvido.

O autor refere o conceito abordado neste trabalho, de prisionização, mais á frente, para demonstrar a perda de valores seguida de uma absorção de novos, determinados pela cultura carcerária. Baratta (2002) menciona ainda que quanto maior o sucesso do recluso em se adaptar ao ambiente do estabelecimento prisional, maior a probabilidade de não se voltar a adaptar à sociedade livre mais tarde, quando potencialmente for libertado.

Assim, e em jeito de síntese, Rosa (2018) reflete que é necessário repensar o sistema prisional atual, e que os seus efeitos são próprios de uma IT, com um maior nível de prejuízos para os reclusos do que potencialmente para a sociedade como um todo, tendo ainda em consideração que estes, após o cumprimento da sua pena, retornam a esta e ao

convívio social, transportando consigo os graves efeitos dos processos de desculturação e de prisionização.

2.3. Vigiar e punir: A prisão como *panopticum*

Jeremy Bentham, um filósofo e teórico social inglês, em meados dos anos 1700, inventou um mecanismo de controlo social que se tornaria um símbolo abrangente da autoridade no mundo ocidental: um sistema prisional chamado *panopticum*.

O princípio básico para o projeto, que Bentham completou pela primeira vez em 1785, era monitorizar o número máximo de prisioneiros com o menor número possível de guardas e outros custos de segurança. O *layout* consiste numa torre central para os guardas, cercada por um edifício em forma de anel, onde estão as celas da prisão (Reyes, 2017).

Cada cela tem um lado aberto voltado para a torre central. Este lado aberto tem barras sobre ele, mas está totalmente exposto à torre. Os guardas podem, assim, ver a totalidade de qualquer cela a qualquer momento, e os prisioneiros estão sempre vulneráveis e visíveis. Por outro lado, a torre fica suficientemente longe das celas e tem janelas suficientemente pequenas para que os prisioneiros não possam ver os guardas dentro dela.

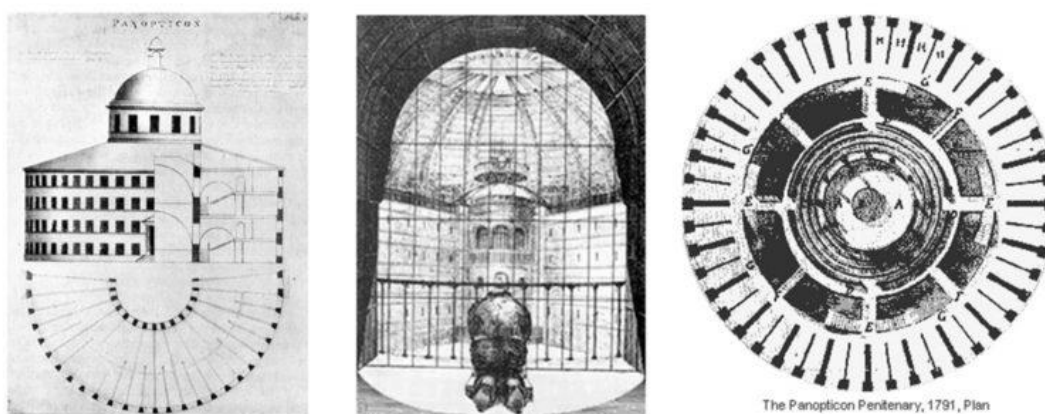


Figura 2.1- Jeremy Bentham, 1962, 172–3

O efeito sociológico é que os presos estão sempre cientes da presença da autoridade, embora nunca saibam exatamente quando estão a ser observados. A autoridade muda de uma entidade física limitada para uma onisciência internalizada – os prisioneiros disciplinam-se simplesmente porque alguém pode estar a observar, eliminando a necessidade de mais força física para realizar a mesma tarefa. Apenas alguns guardas são capazes de manter um número muito grande de prisioneiros dessa maneira (Morais, 2010).

Em 1813, o Parlamento concedeu a Bentham 23 000 libras para construir a primeira prisão panóptica. Esta prisão, em Nova Deli, foi concluída em 1817 e ainda funciona como uma prisão atualmente.

Michel Foucault, um intelectual e crítico francês, expandiu a ideia do panóptico num símbolo de controlo social que se estende à vida quotidiana de todos os cidadãos, não apenas os do sistema prisional. O autor argumenta que os cidadãos internalizam sempre a autoridade, que é uma fonte de poder para as normas e instituições prevalentes. O ponto crucial é que o papel específico do sujeito dentro da rede é incorporado como parte do corpo e da mente, que então se manifesta como autodisciplina (Itai, 2019).

Ora, se nos focarmos na questão do vigiar e punir, importa ressaltar que a cadeia surge com um cariz de humanização, como esperança numa civilização mais justa e evoluída, capaz de substituir a aquilo a que Foucault (1987) chamou de “arte quantitativa do sofrimento”, um sistema centrado unicamente na punição, bárbara e até assassina, por um modelo mais justo, fundamentado no saber dos que julgam e na capacidade de regenerar.

Com a Revolução Francesa, a punição passa a ser, principalmente, como uma forma de justiça e não de vingança, e o homem passa a ser percebido como ser humano e, conseqüentemente, a ser tratado de forma mais humanizada. A prisão passa a ser encarada como um meio privilegiado de se fazer justiça e regenerar o indivíduo (Foucault, 1987).

Bentham arquitetou o modelo prisional panóptico, assim designado porque permitia o controlo total do sujeito, influenciando o surgimento de outros modelos penitenciários. Destes destacavam-se os modelos americanos, nomeadamente o de Filadelfia, tendo sido este o que mais influenciou a Europa, sobretudo Portugal (Rusche & Kirchheimer, 2004).

Em 1867, este modelo é aprovado em Portugal e posto em prática na Cadeia Penitenciária de Lisboa (Vaz, 2017). Em 1913 este modelo é substituído pelo modelo de Auburn; nos modelos de Auburn e Pensilvano, as correções centram-se ao nível da consciência e a arquitetura destas cadeias adequa-se a este princípio. A vida do recluso era aniquilada para depois ser recomeçada (Lemos, 2016).

Na segunda metade do século XIX, o surgimento do Iluminismo, que defendia que tudo era passível de ser começado de novo, influencia claramente o sistema prisional português e a crença de que todo o ser humano é regenerável. O seu parque é caracterizado por cadeias de pequenas dimensões, arquitetadas para penas pequenas onde não se verificavam as condições necessárias à regeneração do indivíduo (Vaz, 2017).

O Código Penal de 1861 e a reforma prisional de 1867 vêm alicerçar o ideal defendido pelo Iluminismo de uma pena verdadeiramente regeneradora, e a construção, em 1885, da Cadeia Geral Penitenciária do Distrito da Relação de Lisboa vem materializar as condições necessárias à sua implementação (Campino, 2018).

Num regime de grande isolamento e separação, a socialização era mínima e, quando necessária, ou se fosse encarada como benéfica para o recluso, era realizada de forma controlada. Neste sistema já estão contemplados o ensino básico e o religioso. O minimalismo das celas servia para recordar o recluso de que deveria abandonar a sua identidade antiga para assumir uma nova (Garcia, 2017).

Olhando este cenário, e fazendo uma analogia ao presente do sistema prisional português, facilmente se percebe que Portugal nunca sofreu uma verdadeira reforma, nomeadamente no que diz respeito ao seu espaço físico. A reforma de 1936 foi o único período em que se assistiu à construção de um conjunto de estabelecimentos prisionais (Gabriel, 2007) e é também nesse período que o sistema vê nascer o Código de Execução de Penas (agora contido e legislado na Lei 115/2009 – Código da execução das penas e medidas privativas da liberdade).

Passou então a individualizar-se as penas mediante a sua gravidade e duração, sendo, em função dessa mesma classificação, os reclusos internados ou presos em diferentes estabelecimentos prisionais. Diferenciam-se os estabelecimentos prisionais por medidas de segurança destinados a inimputáveis e instituições de prisões para presos comuns. Surgem ainda cadeias especiais para reclusos especiais (Portaria 286/2013).

A necessidade de punir exemplarmente para evitar a replicação do ato, a necessidade de apaziguamento social, a demonstração pública da exemplaridade da pena e a aplicação de uma força institucional dessocializadora levam à criação de um dispositivo em que a prisão e a “transportação” – condenação do recluso à sua extradição para as colónias portuguesas assumem o papel central no dispositivo penal do século XIX (Rodrigues, 2002).

Os problemas de então são os problemas de agora porque se mantém a sobrelotação das cadeias, o tráfico de droga, presos detidos no mesmo espaço com diferentes molduras penais e diferentes idades, a falta de trabalho (Torres & Gomes, 2005).

Apesar de estar contido um Plano Individual de Readaptação (art.º 21.º da Lei 115/2009) que visa a preparação para a liberdade, estabelecendo as medidas e atividades adequadas ao tratamento prisional do recluso, bem como a sua duração e faseamento, nomeadamente nas áreas de ensino, formação, trabalho, saúde, atividades socioculturais e contactos com o exterior, constatamos que a função ressocializadora do sistema continua ineficaz.

Por força de uma grande escassez de meios, do desinvestimento estatal, do próprio estigma associado à problemática da população prisional, o panorama prisional pouco ou nada evoluiu. Encontramos hoje a mesma lógica quer no contexto físico, quer no social, desprovida de uma revolução profunda necessária para uma mudança efetiva do paradigma do sistema prisional português.

3. Rotulagem e Estigma

Neste ponto é abordado o tema da Teoria da Rotulagem, no qual se explora ainda o tema do estigma e a sua conceptualização.

3.1. A teoria da rotulagem

A diferença entre ser um criminoso e um cidadão cumpridor da lei está no fato de uma pessoa ser etiquetada como tal. A aplicação do rótulo a alguém tem consequências significativas na maneira como essa pessoa é tratada pelos outros e na maneira como se vê a ela própria. (Moore, 1988, citado por Guerra, 2002, p. 126)

A Teoria da Rotulagem (TDR) ficou popular nos anos 60 do século passado, sendo posteriormente criticada e mesmo considerada refutada nos anos 80. Contudo, tem sido revisitada nos últimos anos por estudiosos através de novas perspetivas e da utilização de técnicas mais sofisticadas, levando a novas construções teóricas (Saydjari et al., 2015).

Brown, Esbensen e Geis (2010) referem que foi Frank Tannenbaum que deu origem à perspetiva da rotulagem na sua publicação *Crime and the Community* em 1938, quando tentou compreender e expandir as já existentes teorias do crime.

A TDR é baseada na ideia de como os indivíduos se definem e se veem a si mesmos no ambiente social, baseando-se nas opiniões e perceções dos outros. Através de interação social, os indivíduos determinam normas e valores, apelidando aqueles que se distinguem da normalidade, ou que não se conformam com circunstâncias atuais, como desviantes, delinquentes e/ou criminosos (Cooley, 1902; Mead, 1934).

Bernbug (2009) refere que a TDR fornece uma abordagem sociológica do papel da rotulagem social no desenvolvimento do comportamento desviante e criminal. Ferreira (1955) refere que a TDR se enquadra no campo do interacionismo simbólico, tema explorado no ponto 4, e que foi desenvolvida por autores como Edwin Lemert, Howard Becker e Erving Goffman, entre outros.

Relativamente à relação com o interacionismo simbólico, Giddens (2004) também refere que esta teoria aborda o desvio como um processo de interação entre desviantes e não desviantes, em vez de simplesmente estudar o conjunto de características individuais de cada cidadão ou grupo de cidadãos que para tal contribui.

Saydjari et al. (2015) referem que, segundo os teóricos, quando atribuído o rótulo negativo a um indivíduo, este internaliza-o, e o risco de se tornar envolvido em comportamentos desviantes e/ou criminais aumenta drasticamente. Os autores referem a importância do desenvolvimento desta perspetiva ao longo do tempo, através de evidências empíricas, para um melhor entendimento das consequências dos processos de rotulagem, para que se possam tomar decisões políticas apropriadas.

Referindo agora os diferentes os autores que contribuíram para a construção da TDR, Edwin Lemert foi um dos principais. Para o autor, o desvio ou o comportamento desviante apenas surge quando se dá a rotulagem negativa, sem que haja necessariamente uma

infração legal por si só. Segundo Lemert existem dois tipos de desvio, o desvio primário e secundário (Ferreira, 1995).

O desvio primário consiste no ato inicial de transgressão, influenciado por fatores sociais, culturais, físicos e psicológicos (Machado, 2008). O desvio secundário corresponde à resposta de defesa ou adaptação criada pela reação ao desvio primário. Embora o desvio primário vá no sentido contrário dos valores e normas sociais implementadas, o autor argumenta que este não é relevante nem para o indivíduo nem para a sociedade que este integra. Ao invés, a relevância advém do processo de rotulagem em si, abrindo caminho para o desvio secundário. Apenas o desvio secundário é considerado como relevante em termos sociais, com influências no futuro comportamento do indivíduo (Ferreira, 1999).

Tal como refere Machado (2008), é no ato da rotulagem que os indivíduos considerados desviantes se tornam parte integrante de grupos desviantes, formados como resposta ao processo de rotulagem em si. Também Ferreira (1995) argumenta neste sentido, referindo que indivíduos e grupos a que pertencem, que tenham sido alvo de processos de rotulagem, se transformam, posteriormente a este ato, em agentes de desvio ativos, construindo em si mesmos uma identidade de desviantes adotando como consequências o desvio secundário anteriormente mencionado.

Becker (1963), na sua obra *Outsiders*, argumenta no mesmo sentido, afirmando que segundo a TDR, os atos em si não são constituintes de desvio, são sim as ações tomadas como consequência a tais atos, e o ato da sociedade em os considerar como tal. Scheff (1966) refere mesmo que Becker (1963), relativamente à definição de desvio, afirma que “desviantes não são um grupo de pessoas que cometeram o mesmo ato, mas são um grupo de pessoas que foram estigmatizados como desviantes” (Scheff, 1966, p. 32).

O autor afirma que a sociedade tem o poder de considerar quem são os *outsiders*, não através das identidades desviantes, mas do processo de rotulagem em si mesmo, definindo desvio como “uma infração de alguma regra geralmente aceite” (Becker, 1963, p. 17).

Saydjari et al. (2015) referem isto mesmo, mencionando estudos que encontram diferenças notórias em como indivíduos com doença mental, ou jovens com problemas comportamentais são tratados e percecionados pela sociedade em geral e pelos sistemas de justiça desta. Os autores referem ainda que a principal causa da origem de rotulagem é o contacto com o sistema de justiça, mesmo nos casos da rotulagem dos indivíduos sobre si próprios.

Erving Goffman, através da sua publicação *Asylums*, de 1961, refere que instituições onde se encontram pessoas doentes, debilitadas ou de alguma forma marginalizadas pela sociedade, tais como hospitais psiquiátricos e prisões, que classifica como locais de confinamentos para aqueles que são incapazes de viver em sociedade (Goffman, 1961), apenas contribuem para a repressão e controlo, ao invés da reabilitação, dos indivíduos que as integram (Ferreira, 1995).

O autor refere que as funções, regras, regulamentos e práticas das instituições que estudou têm estes efeitos negativos nos indivíduos que as integram. Goffman estudou ainda o estigma social e a sua ligação à TDR, referindo que o controlo social acarreta um enorme impacto nos indivíduos de determinados grupos sociais, pois todos aqueles que se desviam acabam por ser alvo de estigma (Ferreira, 1995).

3.2. O estigma e a sua conceptualização

Oliveira (2015) refere que a etimologia da palavra “estigma”, do grego *stygma*, se refere a uma tatuagem ou marca distintivas de carácter decorativo, religioso ou usado para indicar propriedade, que na Grécia Antiga se tratava de um cunho, através de *branding*, queimadura, ou um corte feito em escravos, traidores ou criminosos. Mais tarde, adquiriu outros significados metafóricos, relacionados com divindade e benesse.

Tendo em conta que outros autores foram pioneiros e contribuíram de forma inovadora para o estudo do conceito de estigma (Oliveira, 2015), referiremos agora Allport (1954) e a sua obra *The Nature of Prejudice*, na qual foram descritos os preconceitos, constituintes do estigma, como: “Atitudes adversas ou hostis em relação a uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente porque pertence a esse grupo, presumindo-se assim que ela possui as características contestáveis que são atribuídas a esse grupo” (p. 9).

Erving Goffman, autor já referido, também abordou o tema do estigma social, sendo por muitos considerado o seu fundador (Siqueira e Cardoso, 2011). Segundo este, o estigma é definido como um “atributo profundamente desqualificante”, desvalorizando o indivíduo ao qual deste é alvo, referindo que, assim, este não chega a ser “completamente humano” (Goffman, 1963, pp. 13-15).

O autor refere que o estigma diz respeito a uma marca ou traço particular, que por sua vez se encontra ligado a atributos indesejáveis que desacreditam ou deterioram a identidade de determinado indivíduo (Goffman, 1963).

Goffman (1963) diferencia três tipos de estigma:

- O estigma “indicador”, que o autor define como “*abominações do corpo*”, ou seja, deficiências físicas notoriamente visíveis;
- O estigma que alude ao “*defeito de carácter individual*”, associado ao que define como sendo vontade fraca, e que se manifesta através de atributos como a desonestidade;
- E o estigma “*tribal*”, referente a aspetos identitários como classe social, raça ou orientação religiosa.

Goffman (1963) refere que através do processo de categorização social, os membros integrantes de uma sociedade classificam-se mutuamente em grupos, e distinguem quais os atributos considerados normais, ou não desviantes, e consequentemente socialmente aceites. Assim, o autor refere-se ao estigma enquanto ideologia, como justificação para estatutos de inferioridade e fundamenta diversos estímulos, provenientes de outros trabalhos, na conceptualização do estigma. Segundo Siqueira e Cardoso (2011) é exatamente a relação social quotidiana, em ambientes pré-estabelecidos, que leva ao relacionamento de pessoas que desenvolve as categorias de pessoa normal e diferente. A título de exemplo o autor refere que:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável (...). Assim deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande. (Goffman, 1963, p. 12).

Elliot et al. (1982), na sua definição de estigma, vão ao encontro da ideia apresentada anteriormente, da consequência da sua formação através das condições sociais desviantes, através de uma forma de desvio que conduz a grupos sociais e apreciações sobre

determinados indivíduos como ilegítimos para a participação na interação, percecionados e julgados como incompetentes, ou como uma ameaça.

Também Croker et al. (1998) reforçam as ideias de Goffman (1963) e a ideia de Elliot et al. (1982) sobre a relevância do contexto social na desvalorização de determinada característica para a consequente criação de estigma. Os autores destacam três dimensões de estigma:

- Visibilidade: referente ao quão evidentes são estas características;
- Controlabilidade: referente ao quão controlável é pelo indivíduo estigmatizado a característica em questão, e;
- Impacto: referente ao medo que tal característica poderá desencadear nos outros.

Jones et al. (1984), também partindo da obra inicial de Goffman (1963), abordam o tema do estigma propondo seis dimensões. Nestas, os autores explicam as variações nas condições da sua formação:

- Visibilidade (ou capacidade de esconder): esta dimensão refere-se ao quão evidente ou detetável é determinada característica de entre um conjunto alargado de atributos, que varia entre muito notória, como deficiências físicas, até àquelas que são passíveis de se ocultarem, como as doenças mentais. Os autores referem que, embora, por exemplo, um indivíduo em processo final de tratamento de uma doença mental possa facilmente ocultar este facto dada a sua baixa visibilidade, ao relatar que passou por este, poderá constituir um “aumento da sua visibilidade” sem que necessariamente seja o caso no momento, levando a receios sobre falar sobre o assunto;
- Curso: que se refere à possibilidade, ou não, da reversão da condição estigmatizante ao longo do tempo. Segundo esta, o grau de estigmatização é proporcional à cronicidade da característica/condição em questão;
- Disruptividade: relativa ao impacto do estigma nas relações interpessoais do estigmatizado. Segundo os autores, algumas manifestações subjacentes a perturbações podem constituir-se como verdadeiramente impactantes da

qualidade das relações pessoais, principalmente quando associadas a características como a impressibilidade e a irracionalidade;

- Estética: característica que remete para a importância da aparência e do impacto que detém sobre o desejo dos outros em iniciarem e manterem relações pessoais. Atualmente, uma condição bastante presente que pode ser associada a esta dimensão, referida na altura pelos autores, é a obesidade e as características físicas a esta associadas;
- Origem: relativa à origem da característica e a controlabilidade a esta associada, que remete para o conceito de Goffman anteriormente referido de *defeito de carácter individual* e a sua associação à “vontade fraca”. Nestes casos, poderá haver uma tendência para o desencadeamento de comportamentos hostis por parte de outros, sendo atribuído um sentimento de responsabilidade pela própria estigmatização ao indivíduo, ao invés de se enquadrar o estigma como algo proveniente de fatores externos;
- Risco: dimensão que representa o nível de ameaça que a divulgação da característica potencialmente motivadora de estigma cause nos outros. Os autores dão o exemplo da esquizofrenia.

Tal como referem Siqueira e Cardoso (2011), a estigmatização detém sempre um impacto negativo para aqueles que são vítimas, dada a sua influência em processos essenciais como o desenvolvimento do autoconceito, das relações (interações) sociais, da autoestima, do comportamento e das rotinas do dia a dia. Cerqueira (2017) refere, então, que o estigma se apresenta como um conceito relevante para o estudo da compreensão da estigmatização percebida em ex-reclusos.

3.3. A prisionização

Clemmer (1940) aborda o tema da cultura prisional como algo muito presente nos estabelecimentos prisionais. O autor refere que indivíduos reclusos se diferenciam devido à cultura prisional própria da instituição e à interação e construção de papéis. A cultura prisional tem por base definições próprias do que deve ser um comportamento, normas e

regras apropriadas bem como as próprias noções do que deve ser o amor, a família, o companheirismo, o trabalho, a educação.

Ao autor anteriormente citado é atribuída a autoria do conceito de prisionização, tendo desenvolvido estudos baseados na cultura das instituições prisionais, realçando aspetos de linguagem, de rotinas e comportamentos dos presidiários, bem como os efeitos da adoção das tradições, costumes e culturas a este ambiente associados (Ermida, 2018).

Segundo Holmes e Rahe (1967), estar preso é a quarta pior situação de stresse possível que um indivíduo pode enfrentar, depois da morte do companheiro, um divórcio ou uma separação. As pesquisas criminológicas apresentam o conceito de “prisionização” como a consequência do ato de encarceramento de um indivíduo, condenado por alguma violação da lei (Erbay & Turgut, 2018).

Clemmer (1940) descreve os vários fatores que influenciam a prisionização através de exemplos como:

- a adaptação ao papel de inferioridade do preso;
- a adaptação à estrutura e práticas prisionais;
- a passividade adotada na satisfação das suas próprias necessidades e;
- a atribuição automática à autoridade prisional da responsabilidade pelos seus cuidados básicos.

Refere ainda que, de entre os fatores que mais causam prisionização, se encontram:

- sentenças de elevado período de tempo;
- personalidade instável;
- falta de relações positivas com entes queridos;
- aceitação e adoção de princípios da subcultura prisional;
- ficar numa cela com um parceiro homossexual;
- tendência para ter relações homossexuais e;

- fazer parte de esquemas de entretenimento ilegal.

A velocidade a que o processo de prisionização ocorre depende em grande medida da idade do recluso, do tipo de crime cometido, da sua inteligência e da situação da prisão, refere o autor (Clemmer, 1940).

Clemmer (1940) explica que existem dois diferentes índices de prisionização. O autor apresenta os reclusos com baixos índices de prisionização como aqueles que detêm uma menor pena para cumprir e que possuem uma personalidade estável, argumentando que esta se deve a um processo de sociabilização anterior ao encarceramento suficientemente positivo e estabilizador.

Este tipo de reclusos mantém contacto com o exterior, mantêm relações equilibradas com outros reclusos, não estando, no entanto, bem-adaptados ao ambiente prisional nem ao ambiente exterior. Abstêm-se de relações homossexuais, da prática excessiva de jogos de sorte e azar, e dispõem-se a trabalhar com seriedade nas atividades recreativas (Clemmer, 1940).

Ao invés, o recluso com elevado índice de prisionização é quase sempre aquele que está condenado a penas maiores, que apresenta personalidade instável, detém reduzido contacto com pessoas externas ao estabelecimento prisional, detém desejo de pertença a grupos primários, aceita de forma mais ou menos passiva os dogmas desse grupo e detém uma disposição favorável para a participação em jogos de sorte e azar e para relações homossexuais (Clemmer, 1940).

No final da década de 1950, Sykes (1958) amplia o conceito de prisionização, partindo dos estudos de Clemmer, sugerindo a existência de cinco tipos diferentes de privação, mais tarde nomeados no Modelo de Privação, como consequência do ato de encarceramento:

- 1) privação da liberdade;
- 2) privação de bens e serviços;
- 3) privação de relações heterossexuais;
- 4) privação da autonomia e;

5) privação da segurança.

Sykes (1958) refere que todas estas privações atacam diretamente a individualidade do indivíduo, isolando-o tanto da sociedade cumpridora da lei como da pessoa/identidade que detinha antes do ato da sua prisão. O autor sugere que tal isolamento da sociedade gera no próprio indivíduo uma alteração da perceção da sua própria identidade e da sua perceção de valor próprio, argumentando que o efeito psicológico deste ato é passível de se considerar mais doloroso do que uma eventual punição física (Sykes, 1958).

Ermida (2018) refere que o próprio processo de ingressão no estabelecimento prisional irá acentuar o crime, criando condições para a aprendizagem ou eventual fortalecimento das competências para a atividade criminosa que ocorre após a estadia na prisão.

Clemmer (1940) afirma que estar encarcerado num estabelecimento prisional durante um elevado período de tempo pode levar a danos mentais e físicos, em tamanho proporcional com a duração da sentença a cumprir, e que se torna praticamente impossível reintegrar certos reclusos de volta na sociedade.

Miszewski e Miałkowska-Kozar (2020) referem o stresse pós-traumático como algo que afeta indivíduos de uma forma adiada no tempo, como consequência da perceção detida sobre atos passados. Scott (1990) refere que este tipo de stresse ocorre recorrentemente em vítimas de acidentes de viação, sobreviventes de tiroteios, cheias e até campos de concentração. Cavanaugh e Rogers (1983) referem que também se pode incluir neste grupo as vítimas de crimes violentos, soldados e pessoas estiveram encarceradas em estabelecimentos prisionais.

Sykes (1958) sugere que um presidiário reage a este ato de encarceramento agindo de uma forma alienadora ou coesiva. Afirma que o alienador exhibe oposição e infidelidade nas relações com outros presidiários e que tem como únicos objetivos eliminar as suas próprias privações e procurar a satisfação própria. Refere que este age agressivamente e que é comumente apelidado de “ameaçador” ou “rato” dentro do estabelecimento prisional. Em sentido contrário, o tipo coesivo leva a cabo ações no sentido do alívio da dor do encarceramento através de ajudas ligadas à solidariedade do grupo social com que se insira. Refere ainda que este tipo de presidiários tem a tendência a ter melhor proteção e suporte dentro do estabelecimento prisional (Sykes, 1958).

Também Johnson (1961) concluiu que os reclusos de estabelecimentos prisionais partilham sentimentos de isolamento da sociedade, de culpa e de privação. O autor refere ainda que, como problema adicional, surge o facto de que quando agem de forma individual no sentido de proporcionarem vantagens para si mesmos agindo corretamente, ao invés de compactuarem com uma errada cultura prisional, ao se recusarem a agir contra policiaes prisionais, por exemplo, rapidamente são apelidados de “ratos”. Assim, mesmo o tipo de reclusos que tentem optar por um melhor caminho, acaba na maioria das vezes por ceder e se adaptarem à prisão e às suas regras.

Em suma, muitos parecem ser os fatores que contribuem para os casos de prisionização. Erbay e Turgut (2018) referem que reclusos com um instinto de sobrevivência vão ou adaptar-se e envolver-se com subgrupos dentro do estabelecimento prisional, com o intuito de se protegerem, ou irão opor-se a práticas típicas de cultura prisional, assumindo o papel de “rato”, protegendo apenas interesses estritamente pessoais.

Assim, a prisionização, pela definição de Clemmer, ocorre devido à assimilação dos reclusos da cultura prisional, em maior ou menor grau (Sykes & Messinger, 1960; Thomas & Petersen, 1977; Tittle, 1972). A prisionização torna-se a reação à situação de privação consequente do encarceramento (Smith & Hepburn, 1979).

Em jeito de conclusão do tema de prisionização, há que deixar a nota relativa a estudos efetuados sobre efeitos psicológicos e físicos em reclusos que cumpriram alongadas penas. A título de exemplo, referimos Bukstel e Kilmann (1980) que reviram noventa estudos experimentais em reclusos deste tipo e demonstram a complexidade do processo de encarceramento e da variedade de efeitos que esta causa. A análise dos autores demonstrou que a condição física e psicológica de alguns reclusos se degradou durante o cumprimento da pena em reclusão, outros não apresentaram qualquer tipo de alteração e alguns demonstram melhorias notórias. Os autores alertam para o facto de que as avaliações sobre estas condições são bastante variáveis dependendo da fase da pena em que se encontrava cada recluso, do tempo que restava a cumprir, de fatores como a sobrelotação prisional, o tipo de estabelecimento prisional e até grupos e subculturas nestes presentes, insistindo que cada indivíduo reage de diferentes formas ao processo de encarceramento.

4. O Interacionismo Simbólico e a Teoria da Aprendizagem Social

A teoria do interacionismo simbólico é uma das muitas teorias das ciências sociais. De acordo com esta, as pessoas vivem tanto num ambiente natural como simbólico. A interação simbólica é um processo vivenciado através da percepção de significado e valor, apresentados simbolicamente, na mente humana (Aksan et al., 2009).

O interacionismo simbólico teve origem na Universidade de Chicago como uma perspectiva da psicologia social (Álvaro & Garrido, 2003) que partia do pressuposto que o pensamento estava ligado à natureza social, através da premissa de que as práticas das pessoas são de natureza dinâmica e social e que acontecem tanto de forma intrapessoal como interpessoal (Almeida, 2020).

Segundo Bazilli et al. (1998), para o interacionismo simbólico, a sociedade é a interação, a influência recíproca de pessoas, na medida em que estas atuam e levam em consideração as características dos outros. Os autores afirmam que o ponto de partida para o interacionismo simbólico é o meio da ação humana e da interação, que são, necessariamente, meios definidos simbolicamente. Ou seja, as pessoas atuam com referência a outros em termos de símbolos, desenvolvidos por meio de interação, e atuam através da comunicação desses símbolos, sendo “sociedade” o nome dado para resumir essas interações (Bazili et al. 1998).

Os principais pressupostos desta perspectiva foram inicialmente apresentados por George Herbert Mead e mais tarde agrupados e organizados por Herbert Blumer, que deteve um importante papel na reunião, organização e divulgação dos pressupostos teóricos de Mead (Charmaz, 1989), de quem falaremos mais à frente.

Tendo em conta as premissas teóricas anteriormente apresentadas, as seguintes explicações partem da pergunta teórica central desta teoria: “Que símbolos e significados surgem da interação entre indivíduos?”.

Para tal, Aksan et al. (2009) argumentam que é necessário, pelo menos em parte, abandonar as perspectivas dos anos 70 de Mead e Blumer e entrar numa era “Pós-Blumerista” para que se ofereçam explicações enquadradas com a realidade atual.

O mais importante teórico da escola do interacionismo simbólico é George Herbert Mead. Segundo Aksan et al. (2009), Mead era um filósofo pragmático e antidualista que acreditava que a mente e o ego eram produtos da sociedade. Os autores referem que Mead assumia que os símbolos se desenvolviam na mente e que eram utilizados como forma de pensamento e comunicação.

Almeida (2020) refere que Mead argumentava que os atos de cada indivíduo membro de uma sociedade só fazem sentido de serem interpretados por meios de ações dos outros, sendo todo o ambiente social definido e redefinido durante os processos sociais. Então o interacionismo simbólico diz que as ações não são uma direta reação às ações de outros, mas, ao invés, mediadas por interpretações dessas, conforme o significado que lhes é atribuído (Carvalho, Borges & Rego, 2010; Álvaro & Garrido, 2003).

Também Korgen e White (2008) afirmam que Mead se focava na interação humana do dia a dia através do estudo da interação simbólica entre indivíduos e de como estes usam simbolismo para criar ordem e significado no mundo.

O segundo importante teórico que mencionamos anteriormente, Herbert Blumer, que foi estudante de Mead, foi o primeiro a utilizar o termo interação simbólica. Por essa razão, este é muitas vezes apontado como o fundador da teoria da interação simbólica (TIS) (Aksan et al., 2009).

De acordo com Blumer (1969), os seres humanos criam significado de duas formas:

1. Significado através de algo atribuído a objetos, situações, fenómenos, etc.;
2. Significado é uma “ligação fisiológica” a situações e objetos pelos humanos.

O autor afirmava que o significado é uma condição que emerge como resultado da interação de um grupo de pessoas e não uma intrínseca característica do objeto em si (Tezcan, 2005).

Consequentemente, significado é criado como resultado de uma interação entre pessoas e permite que estas produzam os factos que formam o mundo tangível. Estes factos são então relacionados com o processo de criação de significado por parte das pessoas, sendo então consequentes de um processo de várias interpretações (Aksan et al., 2009).

Berg (2000) referia que Blumer acreditava que os factos são baseados nas perceções das pessoas e, conseqüentemente, variam com o tempo.

Existem três princípios centrais para a perspectiva de Blumer do interacionismo simbólico: significado, linguagem e pensamento. Para que se entenda, a TIS foi inicialmente desenvolvida através de um prisma que demonstrava diferenças entre as perspectivas de diversos teóricos que, no entanto, concordavam que a fonte de informação para a mudança era sempre a interação humana (Aksan et al., 2009). Existia também uma genérica concordância entre os teóricos de que as capacidades de desenvolvimento de perspectiva e de empatia dos indivíduos eram fulcrais para a interação simbólica (Stryket & Vryan, 2003; Berg, 2000).

Schenk e Holdman (1980) afirmam que a interação simbólica é uma teoria dinâmica, porque, de acordo com esta, os objetos detêm em si significado, e os indivíduos que com eles interagem executam as suas ações de acordo com a avaliação que fazem deles próprios, das pessoas e dos objetos que os rodeiam. Assim, são os vários atores envolvidos nos diversos papéis da socialização que, conforme as suas perspectivas, atribuem significados aos objetos.

A TIS situa o significado como o pilar central do comportamento humano. A linguagem oferece uma forma de comunicar símbolos, sendo estes os diferenciadores das relações sociais, quando comparados com animais, por exemplo. Os seres humanos dão significado a estes símbolos, a base da comunicação, através da linguagem, sendo estes elementos indispensáveis à formação de qualquer ato comunicacional (Aksan et al., 2009). Nelson (1998, citado por Aksan et al., 2009) refere que o último princípio central da TIS, o pensamento, é a ferramenta que molda a interpretação dos símbolos nos processos de comunicação.

Assim, de acordo com Blumer (1969), a interação simbólica é baseada em três proposições:

- a) Os seres humanos desenvolvem as suas atitudes para com o mundo pelo meio do significado;
- b) Este significado é inferido através de da interação de quem o “recebeu”;

c) O significado muda consoante processos interpretativos.

Aksan et al. (2009) referem, assim, que objetos, seres humanos, condições e eventos não detêm, por si só, significado. Este surge apenas no ato da interação humana com eles.

Em jeito de ligação ao tema da presente investigação, Berg (2000) dá o exemplo de que um projetor de vídeo numa escola é considerado um meio para a educação e num lar um meio para o entretenimento, da mesma forma de que, para um presidiário, um filme enviado pela sua família pode representar uma janela para o mundo exterior. Assim, como se pode perceber por este exemplo, os seres humanos formam significado através do resultado das suas experiências, sendo estas tudo menos aleatórias ou não relacionáveis.

A interação simbólica tem assim, como processo, necessariamente que incorporar a interpretação da ação humana dado que os significados simbólicos formados variam de indivíduo para indivíduo. Aksan et al. (2009), por forma a dar um exemplo deste processo de interpretação, referem que os alunos, quando na primeira aula de um semestre, têm contacto com o seu professor que lhes apresenta o currículo da disciplina, lhes explica o processo de avaliação e o *modus operandi* de todo o processo académico, se comportam como alunos, mesmo que este seja alguém que não possui qualquer tipo de formação académica e se limita a desenvolver um discurso potencialmente decorado.

Segundo Berg (2000) e Nelson (1998, citado por Aksan et al., 2009), todo este processo de interação é baseado na perceção de que o professor era realmente um professor, pois, a partir do momento em que os alunos percebessem que este não o era, a realidade das semanas passadas em aulas era potencialmente posta em causa, demonstrando a mutabilidade do passado.

Alguns autores apontam críticas a estas interpretações, nomeadamente (Slattery, 2007, citado por Aksan et al., 2009) que refere que segundo esta teoria não existe uma real definição de sociedade além daquela “existente” na mente das pessoas. Udehn (2001) apelida mesmo a teoria de uma “ideia Americana” que leva ao extremo a liberdade individual a um ponto que limita em demasia o papel da sociedade em si.

Slattery, 2007, tal como citado por Aksan et al., 2009, chama ainda a atenção para o facto de que esta teoria não considera de forma alguma o papel das emoções humanas na já problemática ideia de uma sociedade de estrutura muito limitada, apontando a contradição

entre implicações de que é uma teoria que não se enquadra nem no campo da psicologia nem no campo da sociologia. O autor afirma, assim, que esta teoria imagina o significado como algo que emerge por si só, durante a interação humana sob determinadas condições, não tendo assim em consideração o contexto social básico onde estas interações acontecem. Consequentemente, a TIS não refere fontes concretas de significado, ignorando na sua maioria quaisquer realidades sociais além da interação humana criadora do significado, não oferecendo qualquer interpretação da sociedade de uma forma mais geral (Slattery, 2007, citado por Aksan et al., 2009).

Em suma, a TIS dita que a principal condição de formação de significado é a existência de um evento que, consequentemente, leva à experiencição desse evento e às suas consequências. Por forma a percebermos o comportamento humano, Aksan et al. (2009) referem que é então necessário que primeiramente se percebam as definições, significados e processos levados a cabo pelos seres humanos. Elementos como os papéis sociais, as estruturas tradicionais, regras, leis, etc., constituem a matéria-prima através da qual os indivíduos formam definições. Assim, o interacionismo simbólico reflete sobre o papel da interação social, provoca um debate sobre as definições e os processos empáticos dos seres humanos.

Quanto à Teoria da Aprendizagem Social (TAS), é cada vez mais citada como uma componente essencial para uma adequada gestão e promoção desejável de alteração comportamental (Muro & Jeffrey, 2008), sendo Albert Bandura considerado o pai desta teoria cognitiva.

O principal fundamento teórico de que a aprendizagem é feita através das interações com os outros em ambiente social, dado que a observação de comportamentos leva a que as pessoas os assimilem e tenham tendência para a imitação. Bandura (1977) refere que a imitação envolve a literal reprodução das atividades motoras observadas.

Este ato de observação dos comportamentos dos que nos rodeiam que provoca em nós a adoção de comportamentos semelhantes é especialmente relevante se esses comportamentos forem considerados como positivos ou levem à obtenção de algum tipo de recompensa (Nabavi, 2012).

Segundo Bandura (1977), existem três elementos que constituem os princípios gerais de aprendizagem com os outros:

- Observação;
- Imitação;
- Modelagem.

Tendo em conta estes princípios gerais, a aprendizagem pode ocorrer sem que haja necessariamente uma alteração comportamental. Com isto queremos referir que, embora segundo os comportamentalistas, para que haja um processo de aprendizagem tem necessariamente de existir uma permanente mudança de comportamento, a teoria da aprendizagem social refere que as pessoas podem aprender apenas pelo facto de observarem o comportamento de outros, sem que isto se manifeste obrigatoriamente através de alguma *performance* observável (Bandura, 1965).

Segundo a literatura, existem três grandes conceitos dentro da TAS. Primeiramente, as pessoas podem aprender através de observação, o que é conhecido como aprendizagem observacional. Em segundo lugar, estados mentais são um importante fator de aprendizagem, comumente referidos como reforço intrínseco. Por último, refere-se ainda, tal como mencionado anteriormente, que a aprendizagem não implica obrigatoriamente uma alteração comportamental (Nabavi, 2012).

4.1. Aprendizagem por observação

Na década de 60 do século passado, Bandura levou a cabo uma experiência conhecida como “a experiência da Bodo doll”, com o intuito de estudar padrões comportamentais através da TAS. O autor pretendia perceber que comportamentos eram aprendidos por crianças que praticavam comportamentos que foram anteriormente observados através de um processo de modelagem, ou seja, que observaram em adultos (Bandura, Ross & Ross, 1961).

Os resultados da experiência mudaram o curso da psicologia moderna, sendo altamente elogiada pela ajuda prestada na mudança de paradigma da psicologia académica de puro comportamentalismo para aspetos relacionados com a cognição (Nabavi, 2012). O estudo foi particularmente significativo pelo facto de que o argumento comportamentalista insistia no facto de que apenas as recompensas e os reforços contribuíam para mudanças comportamentais. As crianças que participaram na experiência não receberam qualquer

tipo de encorajamento para maltratarem a boneca, apenas imitaram o comportamento que observaram nos adultos (Nabavi, 2012).

Bandura apelidou este fenómeno de aprendizagem por observação, tendo como elementos principais de um eficaz processo de aprendizagem observacional a atenção, a retenção, a reciprocidade e a motivação. O autor demonstrou que as crianças aprendem e imitam comportamentos que observam nos outros. Assim, segundo o autor, este processo detém três pilares básicos da aprendizagem pela observação (Nabavi, 2012):

- Um modelo vivo, que envolva um indivíduo a demonstrar ou a praticar determinado comportamento;
- Um modelo de instrução verbal, que envolva descrições e explicações do comportamento;
- Um modelo simbólico, que envolva personagens reais ou fictícias a demonstrem comportamentos, em livros, filmes, programas de televisão ou conteúdo *online*.

4.2. Reforço intrínseco

Nabavi (2012) refere que outra forma de aprendizagem é descrita como um processo de recompensas internas, nomeadamente o orgulho, a satisfação e o senso de realização. Segundo Muro e Jeffrey (2008), os autores que se baseiam nos pressupostos da TAS proposta por Bandura, defendem que tipo de aprendizagem é também enfatizado pela cognição e os pensamentos internos e ajudam a fazer a ligação entre as teorias de aprendizagem e as teorias de desenvolvimento cognitivo.

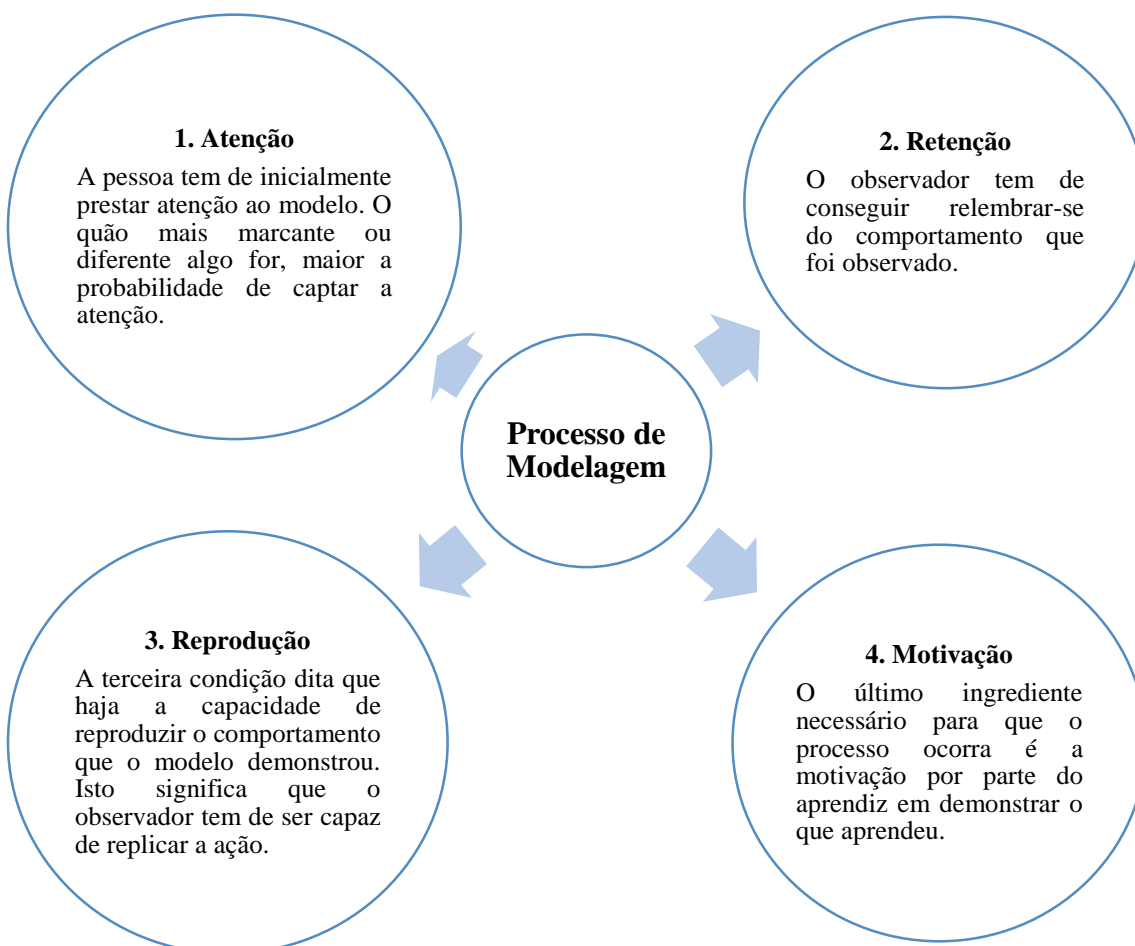
A este respeito, Bandura (1986) refere que os reforços ambientais não são o único fator de influência da aprendizagem e do comportamento.

4.3. Processo de modelagem

Relativamente ao processo de modelagem, Nabavi (2012) refere que Bandura define quatro condições necessárias para que este se desenvolva. Considera estes passos

necessários para que um indivíduo possa de forma bem-sucedida imitar o comportamento de um modelo. As condições são apresentadas no modelo seguinte (Figura 4.1):

Figura 4.1 - Condições necessárias para o processo de Modelagem de Comportamento de Bandura



Fonte: adaptado de Nabavi, R. T. (2012). Theories of Developmental Psychology: Bandura's Social Learning Theory & Social Cognitive Learning Theory. *Pag. 10.*

Assim, da perspectiva da TAS, os argumentos relativos ao reforço e punição podem ser categorizados da seguinte forma (Nabavi, 2012):

- Efeitos indiretos na aprendizagem e não são a única nem a principal causa para tal;
- Influenciam até que ponto um indivíduo exibe um comportamento que aprendeu;
- Influenciam a expectativa de reforço de processos cognitivos que promovem a aprendizagem;

- A atenção desempenha um papel crucial no processo de aprendizagem e;
- A atenção é influenciada pela expectativa de reforço.

4.4. O papel da cognição

Em jeito de síntese, parece pertinente incluir o papel da cognição nos processos descritos anteriormente. As teorias de aprendizagem, em particular a TAS, foram evoluindo com o tempo e, nos meados da década de 80, Bandura assumiu uma tendência mais holística tendo as suas análises posteriores uma tendência para fornecer uma visão geral mais abrangente da cognição humana no contexto da aprendizagem social (Nabavi, 2012).

O autor expandiu a sua teoria a partir da TAS para uma teoria que ficou conhecida como teoria cognitiva social (Bandura, 1999). Nesta, é fornecida uma estrutura de compreensão que prevê a mudança do comportamento humano (Green & Peil, 2009). Na nova TAS Cognitiva, a cognição assume um papel estrutural.

Bandura (2006) reforça a ideia de que a sua teoria é cognitiva e não comportamentalista, argumentando que também a cognição tem origem num processo de socialização. Esta ideia é de elevada importância no contexto da presente investigação e nos problemas de índole criminal, permitindo argumentar no sentido de alterações comportamentais e cognitivas através de processos de socialização.

Mccormick e Martinko (2004) referem que na base das propostas de Bandura se encontram as seguintes premissas:

- As pessoas aprendem ao observarem outros;
- A aprendizagem é um processo interno que pode ou não resultar em alterações comportamentais;
- A aprendizagem pode ocorrer independentemente de existir alteração de comportamento (observação sem imitação).

Betz (2007) refere então que, tendo em conta estas premissas, se pode concluir que o comportamento é:

- Orientado para objetivos específicos;
- Eventualmente se torna autorregulado e;

- A cognição desempenha um importante papel neste processo.

Green e Piel (2009) acrescentam ainda que reforço ou punição têm efeitos indiretos, ao invés de diretos, nos processos de aprendizagem e de comportamento.

Assim, Nabavi (2012) refere que as seguintes cinco características cognitivas são aquelas que influenciam o comportamento segundo a TAS:

- Expectativas de respostas e consequências futuras baseadas na situação presente;
- Experiências vicárias das consequências dos outros;
- As expectativas sobre consequências futuras afetam a forma como processamos nova informação cognitivamente;
- As expectativas afetam decisões sobre como nos havemos de comportar e;
- A inexistência de consequências esperadas tem efeitos no futuro.

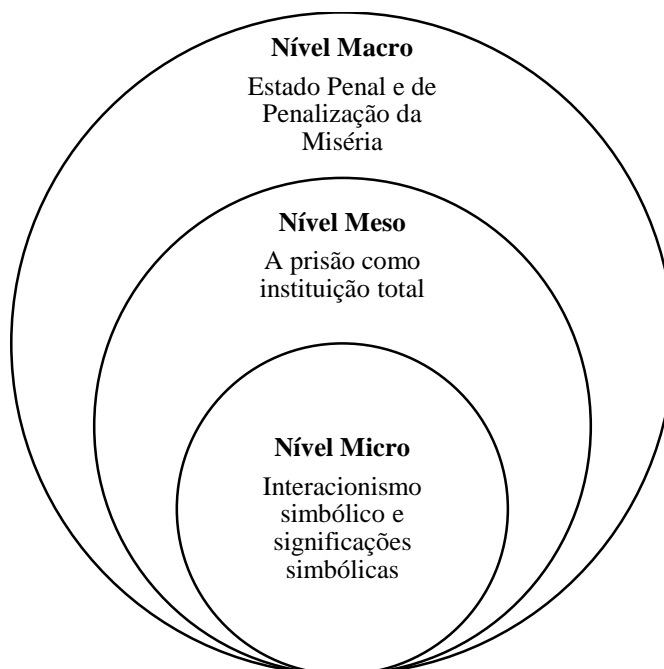
Assim, podemos concluir o porquê da TAS ser comumente apelidada de ponte entre as teorias de aprendizagem comportamental e as teorias de aprendizagem cognitiva, dada a incorporação da atenção, da memória e da motivação, com a inclusão de um enfoque em processos cognitivos (Nabavi, 2012).

Green e Peil (2009) referem ainda a importância destas e as relevantes tentativas de Bandura em utilizá-las com o intuito de resolução de diversos problemas globais, nomeadamente de teor ambiental, pobreza e controlo do crescimento populacional.

5. Modelo de Análise

A partir do enquadramento teórico, desenvolveu-se um modelo de análise que se organizou da seguinte forma: do ponto de vista macro, a ideia de Estado Penal e de Penalização da Miséria de Loic Wacquant; num nível meso, a prisão como instituição total, com inspiração em Goofman, e do ponto de vista micro, foi feita uma leitura a partir do interaccionismo simbólico e das significações simbólicas que os atores atribuem às suas ações, com inspiração em Mead e Blumer (figura 5.1).

Figura 5.1 – Modelo de Análise



Com foco nas políticas sociais e de reinserção em contexto prisional, iniciou-se uma abordagem macro a partir da ideia de Estado Penal e de Penalização da Miséria de Loïc Wacquant.

Wacquant tem Pierre Bourdieu como uma das suas principais influências teóricas. Como já referido, Loïc Wacquant (2009) acompanhou a incubação e internacionalização de *slogans*, teorias e medidas que compõem um novo “senso comum” punitivo, criado para conter a crescente desigualdade e marginalidade urbana na metrópole. A partir da ascensão do Estado Penal nos Estados Unidos e noutras sociedades desenvolvidas, salientou que há uma resposta à crescente insegurança social e não à insegurança criminal, reconhecendo que as mudanças nas políticas de bem-estar e justiça estão interligadas, à medida que o “trabalho social” restritivo e a “prisão” expansiva são acoplados numa única “engenhoca” organizacional para disciplinar as frações precárias da classe trabalhadora pós-industrial. No fundo, Wacquant (2009) revela como o consenso de Washington sobre desregulamentação económica e redução do bem-estar foi estendido para abranger o controlo punitivo do crime porque a mão invisível do mercado necessita e convoca o punho de ferro do Estado Penal.

Depois, a um nível meso, temos a prisão como instituição total, com inspiração em Goffman.

Este conceito de IT define locais como manicómios, conventos, campos de concentração, escolas internas ou prisões como “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (Goffman, 1961, p. 11).

Goffman caracteriza estas instituições como altamente “abrangentes”, com o potencial de incluírem os “membros da sua organização” de uma forma muito mais forte, quando comparadas com outro tipo de organizações, dada a quantidade de poder que exercem sobre eles e a quantidade de tempo que os seus membros passam na organização, sendo a sua característica principal o exercício de controlo hierárquico sobre os seus membros.

Por fim, do ponto de vista micro, foi feita uma leitura a partir do interacionismo simbólico e das significações simbólicas que os atores atribuem às suas ações, com inspiração em Mead e Blumer.

Os principais pressupostos desta perspetiva foram inicialmente apresentados por George Herbert Mead e mais tarde agrupados e organizados por Herbert Blumer, que deteve um importante papel na reunião, organização e divulgação dos pressupostos teóricos de Mead (Charmaz, 1989). Mead era um filósofo pragmático e antidualista que acreditava que a mente e o ego eram produtos da sociedade e assumia que os símbolos se desenvolviam na mente e que eram utilizados como forma de pensamento e comunicação. Também foi referido que Mead se focava na interação humana do dia a dia através do estudo da interação simbólica entre indivíduos e de como estes usam simbolismo para criar ordem e significado no mundo.

Depois, de acordo com Blumer (1969), existem três princípios centrais para a perspetiva do interacionismo simbólico: significado, linguagem e pensamento. Para que se entenda, os seres humanos desenvolvem as suas atitudes para com o mundo pelo meio do significado; este significado é inferido através de da interação de quem o “recebeu”; o significado muda consoante processos interpretativos.

Capítulo 3. METODOLOGIA

1. Caracterização da Unidade Orgânica Estabelecimento Prisional de Olhão

O Estabelecimento Prisional de Olhão é uma Unidade Orgânica da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, que é por sua vez um serviço dependente do Ministério da Justiça de Portugal. A sua missão é assegurar a gestão do Sistema Prisional Português e é dirigida por um Diretor Geral e por três Subdiretores.

É um Estabelecimento com carácter de segurança alta (pois a execução de penas e medidas privativas da liberdade decorre, predominantemente, no regime comum) e de grau de complexidade de gestão médio (ocupação média inferior a 250 reclusos, tendo este EP uma média de 70 reclusos).

A lotação do Estabelecimento Prisional de Olhão (EP Olhão), no dia 31 de dezembro de 2021, era de 61 reclusos para uma lotação definida de 51. Verifica-se que a população prisional afeta é, em termos jurídico-penais, de 27 preventivos (42,2%) e 34 condenados (57,8%). O EP de Olhão passou a ser o Estabelecimento Prisional do Algarve para a admissão de todos os reclusos vindos da liberdade, 231 reclusos desde 01-01-2021 a 31-12-2021, para realizarem a quarentena profilática devido à Covid-19, na sequência do Despacho do Sr. Diretor-Geral, de 6 de março de 2020.

No que concerne à idade predominante no EP, verifica-se que maioritariamente os reclusos têm entre 30 e 45 anos. À data o recluso mais novo tem 21 anos e o mais idoso tem 65 anos. Em termos de nacionalidade estrangeira temos 19 reclusos, 33,4% (2 Brasil, 6 Cabo-verde, 3 Guiné-Bissau, 2 Espanha, 1 França, 2 Roménia, 1 Ucrânia, 1 Marrocos, 1 Moldávia), sendo maioritariamente, 66,6%, de nacionalidade Portuguesa. Em termos de população por residência servida pelo EP Olhão, verifica-se que se trata de um EP de cariz regional, pois da população afeta na maioria tem residência na região do Algarve, 86,25%. O grau de habilitações literárias considera-se baixo, pois 59% dos reclusos tem até o 3º Ciclo (8º ano). Portanto, apenas cerca de 41% dos reclusos tem o ensino básico completo. Neste sentido, continua a ser um desígnio do sistema prisional educar e formar os cidadãos que estão, temporariamente, privados da liberdade. A educação e formação deverá versar as aprendizagens académicas e/ou de formação profissional ao nível do “saber-fazer”, como também a aquisição de conhecimentos relativos à adoção de

comportamentos saudáveis, bem como reconhecer, validar e certificar as competências pessoais e sociais adquiridas quer em meio livre, quer em meio prisional.

O Estabelecimento Prisional de Olhão foi criado pela Portaria n.º 1065/2000, de 6 de novembro, que o classifica como um Estabelecimento Prisional Regional. Posteriormente a portaria n.º 13/2013 de 11 de janeiro define e classifica os Estabelecimentos Prisionais segundo um nível de segurança e grau de complexidade, sendo o EP de Olhão classificado como EP de segurança alta e grau de complexidade média.

Na altura, o designado de EPR de Olhão foi encerrado a 31 de julho de 2006 e reabriu em 03 de março de 2008. No período que distou entre o encerramento e a sua reabertura, foram efetuadas obras de melhoramento do espaço, nomeadamente a limpeza e reparação de equipamentos que se encontravam degradados bem como a pintura de paredes, portas e grades. Além disto, em agosto de 2006, foram colocados, para suprir necessidades de espaço, dois pavilhões, destinados a desenvolver atividades com reclusos.

Foi também necessário readaptar espaços para acomodar os funcionários, civis e o Corpo da Guarda Prisional, tanto do género masculino como feminino. A maioria destes estava afeta ao EPR de Portimão, entretanto encerrado.

No ano 2016, começou a ser construído um espaço, anexo ao edifício prisional, com vista a colmatar duas lacunas existentes. Por um lado, a criação de um espaço destinado à formação escolar e profissional, por outro, a separação de reclusos em regime aberto. Esta infraestrutura foi inaugurada em agosto de 2016, pela Ministra da Justiça, Dra. Francisca Van Dunem.

Em novembro de 2016, incrementou-se a construção de uma zona para as acomodações do pessoal de vigilância e segurança e onde também se construíram três quartos para a população prisional, da região do Algarve, usufruir de visitas íntimas e assim se cumprir o Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais. Esta obra foi inaugurada em novembro de 2017, pelo Sr. Diretor-Geral.

Conforme despacho da Senhora Diretora-Geral dos Serviços Prisionais, datado de 30 de maio de 2008, o EPR de Olhão ficou destinado a acolher reclusos preventivos das Comarcas Judiciais de Loulé, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António. Mais tarde, além destes, começou a receber também reclusos condenados. A taxa de sobrelocação do EP, à data de 16 de julho de 2021, é de 137,25 %, uma vez que estavam afetos 70 reclusos para uma lotação definida de 51.

O Estabelecimento Prisional de Olhão recebia essencialmente reclusos preventivos e condenados à ordem dos Tribunais das Comarcas de Vila Real de Santo António, Tavira, Olhão e Loulé. É de notar que a área territorial alargada do Tribunal de Execução de Penas (TEP) do EP de Olhão é o TEP de Évora.

O EP de Olhão acolhia antes de março de 2020, reclusos condenados (como disposto no art.º 120.º e 121.º da Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro- CEPMPL), e reclusos em prisão preventiva (como disposto no art.º 123.º do CEPMPL), sendo a sua área jurisdicional os concelhos abrangidos pelas comarcas de Vila Real de Santo António, Tavira, Olhão e Loulé.

Este Estabelecimento Prisional está dotado de:

- 14 Celas (ver anexos);
- 7 Camaratas (ver anexos);
- Quartos de visitas íntimas (3);
- Gabinete médico;
- Setor escolar/formação, com 2 salas;
- Biblioteca (até março de 2020, que depois foi transformada em camarata);
- Serviço de Lavandaria e Cantina;
- Parlatório, que também funciona como sala de visitas e outras atividades;
- 2 Gabinetes de atendimento.

Dispõe de três setores prisionais, na zona prisional (Setor A, Setor B e Setor C). O designado por setor C está equipado com refeitório, cantina/bar, lavandaria, copa, ginásio, bem como biblioteca que, entretanto, foi desativada, áreas comuns e com utilidade pelos setores A e B. O Setor A alberga reclusos em regime comum e em Regime Aberto no Interior (RAI), sendo o Setor B destinado a reclusos entrados, por nela conter as celas de observação, celas para os reclusos em cumprimento de Medidas Disciplinares nomeadamente em POA (Permanência Obrigatória no Alojamento), que é usada também para alojar os reclusos em greve de fome, de forma a que estes não tenham contacto com outros reclusos, impossibilitando desta forma o acesso a qualquer tipo de alimentos (como disposto no art.º 65.º e 66.º do Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de abril e RGEP), bem como a cela disciplinar, designada por CD, que também se localiza neste setor. O Setor C destina-se a reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE), pelo que dispõe de uma camarata e um pátio separado, bem como uma pequena cozinha, onde os reclusos tomam

as suas refeições. Desta forma, os reclusos que vão ao exterior não estabelecem contactos com a restante população reclusa.

Existem, no R/C, dois gabinetes de atendimento (destinado às consultas de psicologia, e para o atendimento aos reclusos por parte dos Serviços de Acompanhamento da Execução das Penas). Ainda no R/C e fora da zona prisional, localiza-se o gabinete da Chefia, destinado ao Chefe Principal e ao do Adjunto da Chefia/Chefes, dentro deste gabinete e numa zona já mais interdita, localiza-se o Armeiro, local muito sensível do ponto de vista da segurança, pois destina-se à acomodação e operacionalidade de praticamente todo o armamento existente no EP No 1º andar, localizam-se os Serviços Administrativos, compostos por 5 gabinetes, o gabinete do Diretor, o gabinete da Adjunta, partilhado com a Técnica Superior de Reeducação, a Secção de Reclusos, a Contabilidade, Secção de Pessoal e um gabinete de Apoio Geral, bem como a sala de reuniões, onde também se realizam os Conselhos Técnicos (como disposto no art.º 142.º e 143.º do CEPMPL), local onde também são realizadas as conferências com advogados ou entidades oficiais, contactos familiares entre reclusos e/ou familiares e audiências de julgamento via Webex ou videoconferências.

Na zona exterior ao Edifício Principal, localiza-se o bar dos funcionários, a primeira portaria, onde se faz a receção de encomendas, correspondência e onde estão afixados documentos informativos dirigidos aos visitantes dos reclusos (como o horário das visitas, a forma de como depositam o dinheiro na conta deles, a forma como carregar os cartões virtuais PT, entre outros), uma sala destinada às revistas; a sala de espera (onde as visitas aguardam), a oficina da Delta, destinada à manutenção de máquinas e equipamentos da empresa Delta Cafés e que irá ministrar formação e dar trabalho a reclusos, ainda inativa, e as instalações dos Elementos do CGP (Corpo da Guarda Prisional), localizadas no primeiro andar do Setor C, mas com entrada pelo exterior, bem como os três quartos de visitas íntimas (como disposto do art.º 120.º até ao art.º 124.º do RGEP), que dão apoio aos 3 EP do Algarve: Olhão, Faro e Silves.

Por fim, na periferia do EP, existem dois armazéns onde se guardam excedentes da roupa da cama/toalhas e produtos de higiene e outros materiais de manutenção necessários ao funcionamento do EP, o parque de estacionamento das viaturas celulares, uma arrecadação onde os reclusos que colaboram na faxina e manutenção do EP, em regime de RAI guardam o material de limpeza e de trabalho.

2. Estratégia Metodológica da Investigação

O presente estudo é de natureza qualitativa. Na abordagem qualitativa, o investigador pretende aprofundar a compreensão dos fenómenos que analisa, interpretando-os segundo a perspetiva dos próprios sujeitos que participam no estudo, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito. A pesquisa de um estudo qualitativo preocupa-se com a observação, interpretação e descrição do problema tal qual como este é representado na realidade. Os estudos descritivos têm como finalidade observar, descrever e documentar os aspetos da situação. Os estudos exploratórios visam fornecer uma descrição e classificação de um determinado fenómeno. (Fortin, 2009).

Quanto ao tipo de dados, primários ou secundários, optou-se pela recolha de dados primários, uma vez que estes são recolhidos de forma direta na realidade.

É importante salientar que essa pesquisa se situou num contexto de descoberta e não de prova, tratando-se de uma abordagem de carácter indutivo exploratório descritivo, ou seja, o objetivo desta dissertação não teve como proposta confirmar ou inferir hipóteses construídas previamente. Baseia-se assim em Bogdan e Biklen (1994) que descrevem que “ainda que se possam vir a selecionar questões específicas à medida que se recolhem os dados, a abordagem à investigação não é feita com o objetivo [...] de testar hipóteses” (p. 16).

Consideramos aqui que o método indutivo é um método científico que obtém conclusões gerais a partir de premissas individuais. Na visão dos autores, “não se trata de montar um quebra-cabeça cuja forma final conhecemos de antemão. Está-se a construir um quadro que vai ganhando forma à medida que se recolhem e examinam as partes” (Bogdan & Bliklen, 1994, p. 50) e não há a intenção de generalização dos resultados da pesquisa empírica.

2.1. Estudo de caso

No âmbito das ciências sociais, são cada vez mais as investigações que selecionam como método de investigação para a análise da realidade o estudo de caso. Yin (2005) define caso como determinado “fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não são claros e o pesquisador tem pouco controle sobre o fenómeno e o contexto” (p. 32). O estudo de caso consiste no “estudo da particularidade e complexidade de um único caso, conseguindo compreender a sua atividade no âmbito de circunstâncias importantes” (Stake, 2007, p. 11). Pode-se depreender, portanto, que a opção metodológica de estudo de caso, resulta sempre que se tem por objetivo estudar uma realidade específica a partir da qual se pretende produzir interpretações e retirar conclusões, sendo essencial a recolha detalhada de dados que caracterizam o caso a observar.

O estudo de caso apresenta uma pluralidade de características, assim, dependendo dos objetivos da investigação, o estudo de caso pode ser considerado: explicativo, exploratório e descritivo (Robson, 2002; Saunders et al., 2012).

Um estudo explicativo ocorre quando se produz uma descrição exaustiva da realidade observada, em que são esclarecidos significados e produzidas conclusões fundamentais para o esclarecimento do problema em análise. Segundo Yin (2005), “estudos de caso explicativos são os mais difíceis e os mais frequentemente desafiantes” (p. 69). Recorre-se ao estudo exploratório perante um desconhecimento acentuado da realidade a estudar, e procuram-se dados que permitam esclarecer e delimitar os problemas da realidade estudada. Por último, um estudo é descritivo acontece quando se procede ao detalhe e pormenor do caso objeto de estudo, como sendo, “relatá-lo como ele realmente é” (Yin, 2005, p. 128), sendo este tipo de estudo considerado geralmente menos exigente do que um estudo explicativo (Yin, 2005).

Yin (2005) considera ainda que o plano de *design* de uma investigação apresenta cinco componentes, a saber: “perguntas de um estudo; suas proposições, se houver; sua (s) unidade (s) de análise; a lógica ligando os dados às proposições e os critérios para interpretar os resultados” (p. 27). Será através deste plano que toda a investigação é conduzida (recolha, análise e interpretação dos dados), mediante o qual proceder-se-á à construção de um modelo lógico que apresentará as conclusões e conexões entre as variáveis selecionadas.

Embora o estudo de caso seja uma estratégia de investigação validada por diversos autores, são também algumas as críticas que se colocam a esta abordagem, a saber: falta de rigor na investigação ou mesmo falta de confiança e validade estatística; possível parcialidade do investigador e algum descuido que possa ter ao longo do processo; não possibilita fundamentos seguros para generalizações científicas; trata-se de uma estratégia que consome muito tempo; os estudos de caso podem usar-se para produzir hipóteses, mas não podem testar (Gummesson, 2000).

A investigação de estudos de caso pode recolher informações através das seguintes fontes: documentação, registos e arquivos, inquéritos e entrevistas, observações diretas, observação participativa e artefactos físicos (Yin, 2005). Em função do tipo de investigação que se pretende desenvolver, o investigador pode optar por seleccionar uma ou mais fontes de investigação. É expectável que quantas mais fontes de investigação forem reunidas, melhores e mais fidedignos sejam os resultados obtidos, dada a complementaridade de informação existente. Quando se seleccionam diversas fontes, permite-se ter uma análise de diferentes aspetos e ângulos, o que implica que as conclusões obtidas sejam mais seguras e fiáveis (Yin, 2005).

Na tabela 3.1 é apresentado o resumo das escolhas realizadas para a presente investigação no que concerne à filosofia, pesquisa, abordagem e estratégia seleccionada.

Tabela 3.1 - Resumo dos elementos e escolhas do Projeto de Pesquisa

Elementos	Escolhas			
Filosofia	Positivista	Construtivista	Teoria Crítica	Realismo
Pesquisa	Exploratória		Conclusiva	
Abordagem	Qualitativa		Quantitativa	
Estratégia	Experimentação	<i>“Survey”</i>	Estudo de Caso	Investigação Documental
	<i>“Action Research”</i>	<i>“Grounded Theory”</i>		Etnografia

Fonte: Elaboração Própria

3. Instrumento de Recolha de Dados

A entrevista semiestruturada, foi o principal instrumento de recolha de dados utilizados nesta investigação, e o objetivo da sua utilização foi recolher informação junto de reclusos.

A entrevista é um instrumento de recolha de dados que, no “sentido mais rico da expressão [...] adequa-se particularmente à análise do sentido que os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais são confrontados” (Quivy & Van Campenhout, 1998, p. 192), procurando abrir a área livre entre entrevistador e entrevistado quanto ao conteúdo da entrevista e, por consequência, diminuir a área secreta do entrevistado e a área cega do entrevistador (Carmo & Ferreira, 2015). Segundo Morgan, “uma entrevista consiste numa conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, embora por vezes possa envolver mais pessoas [...] com o objetivo de obter informações sobre a outra” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 134), podendo ser ou não a única estratégia para a recolha de informação (Bogdan & Biklen, 1994).

Nesta base, o total das 10 entrevistas utilizadas com base num guião e aplicadas com base num protocolo foram classificadas quanto ao seu objetivo como entrevistas de estudo e pelo grau de diretividade como semiestruturadas.

Com este intuito, as entrevistas foram realizadas num ambiente semi-informal, descontraído, presencialmente e procurando sempre deixar os inquiridos responderem à vontade. As entrevistas foram realizadas na sala de aula do EP “Poeta António Aleixo”, fora da zona Prisional. Os entrevistados reconheceram o investigador como sociólogo e não como Guarda Prisional, ocorrendo as entrevistas em período não laboral, sem farda. As transcrições foram elaboradas, na íntegra, após a realização das mesmas, com o intuito de reduzir as perdas das impressões do investigador.

4. População-alvo e a Constituição da Amostra

Gil (2008) define amostra como o subconjunto da população, por meio do qual se infere as características dessa população. Prodanov e Freitas (2013), acrescentam que “a

pesquisa científica pode buscar a identificação dessas relações por meio do estudo de apenas uma parte dos elementos que formam o universo” (p. 97).

No presente estudo, a amostra é constituída por 10 reclusos que foram escolhidos com o principal critério de serem reincidentes em meio prisional, já estiveram privados de liberdade mais do que uma vez.

O nome do local de estudo, Estabelecimento Prisional de Olhão, não foi omitido, uma vez que a presente investigação não levanta questões de fundo sobre a própria organização.

5. Técnica de Análise dos Dados

A análise de conteúdo é uma técnica de análise de dados plurifacetada e em constante aperfeiçoamento que se aplica a “discursos” (conteúdos) extremamente diversificados e foi usada como técnica de análise dos dados recolhidos nas entrevistas.

Existe, portanto, mais do que uma abordagem quanto ao procedimento a desenvolver na utilização da análise de conteúdo.

Assim, por exemplo, Carmo e Ferreira (2015) defendem que as etapas da análise de conteúdo são essencialmente as seguintes:

- Definição dos objetivos, e do quadro de referência teórico: constituição de um *corpus*. Escolha de documentos para análise de conteúdo que deverá ser baseada na exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. A definição de categorias poderá ser feita *a priori* ou *a posteriori*. As categorias deverão ter as seguintes características: exaustiva, exclusiva, objetiva e pertinente.

- Definição de unidades de análise: unidade de registo; unidade de contexto; unidade de enumeração; quantificação (não obrigatória) e interpretação dos resultados obtidos.

Segundo a proposta de Bardin (2009), a análise de conteúdo organiza-se em três fases:

- i. **Pré-análise:** fase de organização propriamente dita, tendo por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. Esta fase tem as seguintes missões:

- A leitura “flutuante”: estabelecimento de contacto com o documento a analisar deixando-se invadir por impressões e orientações;
- A escolha dos documentos: definindo o género de documentos sobre os quais se pode efetuar a análise, é necessário proceder-se à constituição de um *corpus* que implica escolhas, seleções e regras, sendo as principais:
 - Regra da exaustividade: necessário ter em conta todos os elementos, não-seletividade;
 - Regra da representatividade: a análise pode efetuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial. Neste caso, os resultados obtidos para a amostra serão generalizados ao todo;
 - Regra da homogeneidade: os documentos retidos devem ser homogéneos, quer dizer, devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha;
 - Regra de pertinência: os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise.
- A formulação das hipóteses e dos objetivos: uma hipótese é uma afirmação provisória que nos propomos verificar (confirmar ou infirmar), recorrendo aos procedimentos de análise. Trata-se de uma suposição cuja origem é a intuição e que permanece em suspenso enquanto não for submetida à prova de dados seguros. O objetivo é a finalidade geral a que nos propomos (ou que é fornecida por uma instância exterior), o quadro teórico e/ou pragmático, no qual os resultados obtidos serão utilizados. No entanto, nem sempre é possível estabelecer hipóteses, ou mesmo não é obrigatório ter-se como guia um *corpus* de hipóteses, podendo-se falar, então, em procedimentos fechados ou exploratórios:
 - Procedimentos fechados: caracterizados essencialmente por técnicas taxinómicas (por classificação de elementos dos textos em função de critérios internos e externos), são métodos de observação que funcionam

segundo o mecanismo da indução e servem para a experimentação de hipóteses;

- Procedimentos exploratórios: podem corresponder técnicas ditas sistemáticas (e nomeadamente automáticas), permitem, a partir dos próprios textos, apreender as ligações entre as diferentes variáveis, funcionam segundo o processo dedutivo e facilitam a construção de novas hipóteses.
 - A referenciação dos índices e a elaboração de indicadores: os textos são manifestações que contém índices que vão transparecer, pelo que o trabalho prévio será a sua escolha, em funções das hipóteses, caso elas estejam determinadas, e sua organização sistemática em indicadores. Certifica-se da eficácia e da pertinência dos indicadores testando-os em algumas passagens ou em alguns elementos dos documentos (pré-teste de análise).
 - A preparação do material: desde o alinhamento dos enunciados intactos, proposição por proposição, até à transformação linguística dos sintagmas, para padronização e classificação por equivalência. No caso de tratamento informático, os textos devem ser preparados e codificados segundo as possibilidades de “leitura” do computador e segundo as instruções do programa.
- ii. **A exploração do material:** tendo as diferentes operações da pré-análise convenientemente concluídas, esta fase não é nada mais do que a aplicação sistemática das decisões tomadas. Esta fase é longa e fastidiosa, consistindo essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas.
- iii. **Tratamento dos resultados obtidos, inferência e interpretação:** os resultados em bruto são tratados de maneira a serem significativos e válidos. Operações estatísticas simples (percentagens), ou mais complexas (análise fatorial), permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas figuras e modelos. Os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas. Estes resultados deveram ser submetidos a provas estatísticas, assim como a testes de validação, para que tenham maior rigor.

Para Bardin (2009), de uma maneira geral, a análise do discurso permite uma explicação de procedimentos e critérios de interpretação de entrevista e, neste sentido, contribui para a realização de pesquisas mais rigorosas.

No caso do presente estudo o procedimento que utilizámos para a análise de conteúdos foi seleccionar e listar os pequenos fragmentos significativos das entrevistas transcritas; para passarmos depois à arrumação desses fragmentos de acordo com os temas identificados na pesquisa e já previamente identificados no guião de entrevista.

Capítulo 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Os resultados são seguidamente agrupados segundo os blocos temáticos que integraram o guião de entrevista, sendo:

Bloco I – Características sociodemográficas

Bloco II – Contexto e trajetória familiar

Bloco III – A escola e o trajeto escolar

Bloco IV – Experiências e trajetórias no mundo do trabalho

Bloco V - Trajetórias e vivência da reclusão

Bloco VI – A reinserção social.

Bloco I - Características sociodemográficas

A amostra contou com um total de 10 reclusos, todos do sexo masculino, da zona do Algarve, com profissões totalmente distintas, estando a maioria empregada (Tabela 4.1).

Tabela 4.1 – Características da amostra

	Estado Civil	Habilitações	Profissão	Situação	Residência
E1		9.º ano	Cortador de carne	Desempregado	Loulé
E2	União de facto	12.º ano	Mecânico	Empregado (oficina)	Loulé (Almancil)
E3	Solteiro	10.º ano	Construção civil	Empregado	Loulé (Vilamoura)
E4	-	12.º ano	Carpinteiro	Empregado	Vila Real de Santo António
E5	-	4.º ano	Jardineiro	Empregado	Loulé
E6	União de facto	12.º ano	Empresário agrícola	Empregado	Faro
E7		12.º ano	Renta Car	Empregado	Faro
E8	Solteiro	12.º ano	Diretor de Marketing	-	Porto

E9	Divorciado	12.º ano	Eletricista	Reformado (invalidez)	Loulé
E10	Solteiro	9.º ano	Mariscador	Desempregado	Olhão

No que diz respeito aos pais e às mães dos ex-reclusos, a maioria dos pais tinha profissões que variavam entre engenheiro informático e pedreiro ou agricultor, tendo habilitações sobretudo ao nível do 4.º ano. No caso das mães, a maioria era doméstica ou empregada de limpeza, tendo habilitações bastante distintas entre elas, mas igualmente baixas, como no caso dos pais (Tabela 4.2).

Tabela 4.2 – Profissão e habilitações dos pais e mães do ex-reclusos

	Profissão pai	Profissão mãe	Habilitações mãe	Habilitações pai
E1	Desconhecido	Doméstica	5.º ano	Desconhecido
E2	Pedreiro	Empregada de Limpeza	4.º ano	4.º ano
E3	Engenheiro informático	Bancária	12.º ano	Licenciado
E4	Agricultor	Conserveira	3.º ano	Analfabeto
E5	Pedreiro	Doméstica	6.º ano	5.º ano
E6	Empresário agrícola	Doméstica	4.º ano	4.º ano
E7	Mariscador	Empregada de cantina	Analfabeta	4.º ano
E8	Eletricista	-	-	4.º ano
E9	Mecânico	Auxiliar serviços educativos	4.º ano	4.º ano
E10	Pedreiro	-	-	4.º ano

Bloco II – Contexto e trajetória familiar

Neste bloco, a análise dos percursos da trajetória familiar destes cidadãos leva-nos a uma tentativa de conhecer aspetos que possam ter influenciado a sua (re)envolvência no crime, sendo que para isso não basta saber os motivos da prática dos atos criminais, mas também aquilo que os antecederam, pois muitas vezes deparamos com situações em que o interesse maior é saber qual o crime cometido e aquilo que o envolveu, esquecendo-nos que por detrás de um ato transgressivo podem existir diversos fatores que originaram tais práticas e que, por vezes, nem o próprio indivíduo consegue contornar, como, por exemplo, as situações de toxicod dependência, presente diversas vezes nos casos em análise.

Assim, quando inquiridos sobre a vida familiar antes de entrar na prisão, a totalidade dos inquiridos vivia com um familiar direto, fosse mãe (4 referências), pai (1 referência), irmãos (3 referências), avós (1 referência) ou esposa/companheira (4 referências), sendo que a maioria aponta que era uma vida tranquila.

“Estável. Vivia com a mãe e irmão” (E1)

“Vivia com a minha mãe, irmão e padrasto. Era tranquilo” (E2)

“Vivia com uma rapariga em casa própria. A vida era razoável dávamos-nos bem, apesar dos consumos” (E7)

“Vivia com avó paterna, era uma vida tranquila, sem problemas” (E8)

Resultados semelhantes teve Silva (2012), que destaca o facto de todos os indivíduos entrevistados serem provenientes de famílias desestruturadas e que encerram problemas de várias ordens. Denota-se em alguns dos casos a ausência de um dos pais e ainda a convivência com indivíduos já marcados por alguns vícios como drogas ou álcool. Apesar destas problemáticas, todos, numa primeira análise, afirmam ter uma ótima relação com os familiares e que estes estiveram sempre presentes na sua caminhada.

Acerca da infância, a maioria refere ter sido estável/tranquila (4 referências), que não lhes faltou nada em casa (2 referências), mas são apontadas situações de dependência em familiares diretos, tanto de álcool (3 referências) como de drogas (2 referências).

“Tranquila, em família e tinha 2 irmãos” (E4)

“Vivia com os avós e pais. O meu pai tinha problemas de álcool por isso eu fugia para os meus avós, mas não existia violência física nem verbal” (E7)

“Vida tranquila com os avós, nunca me faltou nada, só o pai e mãe” (E8)

“Vivia com avós, tios e irmão. O meu tio tinha problemas aditivos” (E10)

Novais et al. (2010) obtiveram resultados semelhantes; ao averiguar e compreender a situação familiar de cada recluso, bem como ao analisar a existência de vínculos afetivos aos elementos familiares, verificaram que de 30 sujeitos, 20 sujeitos afirmam que mantêm bom relacionamento familiar pautado por laços de proximidade e afetividade entre grande maioria dos elementos.

As referências à adolescência são semelhantes; referem ter sido *“Tudo igual”* (E5), havendo referência a tranquilidade, felicidade e o início de alguns comportamentos aditivos (2 referências).

“Feliz, mas para os meus pais nos darem um boa vida na África do Sul, não tinham muito tempo para nós” (E3)

“Foi fixe, tranquilo... Trabalhei até aos 13 anos, para ajudar os meus pais, éramos pobres, não se passava fome” (E4)

“Vivia com os meus avós, a partir dos 16 anos começaram os consumos de haxixe e heroína” (E8)

“Normal, mas quando comecei a trabalhar aos 16 na Câmara, comecei a fumar haxixe. Depois foi heroína aos 21” (E9)

Apesar de referirem infâncias e adolescências normais e tranquilas, o certo é que todos passaram por momentos de reclusão. Nesse sentido, Torres e Gomes (2005) e Vilas-Boas et al. (2013) referem que é possível estabelecer um conjunto de conexões significativas em todos estes indivíduos: a elevada taxa de pobreza da população, os fracos rendimentos das famílias, o insucesso escolar, as dificuldades de inserção no mundo do trabalho, as oportunidades de emprego dos jovens surgirem em setores que exigem pouca qualificação, o contacto em muitos dos casos com o mundo das drogas, o surgimento de comportamentos aditivos desponta o início de atividades delinquentes que alimentam esses hábitos/consumos, na maioria das vezes drogas.

Relativamente a episódios que marcaram o crescimento, foram apontadas situações de falecimento de pais/avós (5 referências).

“O funeral do meu pai com 5 anos, morreu atropelado... Perder a 1.^a mulher por causa das minhas noitadas.” (E2)

“Em termos de família, depois do 25 de Abril, fomos para a África do Sul, sem tios, sem primos no meu crescimento, o que lamento. Morreu o meu pai, foi uma tragédia, numa semana, com meningite” (E3)

“Lembro-me, de uma vez, o meu pai ter batido bastante no meu irmão por ter chumbado. Quando eu tinha 27 anos, o meu pai morreu, apesar de ele nunca ter demonstrado amor ou carinho pela família, só nos deu dor de cabeça” (E9)

“Fui abandonado pelos meus pais, conheci o meu pai em 2011. Tenho mais dois irmãos...Marcou-me a morte dos meus avós” (E10)

Todas as referências feitas foram negativas, passando pela alusão a falecimentos, comportamentos aditivos de familiares e o próprio início de consumo de alguns indivíduos da amostra entrevistada. No estudo de Rodrigues (2017), foram referidos episódios semelhantes que marcaram os reclusos, desde trajetos de vida pautados pelo divórcio dos pais, episódios de violência doméstica, frequência de centros educativos para cumprir medidas tutelares.

No presente, os entrevistados dizem viver com mãe (3 referências), irmão (2 referências), esposas/companheiras (2 referências).

“Companheira e filho” (E3)

“Atualmente, com a mãe” (E7)

“Vivo com a mãe do meu filho mais velho e com ele” (E9)

A este propósito, recentemente foi referenciado por Meireles (2022) uma alternativa para a habitação de reclusos: as casas de transição. Refere que os custos financeiros de uma casa de transição são significativamente inferiores aos custos de uma prisão, visto que os residentes da casa, auferindo salários nos seus empregos, suportam os custos de alimentação, transportes e de estadia, pagando uma renda simbólica pela sua vaga na casa, readquirindo assim responsabilidades e competências de gestão de um orçamento pessoal. Para que se entenda, a Associação Reshape dá o exemplo dos Países Baixos onde reclusos nos últimos 12 a 24 meses da pena vivem numa casa, podendo estudar ou trabalhar, apresentando uma taxa de reincidência de 4,6 %. Em Portugal, só há acompanhamento para as liberdades condicionais.

A maioria dos entrevistados refere ter filho(s), havendo 3 referências à não existência de filhos (E2, E5 e E10).

“1 filho com quem tenho uma relação tranquila” (E1)

“Tenho 2 filhos da 1.ª esposa, mantenho uma relação boa com a mais nova, conseguiu formar-se. O meu filho é empregado de mesa” (E4)

“Sim, mas não o conheço, eu tinha 14 anos, perdi o contacto da mãe. Eu andava metido nos consumos, não me interessa muito” (E7)

Depois, é unânime o reconhecimento de que o apoio familiar durante a reclusão é importante. Todos descrevem como foi importante para eles o apoio das mães, esposas e outros familiares, apontando quer o apoio económico, quer emocional, recebido nesse período delicado. Excetua-se a situação de E10 que refere estar *“Sem apoio familiar”* (E10).

“Sim, sempre emocional e económico, tanto da mãe, como irmão, tios e ex-mulher” (E2)

“Sim, sempre tive apoio da minha mãe, esposa, irmãos e primos. Faziam visitas, ajudavam economicamente” (E4)

“Sim, tia e irmão ajudavam economicamente e mãe da filha apoio emocional” (E8)

Os dados encontrados por Mowen et al. (2019) sugerem que o apoio familiar nas necessidades básicas dos indivíduos que voltam a estar em liberdade parece estar relacionado com resultados positivos; aspetos do apoio familiar, como o fornecimento de habitação e apoio financeiro, parecem ajudar na reintegração dos ex-reclusos. Apesar de neste ponto nos focarmos na família no momento da reclusão, entende-se que o apoio da família é reconhecido por todos como sendo de extrema importância. Neste sentido, Novais et al. (2010), no seu estudo, referem que de um total de 30 reclusos, 16 reclusos consideram que a família teve um papel importante no seu percurso vivencial.

Bloco Temático III – Escola e trajeto escolar

Quando questionados sobre o trajeto escolar, são apontadas apenas situações positivas, sendo referido:

“Muito bom, os melhores anos da minha vida, tirei logo um curso, não chumbei nenhum ano” (E2)

“A escola foi um espetáculo, era o melhor aluno da turma até ao 6.º ano” (E4)

“O trajeto escolar foi bom, eu gostava de estudar até conhecer as drogas e perder o interesse pela escola, perde-se o interesse por tudo, não desejo a ninguém” (E7)

“Sempre boa, gostava de estudar” (E8)

Sendo que a maior parte dos ex-reclusos é do Algarve, frequentaram escolas da zona, havendo 2 exceções, no Porto (E8) e em Joanesburgo (E3).

“Duarte Pacheco e Secundário de Loulé” (E1)

“Dr. Agostinho em Almancil e Liceu de Loulé” (E2)

“Escola Primária de Loulé e Secundaria de Loulé” (E9)

“Colégio da Bela Vista em Lisboa e Casa do Rapazes em Faro” (E10)

Independentemente da origem dos reclusos, mesmo em outros estudos que foram consultados, entende-se que a escola é referenciada como um dos mais importantes processos de socialização. Na escola, as dificuldades de adaptação, as más relações com os membros escolares, as faltas contantes, o absentismo escolar e o pobre desempenho académico são fatores que se encontram muitas vezes na base de situações de delinquência juvenil (Pais, 2012). Além disso, a falta de organização escolar, a ausência de atividades extracurriculares que ocupem os tempos livres dos jovens e os conteúdos letivos pouco atrativos fazem com que a escola se torne aborrecida e desinteressante para uma grande parte dos alunos (Pais, 2012).

No nosso estudo, apenas foi referido por um recluso as faltas que o levaram a reprovar e, conseqüentemente, a abandonar a escola.

No seguimento do que foi referido sobre o trajeto escolar, também as memórias que guardam são todas positivas.

“Boas... Brincar, jogar à bola, tinha um grupo de hip hop” (E2)

“Boas, sempre tive sucesso e boas notas” (E8)

“Tinhas bastantes amigos, ficaram alguns da primaria, até ao 9.º ano, sempre com bom aproveitamento. Nunca tive confusões, porrada com os colegas” (E9)

“Boas... Ficaram alguns amigos” (E10)

Eram, na maioria, bons alunos, à exceção de E1 (*“Cometia muitas maluquices, entrava pela frente e saía por trás...”*) e E3 (*“Aluno médio, sem marcas de distinção”*).

“Era um aluno bom, não excelente, mas um bom aluno” (E4)

“Bom aluno, empenhado e atento” (E8)

“Bom aluno” (E9)

Quando às habilitações literárias, variaram entre o 4.º ano (E5) e a frequência universitária (E8).

“9.º ano em meio livre e 12.º ano em reclusão” (E1)

“12.º ano e curso profissional com bolsa de estudos” (E2)

“10.º ano na África do Sul” (E3)

“9.º ano” (E10)

No que diz respeito à amostra, as habilitações são baixas, no entanto, muitos voltaram a estudar dentro da prisão. Tanto no estudo de Silva (2012), de Sousa (2015) e de Rodrigues (2017), os reclusos também tinham habilitações baixas, abandono escolar precoce e sem qualificação profissional. Silva (2012) refere ainda que “Percurso de instabilidade e insucesso são preditores de exclusão social e dificuldades na obtenção de emprego, fato que contribui para a tentação de entrar por negócios que, fruto da sua ilegalidade, representam um ganho fácil e rápido” (p. 70).

Quanto à taxa de reprovação, ficou dividida a amostra, E1, E4, E5, E6 e E9 reprovaram, os restantes não.

“Sim, na 5.ª classe” (E4)

“Sim, 2 vezes” (E6)

“Não” (E7)

“Não” (E10)

Quando questionados sobre a importância da escola na sua vida a opinião foi unânime: assumiu um papel muito importante.

“Claro que foi, principalmente quando estive no internato 3 anos, tinha regras, disciplina” (E3)

“Bastante importante, ainda hoje gosto de ler, estar informado, ver programas culturais, ter conhecimento” (E4)

“Claro que sim, não é como as escolas de hoje em dia, ainda hoje sei de tudo um pouco, cultura geral” (E9)

Os entrevistados decidiram deixar de estudar em diferentes momentos da sua vida, mas a maioria foi numa fase precoce do percurso escolar.

“Com 13/14 anos comecei a trabalhar” (E1)

“Na altura estava sempre a pedir aos meus pais carro, dinheiro... Eles deram-me a escolher entre continuar os estudos ou ir trabalhar e ter as minhas coisas, foi uma escolha errada” (E3)

“7.º ano desisti para ir trabalhar, para comprar as minhas coisas e para não sacrificar a minha mãe. Ela tentou que eu não desistisse, mas tinha inveja do que os amigos tinham” (E7)

“No 9.º ano tive de optar por trabalhar” (E9)

De facto, na literatura consultada, verificou-se que inúmeros estudos vieram demonstrar que o comportamento delinquente surge com maior intensidade e frequência entre os 12 e os 17 anos (idade em que os entrevistados deixaram a escola), altura em que o jovem sofre uma reorganização interna e determina a sua personalidade, sendo que os comportamentos antissociais assumem o seu pico, por volta dos 17 anos (Farrington, 1987; Leblanc, 2003; Moffit & Caspi, 2001; Simões et al., 2008; Loeber, et al., 2003; Marcotte et al., 2002; Negreiros, 2008 citado por Oliveira, 2011). Segundo estudos realizados por Frechette e LeBlanc (1987, citados por Oliveira, 2011), grande parte dos jovens (92 %) refere já ter cometido um ou mais atos delinquentes durante a adolescência.

Talvez por terem deixado tão cedo a escola, a grande maioria diga sem hesitar que voltaria à escola se pudesse. Excetua-se a situação de E4 que refere *“Agora já não, tenho o meu trabalho, já tenho o 12.º ano, não penso ir para a universidade”*.

“Sim, voltava logo” (E2)

“Gostaria de voltar para ser biólogo marinho, gosto de Biologia” (E7)

“Claro que sim!” (E10)

Em 2010, era noticiado, no jornal Correio da Manhã, que 3690 reclusos estavam a estudar (1932 frequentavam cursos de educação e formação de adultos, de nível básico e secundário; 1720 cursos profissionais e 38 o ensino superior). Os candidatos a doutor têm facilidades especiais, sendo que em algumas universidades existem funcionários que fazem a ponte entre os reclusos e os docentes. Quando chega a época de exames, sempre que possível, o recluso desloca-se ao estabelecimento de ensino para prestar provas ou as escolas fazem deslocar os seus professores à cadeia. No entanto verifica-se também que continua a haver analfabetismo no meio prisional (CM Jornal, 2010).

Bloco IV – Experiências e trajetórias no mundo do trabalho

As experiências profissionais referidas pelos 10 entrevistados são muito diferentes, passando por:

“Cortador de carne, trabalhos temporários...” (E1)

“Topógrafo, mecânico e jardineiro” (E2)

“Numa firma de engenharia fui inspetor de qualidade” (E3)

*“Rentacar, calceteiro, jardineiro, pintor, servente, limpezas, agricultura”
(E7)*

*“Mariscador, carpintaria, pastelaria/padaria (quando morei em Lisboa).”
(E10)*

No estudo de Ermida (2018), são referidas profissões na área do setor automóvel, construção civil e pesca. Também neste estudo há um recluso com frequência universitária, mas esses são, de facto, a exceção. Como já foi referido, a maioria abandona precocemente a escola, o que leva ao desempenho de profissões sem grandes qualificações académicas.

Fator comum é a tenra idade com que começaram a trabalhar, variando entre os 12 (E6) e os 19 anos (E3).

“14 anos” (E1)

“13 anos” (E4)

“16 anos” (E7)

“15 anos” (E9)

Quando descrevem o primeiro trabalho que tiveram, há referências a trabalhos duros (E1, E7 e E10) e pouco qualificados.

“O primeiro foi no comércio, o minimercado Farol em Vila Real, tratava da reposição e fiel de armazém; o patrão confiava em mim” (E4)

“Firma de jardinagem em Almancil (800 €), condutor de máquinas” (E6)

“Foi bom, ganhava 160 contos, o dobro do meu avô, e gostava do que fazia” (E8)

*“Olha...era servente, havia bom ambiente, um pouco puxado fisicamente”
(E10)*

Outros trabalhos variaram entre locais como Burger King (E1), Rent-a-car no aeroporto (E7) ou Câmara Municipal (E9), entre outros.

“Karting de Almancil, a aprender a mexer em motos com o meu tio... Jardins... Topógrafo ate aos 24 anos, mecânico... Depois foi sempre a descer, consumo de drogas e álcool, trabalhava só para os consumos” (E2)

“Trabalhei numa fábrica de armamento na África do Sul. Numa fabrica de plásticos, fabrico de garrafas, utensílios e na construção civil, fiz de quase tudo” (E3)

“Vítor Agostinho nos jardins, rent-a-car, limpeza de carros e lavagem, limpezas em empresas e aeroporto” (E7)

Apesar de não se terem encontrados dados mais recentes, um estudo de Seabra e Santos (2006) refere que as profissões mais frequentes dos reclusos no sistema prisional em 31 de dezembro de 2003 se situavam essencialmente em dois grandes grupos: os operários e os trabalhadores não qualificados. Em menor número eram os reclusos das Forças Armadas, pessoal administrativo e quadros superiores, o que também vai ao encontro dos nossos resultados.

Os contratos de trabalho no exterior, quando havia, eram de curta duração, predominantemente os contratos de 6 meses, excetuando-se E1 que estava *“Efetivo no Pingo Doce”*.

“Sem contratos a partir dos 24 anos” (E2)

“Como talhante no Mar shopping 6 meses” (E5)

“6/9 meses” (E6)

“Contratos de 3/6/9 meses” (E7)

Sobre os ordenados, apenas dois fazem referência a ordenados baixos (*“Ordenado mínimo, sem contrato ganhava mais ou menos” (E7)*; *“Nem por isso, sempre perto do ordenado mínimo” (E9)*), sendo apontados valores bons ou muitos bons.

“Sim, no talho de rua, acima da média, 1250 €, sempre que o patrão precisava eram 25 €/hora” (E1)

“Ganhava, nessa altura ganhava mais do que ganho agora!” (E4)

“Acho que sim, comparando com os ordenados da altura” (E8)

Sobre se já estiveram desempregados, apenas E6 referiu *“Não”*.

“Sim, antes da reclusão e começou o comportamento desviante – roubo” (E1)

“Sim, antes de ir para o Marshoping durante 2 anos, recebi o RSI e o fundo do desemprego. Consumia e começaram os roubos” (E5)

“Sim, foi mau, não tinha as minhas coisas, a minha mãe não deixava faltar nada, mas custava-me não contribuir” (E7)

“Sim, estive 1 mês e meio a ganhar do fundo desemprego” (E9)

Rosa (2010) recolheu opiniões de reclusos que estiveram em situação de desemprego e verificou que alguns reclusos enfrentam essa situação com alguma naturalidade, uma vez que a consideram normal, tendo em conta o tempo de encarceramento. Revelaram ainda que o desemprego se deve à baixa escolarização, falta de oportunidades, preconceito, à condição socioeconómica do país, à pouca remuneração e condições de trabalho associadas à oferta de trabalho disponível.

A última questão deste bloco, sobre formação profissional realizada, permitiu-nos aferir que apenas dois não frequentaram este tipo de formação, os restantes fizeram em várias áreas, desde:

“Informática e de cortador de carne” (E1)

“Curso topógrafo” (E2)

“Curso de aplicação de fitofármacos, curso de operador de máquinas, curso técnico profissional de jovem agricultor” (E6)

“Curso de serralharia dentro dos juros e área de marketing fora” (E8)

Bloco V – Trajetórias e vivências da reclusão

Sobre a razão que levou os indivíduos da amostra à prisão, as respostas foram todas no mesmo sentido: consumo, tráfico, furto.

“Consumo de droga e álcool” (E2)

“Tráfico e a droga... Comecei a consumir, acabou-se o dinheiro e traficava heroína e cocaína aos 28 anos” (E4)

“Vivia com uma rapariga, consumíamos os 2, os consumos eram elevados, como não queria traficar, comecei a roubar e andava sem carta de condução” (E7)

“Tráfico e consumo de haxixe, heroína e cocaína” (E9)

“Furtos” (E10)

Referem que entraram neste caminho por influência dos pares (4 referências), mas sobretudo pelo facto de terem de arranjar dinheiro para consumir.

“Roubava para consumir” (E2)

*“Começou quando os pais morreram... contas para pagar e consumos...”
(E5)*

*“Derivado às condições que tinha... dinheiro fácil e fui por esse caminho
infelizmente” (E10)*

Também nos resultados encontrados por Sousa (2015) é salientado que as causas apontadas para o início da delinquência se prendem com a curiosidade em experimentar as drogas, ou seja, com o consumo de estupefacientes e também muito ligadas ao grupo de pares.

Além da influência dos pares e da necessidade de arranjar dinheiro para a droga, outros referem que isso aconteceu porque:

“Lá em casa via aquilo, os meus irmãos consumiam e traficavam” (E7)

*“Começou com o episódio do meu pai, com uma tentativa de aproximação,
não é desculpa, mas...” (E8)*

“A falta de apoio familiar foi importante” (E10)

Posteriormente, quando foram presos, sentiram angústia, amargura, desilusão, tristeza, revolta, choque, frustração.

“Angústia... Desespero de não ver o filho crescer” (E1)

“Amargurado principalmente... Tristeza...” (E4)

“Desilusão por ter vindo preso, chateado, ansioso...” (E5)

“Nem sei o que sentia...” (E10)

Coelho (2021) refere que os reclusos incluídos no seu estudo apontam sentir pressão quando entram na prisão, justificando que não teriam ideia de que iriam ser detidos. Resultados semelhantes são apontados por Nuñez (2014) ao salientar que os reclusos entrevistados no Funchal referem ter sentido, ao entrarem no estabelecimento prisional, um misto de emoções negativas: revolta, arrependimento, vergonha.

Sobre o dia a dia na prisão, referem todos que é calmo, variando entre trabalhar, praticar desporto, jogar às cartas, dormir.

“Tirar cursos, trabalhar, praticar desporto...” (E2)

“Estava ocupado, trabalho, lazer, chamadas para a família, 1.ª vez foi mais complicado” (E3)

“Ocupado, trabalho, sem problemas” (E8)

“Comer, dormir e jogar às cartas. Na antiga direção trabalhei na cadeia como eletricista” (E9)

Informações semelhantes foram recolhidas no estudo de Ermida (2018), sendo que as atividades realizadas dentro do estabelecimento prisional passam por jogar à bola, ginásio, xadrez, leitura, ver televisão.

No entanto, a adaptação inicial foi difícil para a larga maioria, sendo a família aquilo de que sentiram mais falta.

“Mais ou menos... A primeira vez preso, até a corda ao pescoço pus... Sentia a falta da família” (E5)

“Temos de nos adaptar, a minha estratégia é ocupar-me, não ter castigos” (E8)

“Na 1.ª vez foi mais complicado, nos primeiros meses, mas tinha amigos... As lotações e as condições eram péssimas. Das outras vezes foi pacífico” (E9)

Neste sentido, Salgueiro (2016) aponta resultados semelhantes: todos os reclusos entrevistados referem que inicialmente a sua adaptação à prisão foi difícil e conturbada, tendo alguns deles sofrido castigos ou punições por asneiras cometidas, tendo depois a adaptação passado pela mentalização do crime cometido e da pena que lhes foi atribuída. A consciencialização do crime apresenta-se assim como uma obrigatoriedade para quem se pretende adaptar à prisão. Ajustar-se e aceitar a rotina do dia a dia na prisão surge também como outra condição para o recluso se adaptar.

Sobre a relação que tinham com os restantes reclusos, não há referências negativas.

“Excelente” (E2)

“Bom” (E4)

“Normal, dou-me bem com toda a gente” (E6)

“Sempre tive um bom relacionamento, da primeira vez alguns problemas por causa da droga, mas depois foi bom” (E9)

Novais et al. (2010) tiveram resultados semelhantes: 21 de 30 reclusos declaram bom relacionamento com todos os elementos, comparativamente a 9 reclusos que afirmam bons relacionamentos apenas com alguns elementos.

Quando questionados sobre se conheceram outras pessoas dentro da prisão, todos referiram que sim, sendo que é bastante referido que são relações que não são para continuar cá fora.

“Existiram contactos, mas com pouco interesse” (E1)

“Algumas, as amizadas ‘sinceras’ ficaram, outros desviei-me” (E4)

“Todas as eu conheci não têm bom futuro para mim, mas há pessoas boas de mais idade, com os moços novos não me interessa” (E7)

Quanto à relação com os funcionários, todos referiram que desenvolveram relações boas, sem conflitos.

“Ótimo, sem queixas de ninguém, tudo o que pedi foi aceite na medida do possível” (E3)

“Foi sempre com respeito, sem castigos” (E5)

“Muito bom, pessoas boas” (E7)

“Bom, sem problemas” (E10)

Outra resposta que foi unânime teve que ver com o encontro, dentro da prisão, com amigos ou conhecidos; todos responderam afirmativamente.

“Muitos, muitos, da 1.ª vez uns 10 em Almancil” (E2)

“Sim, já encontrei” (E7)

“Sim, quase todos pelos mesmo tipo de crime” (E9)

Sobre a vida dentro da prisão foi referido por todos que é difícil, à exceção de E2 que refere: *“Não é tão coiso como dizem, tem comida e água quente. Temos de pagar o mal que fizemos”*. Neste sentido, Nuñez (2017) aponta que os reclusos entrevistados no seu estudo referem que a carga emocional negativa começa a dissipar-se à medida que o tempo vai passando, visto que o recluso se vai adaptando cada vez mais à instituição, vai estabelecendo novas rotinas na prisão e vai refletindo sobre as razões que o levaram a ser preso, como é referido, também, pela nossa amostra:

“Difícil, porque sou homem de família. cheguei a uma certa idade que gostava de ajudar a família, não tenho coragem para contar à minha menina porque estou na prisão” (E3)

“Um bocado complicado, vida difícil” (E4)

“É uma prisão, estamos privados da liberdade, vive-se, mas custa bastante...” (E6)

Sobre os ensinamentos que retiraram desse período das suas vidas, foram referidos vários aspetos, desde ganhar responsabilidade (E3), ter respeito pelos outros (E9), cumprir horários (E9), entre outros:

“Não dar confiança aos companheiros de reclusão” (E1)

“A nível laboral, coisas que não pensei aprender! Entendi que não era aquilo que queria para a minha vida, deixei de pensar em droga, foquei-me no sofrimento da família” (E4)

“Comecei a estudar (12.º ano), tirei cursos, trabalho...” (E7)

No estudo de Nuñez (2014), muitos dos reclusos demonstraram que a prisão significou uma oportunidade de reflexão e de tentativa de mudança para uma vida mais organizada e responsável quando saíssem da prisão.

Sobre a afirmação “a prisão é uma escola do crime” a maioria disse que sim, mas houve exceções: “Não acredito nesse filme, nunca encontrei um grande criminoso, para mim é mais uma reabilitação” (E3) e “Para mim não tem sido... Se voltasse com outro tipo de crime, sim... Mas não saio daqui com essa ideia...” (E4).

“Claro que é! Aprende-se muito aqui dentro” (E5)

“Também é sim, para quem quer... Vi fazer aqui muita coisa que nunca tinha visto, aprende-se a roubar, mentir, enganar, como fazer carregadores, seringas, máquinas de tatuar...” (E9)

“Tem toda a razão, entra-se por uns crimes, sai-se a conhecer todos os crimes e como fazer” (E10)

Quando questionados sobre aspetos positivos e negativos, relativamente aos positivos foi apontada a oportunidade de estudar (E1, E5, E7), arrepender-se do crime (E2), deixar os consumos (E2, E4, E6); quanto aos aspetos negativos, passou por: distância da família (E1, E2, E7) e privação de liberdade (E5, E6).

Sobre pontos negativos da prisão, Novais et al. (2010) verificaram que os reclusos referem a privação de liberdade, a distância da família, a dificuldade de adaptação aos horários.

Depois, foi-lhes perguntado se haviam realizado algum programa que auxiliasse na reinserção da sociedade, tendo as respostas sido maioritariamente o “sim” (E1, E2, E6, E7 e E9), E3, E4 e E5 referiram “não” e os restantes não responderam.

“Sim, realizei 2 programas” (E1)

“Sim, fomos para o integrar; em RAI fiz parte de brigadas e trabalhei no exterior” (E2)

“A parte da escola, RVCC, ir buscar todos pontos para realizar o trabalho” (E6)

Sobre a frequência da escola dentro da prisão, apenas E3 referiu que “não”.

Sobre a prática desportiva, todos responderam “sim” à exceção de E4: “*Desta vez não fiz*”.

Todos os entrevistados referiram que tiveram experiências ou oportunidades de trabalho dentro da prisão.

Depois, foi-lhes questionado se fosse hoje, se mudariam alguma coisa no seu percurso, as respostas foram-se dividindo:

“Durante a reclusão, não” (E1)

“Da 1.ª vez sim, podia ter-me formado, ter feito coisas úteis” (E3)

“Dentro de muros, não, fora de muros, sim!” (E6)

“Acho que estou muito mudado, fiz o desmame da metadona, estou com força para alcançar alguma coisa!” (E7)

Na última questão deste bloco, como se sente em relação ao crime que o levou à prisão, todos demonstraram arrependimento por aquilo que fizeram.

“Mal, hoje não o faria, ninguém tem o direito de roubar outra pessoa” (E1)

“Foi falta de cabeça, voltei a repetir, uma estupidez autêntica” (E6)

“Arrependido” (E7)

“Arrependido, desde o 1.º dia que conheci a droga, se soubesse que não ia conseguir parar... Aso 34 anos devido aos consumos afundei-me um pouco e a mulher deixou-me com os meus 2 filhos. Andei no fundo do poço” (E9)

Bloco VI – A reinserção social

A primeira questão sobre a vida depois da prisão remete para a dificuldade que é voltar ao exterior depois de se estar preso, seja pela dificuldade de arranjar trabalho (E2, E8) ou pela falta de apoios sociais e familiares (E10).

“Um pouco difícil no início (E3)

“A nível laboral um patrão pergunta onde esteve a trabalhar nos últimos tempos... No CV ficam espaços de tempo em branco e é difícil explicar isso” (E3)

“Voltar à vida normal, trabalhar...” (E6)

“Um bocado difícil, não é fácil, sem apoio familiar” (E10)

Também Martins e Casanovas (2014) referem que o regresso ao trabalho, quer seja à anterior profissão, quer seja à procura de um novo trabalho, revela-se o fator mais frequentemente identificado pelos reclusos como facilitador da reinserção social; seguido pela reunião com a família.

Nesta sequência, as principais dificuldades para quem sai da prisão e quer refazer a sua vida, passam pelos processos de rotulagem e estigmatização e pela falta de ajuda por parte do Estado.

“Dificuldades em arranjar trabalho, há rotulagem, estigmatização” (E1)

“Arranjar trabalho, voltar a conviver com as pessoas, escolher novas amizades... um bocado difícil” (E7)

“Não ter ajuda do Estado, já saí 3 vezes e não me ajudaram com nada” (E10)

Salgueiro (2016) debruçou-se sobre o autoestigma e verificou que a maioria dos reclusos tem uma boa conceção acerca de si mesmo, definindo-se como pessoas normais e sociáveis. No entanto, ao invés dos nossos resultados, Salgueiro (2016) refere que, alguns deles, não sentem vergonha por estarem presos.

Para se reinserirem na sociedade, agarram-se sobretudo à família e ao trabalho:

“O amor pela minha família, amigos...” (E3)

“A família é a minha grande motivação e a minha prioridade são os filhos, netos e esposa” (E4)

“Jogar-me ao trabalho e tentar resolver da melhor forma as dívidas” (E6)

“Ter uma vida melhor, já estou farto disto” (E10)

Também em Visher e O’Connel (2012) é referido que a perceção de regresso a um contexto familiar seguro e unido é um dos fatores essenciais para um esforço cognitivo no sentido de mudanças de comportamento e afastamento da situação criminal. Assim, há maiores probabilidades que o futuro fora da prisão seja promissor em relação à reabilitação e reinserção social, sendo que a família deposita perspetivas de futuro positivas no recluso (Pinto & Hirdes, 2006). Sobre a importância do trabalho, os reclusos incluídos no estudo de Martins e Casanovas (2014) também dão ênfase no regresso ao trabalho, o que os autores explicam, em parte, por efeitos de desajustamento social. Deste modo, a reinserção deverá trabalhar o tipo de crime cometido, as crenças e as condutas associadas, como seria o caso do tratamento da dependência da droga ou do álcool.

Quando questionados sobre se já haviam estado presos E1 disse que “*não*” todos os outros já haviam estado retidos.

“Sim, mais duas, em 96 e 2004” (E4)

“É a 4.ª vez” (E5)

“Sim, mais duas” (E7)

Dados distintos foram encontrados por Novais et al. (2010), pois para a maioria dos reclusos do seu estudo era a primeira vez que estava preso, 16 num total de 30.

No nosso estudo, além de a maioria ser reincidente, também eles conhecem outros casos assim, referindo que esta reincidência se deve à falta de apoio familiar, falta de trabalho ou ao dinheiro fácil.

“Tantos, é que o se mais vê, por falta de trabalho, falta de apoio familiar...” (E1)

“Sim, a maioria é a ganância do dinheiro, dinheiro fácil... Também há a falta de apoio familiar” (E2)

“Sim, o maior motivo é a falta de adaptação ao meio social, quanto mais tempo preso mais se entranha a cultura prisional, torna-se mais difícil” (E3)

“Sim, muitas vezes há falta de apoio por parte da reinserção e também há falta de vontade própria de alguns, são malandros de natureza” (E6)

De facto, mais uma vez, a família aparece unanimemente como a instituição pilar e a base de suporte emocional dos reclusos (Salgueiro, 2016).

Quando questionados se haviam recebido apoio da família, todos, à exceção de E10, referiram que sim, passando por:

“Económico e psicológico” (E1)

“Visitas e apoio económico, sentimental” (E4)

“Emocional e económico” (E6)

“Económico e social” (E8)

Sem exceção, todos reconhecem como esse apoio é importante, dados igualmente encontrados por Novais et al. (2010), Silva (2012) ou Rodrigues (2017).

Depois, quanto aos amigos, alguns referem ter amigos que se mantêm ao longo do tempo, e outros referem não ter interesse em manter algumas relações de amizade.

“Não ficaram amigos desses, não os quero por perto” (E1)

“Onde é que estão os amigos? Não tenho amigos... Antigamente juntava-me a fumar e beber umas cervejas, agora não” (E4)

“O foco principal é a familiar, procurar as melhores firmas quando sair. Tenho de fazer seleção de amigos e afastar-me dos que não interessam, como diz a minha filha: amigos tóxicos é pôr de lado!” (E6)

“Os bons, vai ser igual a antes” (E7)

Sobre o papel dos técnicos de reinserção social, todos reconhecem a sua importância, ressaltando-se alguns pormenores, como:

“Excelente, tentam o melhor para nós! São amigos, conselheiros” (E2)

“Muito complicado conseguirem acompanhar todos os casos, há falta de técnicos. Acho que devia haver mais apoio técnico no pós-liberdade” (E6)

“Podiam ajudar mais. Quando saí em 2015, pedi ajuda para trabalhar, para o RSI e nada...” (E7)

“Fui ajudado, mas pouco preponderante para arranjar trabalho” (E9)

Resultados semelhantes foram encontrados por Novais et al. (2010). Referem que os profissionais foram facilitadores do seu ajustamento à prisão: o modo como a abordagem aos reclusos no seu

acolhimento e no posterior acompanhamento penitenciário facilitou que estes reclusos se sentissem “bem acolhidos” e conseqüentemente bem “integrados”:

Sobre o apoio dado pelos técnicos, é referido apoio técnico, conselheiros, ajuda com apoios (RSI, por exemplo), formações.

“Formação, competências sociais e pessoais, a maneira de ver o crime, trabalho na prisão” (E1)

“Apoio técnico, planos de vida, relatórios para o tribunal” (E3)

“Aqui dentro nenhuma, lá fora ajudaram com o RSI” (E5)

“Preparação, opiniões, ajudar a escolher o melhor caminho” (E6)

Sobre o Plano Individual Readaptação (PIR) e a forma como foram definidos os objetivos a alcançar, apenas metade dos entrevistados respondeu. Foi referido que:

“Foi em conjunto” (E7)

“Só ele é que definiu” (E8)

“Sim, correu bem, concluí o proposto” (E9)

Sobre o mercado de trabalho, a totalidade referiu contar com trabalho, seja na construção civil, lavandaria, entre outros.

“Em princípio sim, na rentacar de uma pessoa conhecida” (E7)

“Construção civil” (E1)

“Lavandaria” (E8)

Sobre como é arranjar trabalho depois de sair da prisão, apenas E7 e E10 referem que não é fácil, os restantes referem que foi fácil esse processo.

“Para mim não foi difícil, quem me conhece dá-me trabalho no dia a seguir” (E4)

“Não foi difícil, inscrevi-me no IEFP e fui para uma sucata na zona industrial” (E5)

“Um bocado difícil, quando as pessoas sabem que estive preso ainda pior” (E7)

“No meu caso foi sempre fácil, pois a CM Loulé sempre me deu apoio” (E9)

No estudo de Rosa (2010), a maioria dos reclusos teve dificuldade em arranjar trabalho e justificam-no da seguinte forma: a condição socioeconómica do país; a falta de oportunidades; o preconceito e a falta de oferta de trabalho. A baixa escolaridade é o único fator individual que surge numa das respostas como justificação da situação de desemprego.

Os entrevistados arranjam emprego através de amigos, familiares, ou pessoas conhecidas, sendo que não costumam recorrer a apoios do Estado, mas os restantes referem:

“Em 2002/3 pedi o subsídio de desemprego e em 2010/11 o RSI” (E4)

“RSI só” (E5)

“Sim, CEI + quando sai em liberdade” (E6).

“RSI, fundo de desemprego...” (E7)

“Da última vez, o RSI e inscrição no IEFP” (E8)

No estudo de Rosa (2010), é referido pelos reclusos entrevistados que, além da falta de apoio e de acompanhamento por parte do IEFP, as propostas de emprego que surgem por parte deste Instituto não são ajustadas à perceção do perfil de competências dos sujeitos. Na opinião de um dos ex-reclusos, o seu percurso formativo não é condizente com as propostas de trabalho do IEFP. Ou seja, as únicas propostas são na área da agricultura ou que não requerem a aplicação e a transferência do conhecimento e das competências por si adquiridas, nomeadamente ao nível do empreendedorismo e da informática.

No nosso estudo, apesar de haver alguns pedidos de apoio, como atrás elencado, a maioria entende que o Estado devia ajudar mais.

*“Deixa um pouco a desejar..., mas há pessoas que abusam em Portugal”
(E4)*

“Não! Os serviços prisionais fazem melhor” (E5)

“Não, prometem, mas não fazem nada” (E7)

“Não cumpre na totalidade, muito fraco... Falta quase tudo: casa para habitar, apoio psicológico, trabalho...E os poucos que não encaminhados, desistem” (E9)

Na sua dissertação de mestrado, Sousa (2015) concluiu que as políticas de reinserção de reclusos, de acordo com os dados da sua investigação, ficam muito aquém dos objetivos de evitar a reincidência e facilitar a reinserção. Sousa (2015) considera que as Políticas Sociais existentes no Sistema Prisional poderiam e deveriam ser mais audazes na reinserção social dos reclusos. Do que

podemos verificar das percepções dos reclusos, apenas na área da formação profissional se tem conseguido alguns indícios positivos que contribuem para a reinserção social dos reclusos (tal como no nosso estudo).

Novais et al. (2010) também referem que os reclusos reforçam a importância de receberem apoio no que toca a arranjar habitação, mais apoio social e económico, também maiores oportunidades de trabalho e inserção dos futuros ex-reclusos em empregos no exterior.

Quando lhes foi perguntado se relativamente à sociedade, sentem algum tipo de discriminação, 4 entrevistados disseram que não sentiam, mas os restantes dizem sentir, exemplificando:

“Existem certos crimes que têm um grande rótulo... O meu irmão atirou-me à cara que nunca tinha roubado e estado preso, fiquei calado...” (E3)

“Nota-se em algumas situações, aconteceu-me no café: ‘aquele é filho de fulano, esteve preso’. Mas dos amigos não...” (E6)

“Algumas... As pessoas não olham da mesma maneira... Os colegas de trabalho falam de mim sem me conhecerem” (E7)

“Sim, a sociedade é um bocado fechada... A maneira de pensar, sem conhecer as pessoas, só por ser ex-recluso ou toxicodependente. Para mim há crimes que não tem solução, violação, abuso de menores... Os vizinhos não me falam como antigamente... Uma vez encontrei um ex-recluso num café, o dono ficou a pensar que eu já estava a traficar” (E9)

Depois, foi-lhes perguntado quais as principais alterações que a vida teve depois de sair da prisão, sendo que alguns dizem não ter havido alterações (E4, E6, E8, E10) e os restantes apontam:

“Pensar duas vezes antes de fazer. Agora, depois da 1.ª reclusão, qualquer coisa me pode fazer regressar” (E1)

“Constituir família, confiar, perdi muita confiança... Olhar mais por mim” (E7)

“A prisão reeduca, principalmente através dos funcionários” (E9)

Novais et al. (2010) questionaram os reclusos do seu estudo neste sentido das alterações de vida. Verificaram que os reclusos, na generalidade, afirmam ter sentido alterações: mudaram no que toca aos consumos; valorizam aquilo que têm no agora; pensam muito mais nos crimes que cometeram.

Sobre os objetivos para o futuro, são todos positivos, passando por:

“Não voltar mais à prisão, não quero o 3.º senão morro lá dentro” (Q2)

“Constituir família, ter uma vida digna, afastar-me dessas coisas e ser respeitado” (E7)

“Espero que corra melhor, tenho objetivos de apoiar a família, melhores comportamentos e atitudes. Estar mais presente na família, com os netos mudar fraldas...” (E9)

Resultados semelhantes foram encontrados por Novais et al. (2010) e Rodrigues (2017).

Novais et al. (2010) referem que os reclusos tencionam reintegrar o agregado familiar e poder arranjar emprego para poder cuidar da sua família. Sentem algum receio, pois não sabem o que os espera, mas não hesitam em revelar que estão motivados para ser reinseridos novamente na sociedade e poder organizar novamente a sua vida.

Rodrigues (2017) no seu estudo refere que em todas as entrevistas analisadas, tanto os jovens adultos como os adultos focam as suas expectativas na família e no trabalho. Desejam estar com a sua família e os seus filhos, ter a oportunidade de recuperar o tempo com eles e transmitir novos valores e ensinamentos.

Por fim, sobre se queriam acrescentar alguma coisa foram deixadas algumas ideias:

“A reclusão fez-me abrir os olhos para a vida” (E1)

“Criminalidade dá cadeia, mais nada” (E2)

“O Estado devia apoiar mais na reinserção social” (E8)

No estudo de Rosa (2010), foram deixadas sugestões semelhantes: maior apoio e acompanhamento institucional e apoio financeiro; a reinserção social por via do empreendedorismo.

Capítulo 5. CONCLUSÕES

Este trabalho abordou o problema da reinserção de reclusos do Estabelecimento Prisional de Olhão, tendo como principal objetivo analisar as políticas sociais e de reinserção nesse estabelecimento prisional.

O estudo de caso contou com a realização de 10 entrevistas a reclusos de modo a analisar-se as características sociodemográficas, o contexto familiar, a escola e trajeto escolar, as experiências no mundo do trabalho, as vivências da reclusão e, por fim, a reinserção social.

Fazendo-se uma recapitulação sintética dos principais resultados do estudo podemos dizer que os reclusos são provenientes de famílias na sua maioria com profissões pouco qualificadas e portadoras de um baixo capital económico e cultural, têm predominantemente qualificações escolares de nível baixo e intermédio e também têm eles trajetórias marcadas por profissões pouco qualificadas, alguns deles com uma inserção precoce no mundo do trabalho e marcadas pela precariedade laboral.

Todos trabalhavam antes de serem presos e a maioria considera que era bem remunerado, tendo o seu problema sido os comportamentos aditivos, principalmente droga e álcool, o tráfico de droga ou a realização de furtos com a finalidade de obter dinheiro da forma mais fácil.

No presente estudo todos reclusos referem ter sentido vergonha, arrependimento e revolta, sentimentos semelhantes referidos por Nunez (2014) ao entrevistar reclusos no Estabelecimento Prisional do Funchal. Apontam que as vivências durante o período de reclusão forma marcada pela ausência de conflitos com outros reclusos e funcionários, tentando fugir a esses conflitos e colocando foco nas atividades de trabalho no interior da prisão e no exercício físico. Resultados semelhantes obteve Novais et al. (2010): 21 dos 30 reclusos declaram bom relacionamento com todos os elementos.

Revelam não ter criado grandes amizades no interior da prisão, sendo que o foco para a reinserção social passa por se manterem “limpos”, mantendo-se abstinentes para os consumos de droga e procurarem suportes na família e no trabalho.

A maioria reconhece a importância da família ao longo da vida, mesmo no período de reclusão, seja pelo apoio emocional ou financeiro, e é dela que sentem mais falta quando estão presos.

No discurso dos entrevistados aparece uma clara relação entre o consumo, o tráfico de droga e os furtos como as principais causas que levaram à prisão. As dependências das drogas são claramente identificadas como um dos principais motivos que os levou a fazer carreira no crime, marcado na nossa amostra em muitos deles pela reincidência em meio prisional.

Quanto aos processos e dinâmicas de reinserção social, o testemunho dos reclusos entrevistados manifesta uma forte dificuldade na transição da vida da prisão para o mundo exterior. Do mundo “lá dentro” para o mundo “cá fora”, sendo que quanto maior o tempo passado na prisão em decorrência do tipo de pena, mais difícil se torna a reintegração na sociedade.

São identificadas as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, o rompimento dos laços familiares como algo que agrava as dificuldades de reinserção social, a estigmatização associada à condição de “ex-recluso” geradora de discriminação social e ainda um Estado Social deficitário no apoio social à reintegração social dos reclusos, quer seja pelas faltas no acesso à habitação quando necessária, aos apoios à integração no mercado de trabalho, ao acesso ao apoio psicológico ou ainda no acesso aos apoios sociais, percebidos como insuficientes.

A nossa investigação exploratória permite-nos do ponto de vista da interpretação sociológica ir ao encontro das teses colocadas por Loïc Wacquant de uma estratégia de controlo social por parte do Estado que passa pela penalização da miséria, uma vez que estamos claramente perante uma população prisional em situação de vulnerabilidade social com características marcadamente homogêneas do ponto de vista da sua composição social e em que à insuficiência do Estado Social responde o Estado com o Estado Penal.

Conclui-se que apesar de ser reconhecido o papel do técnico de reinserção social, da importância do trabalho educativo e formativo que já se faz no interior das prisões, ainda há muito a fazer do ponto de vista das políticas públicas de reinserção social, quer do ponto de vista dos apoios socioeconómicos ou emocionais, quer da implementação de medidas de sensibilização social no sentido de se evitar os processos de rotulagem e estigmatização de pessoas que estiveram privadas de liberdade temporariamente, e principalmente, no momento do regresso à liberdade, até porque a maioria é reincidente na prática de crimes.

O principal objetivo do Estado, DGRSP, é reinserir pessoas e não punir conforme é descrito na sua missão, (artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 215 de 2012, de 28 de setembro)

o desenvolvimento das políticas de prevenção criminal, de execução das penas e medidas e de reinserção social e a gestão articulada e complementar dos sistemas tutelar educativo e prisional, assegurando condições compatíveis com a dignidade humana e contribuindo para a defesa da ordem e da paz social.

Todos os trabalhos de investigação sociológica têm as suas limitações. Este que realizamos não poderia escapar a isso. Reconhece-se que este nosso estudo poderia ter contado com uma amostra mais alargada de modo a aumentar a fidedignidade dos resultados, ou até poderia contar com o confronto de dados entre a perspetiva dos reclusos e dos profissionais como é o caso dos técnicos de reinserção ou mesmo dos guardas prisionais.

Outra proposta foca-se no desenvolvimento de um trabalho de investigação em que se faça uma recolha de dados aquando da saída do recluso para o exterior e outra análise de dados, através de *follow-up*, de como o processo de reinserção decorreu nesse período de tempo.

A realização de um trabalho de investigação sociológica, em modo de estudo de caso, na associação “O Companheiro”, associação que realiza um enorme trabalho de acompanhamento a ex-reclusos e de inclusão na sociedade, há cerca de 35 anos, cremos que seria do maior interesse científico para o melhor conhecimento das dinâmicas de reinserção social dos reclusos na sociedade portuguesa. Finalizamos com a esperança de que a realização deste estudo contribua para a reflexão e consequente melhoria das políticas inerentes à reinserção dos reclusos, e que assim se contribua também para aumentar os conhecimentos em relação à realidade prisional na atualidade.

Embora reconhecendo algumas limitações, como dissemos atrás, a amostra poderia ser maior, ou ter sido realizado um estudo a nível nacional, privilegiando uma análise quantitativa e o conhecimento em extensividade, consideramos que o objetivo do nosso estudo foi alcançado tendo em conta a nossa intenção de exploração desta problemática. Por fim, pela relevância do tema em estudo, dado que se trata de uma realidade que carece de análise de dados frequente e de conhecimento sistematizado para melhor conhecimento desta realidade social, julgamos que o presente estudo poderá servir de orientação a futuras investigações.

BIBLIOGRAFIA

Aksan, N., Kisac, B., Aydin, M. & Demirbuken, S. (2009). 'Symbolic interaction theory. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 1(2), 902–904.

Allport, G. (1954). *The Nature of Prejudice*. Addison-Wesley.

Almeida A. (2020). *Significados e atitudes relacionados ao comportamento suicida entre profissionais da Estratégia de Saúde da Família*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.

Álvaro, J. & Garrido, A. (2003). *A Psicologia social: perspectivas psicológicas y sociológicas*. McGraw Hill.

Bandura, A. (1965). Influence of models' reinforcement contingencies on the acquisition of imitative responses. *Journal of personality and social psychology*, 1(6), 589.

Bandura, A. (1977). Self-efficacy: Toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review*, 84(2), 191–215.

Bandura, A. (1986). *Social Foundations of Thought and Action: A Social Cognitive Theory*. Prentice- Hall.

Bandura, A. (1999). A social cognitive theory of personality. In: Pervin, L. & John, O. (Ed.). *Handbook of personality* (pp.154-196). Guilford.

Bandura, A. Ross, D. & Ross, S. A. (1961). Transmission of aggression through the imitation of aggressive models. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 63 (3), 575–582.

Bandura, A. (2006). Autobiography. In M. G. Lindzey & W. M. Runyan (Eds.), *A history of psychology in autobiography* (Vol. IX). American Psychological Association.

Baratta, A. (2002). *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal: introdução à Sociologia do Direito Penal* (3. ed). Revan.

Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Bazilli, C., Rentería, E., Duarte, J., Franciscatti, K., Andrade, L. & Rala, L. (1998). *Interacionismo simbólico e a teoria dos papéis. Uma aproximação para a Psicologia Social*, São Paulo.

Becker, H. S. (1963). *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*. Macmillan.

Bentham, J. (1979). *El Panoptico. Genealogia del Poder*. Las Ediciones de la Piqueta.

Bowring, J. (1962). *The Works of Jeremy Bentham, vol. IV*. New York, Russell & Russell. 172-3

- Berg, B. L. (2000). *Qualitative research methods for the social sciences*. Allyn & Bacon.
- Bernburg, J. G. (2009). Labeling Theory. In M. D. Krohn, A. Lizotte, & G. P. Hall, *Handbook on Crime and Deviance* (pp. 187-207). Springer Science + Business Media.
- Betz, N. E. (2007). Career self-efficacy: Exemplary recent research and emerging directions. *Journal of Career Assessment*, 15(4), 403–422.
- Bitencourt, C. R. (2011). *Falência da pena de prisão. Causas e alternativas*. 4. ed. Saraiva.
- Blumer, H. (1969). *Symbolic interactionism Perspective and methods*. NJ Prentice Hall.
- Bogdan, R.C. & Biklen, S. K. (1994). *Qualitative research for education: An introductory to theory and methods*. Allyn and Bacon.
- Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Jorge Zahar Ed.
- Brown, S. E., Esbensen, F.-A., & Geis, G. (2010). *Criminology: Explaining Crime and Its Context*. LexisNexis.
- Bukstel, L. H., & Kilmann, P. R. (1980). Psychological effects of imprisonment on confined individuals. *Psychological Bulletin*, 88(2), 469–493.
- Campino, C. (2018). *Espaços e Políticas Prisionais no Império Português: Entre o encerramento e a reabertura do Tarrafal (1954-1961)*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. UNL: FCSH.
- Carmo, H. & Ferreira, M. (2015). *Metodologia da investigação: guia para auto-aprendizagem*. Universidade Aberta.
- Carvalho, V., Borges, L. & Rego, D. (2010). Interacionismo Simbólico: Origens, pressupostos e contribuições aos estudos de psicologia social. *Psicologia, Ciência e profissão*, 1(30), 146-161.
- Cavanaugh J. L. & Rogers R. R. (1983). Post-traumatic stress disorders. *Behavioral Sciences & the Law*. Disponível em <https://doi.org/10.3390/ijerph19116474> (Acedido em 21-01-2022)
- Cerqueira, S. (2017). *Estigma percebido em ex-reclusos: impactos no trabalho, saúde e habitação*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- Charmaz, K. (1989). Discovering chronic illness: Using grounded theory. *Social Science and Medicine*, 30(11), 1161-1172.
- Clemmer, D. (1940). *The prison community*. Holt, Rinehart and Winston.
- Coelho, E. (2021). *Vivências de Masculinidades em Contexto Prisional: perspectivas de ex-reclusos*. Dissertação de Mestrado. ISCSP.

Cooley, C. H. (1902). *Human Nature and the Social Order* (Revised edition). Charles Scribner's Sons.

CM Jornal (2010). *Presos querem ser doutores*. Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/sociedade/amp/presos-querem-ser-doutores> (acedido em 26-02-2022)

Crocker, J., Major, B., & Steele, C. (1998). Social stigma. In D. T. Gilbert & S. T. Fiske (Eds.), *The Handbook of Social Psychology* (Vol. 2, pp. 504-553). Boston, McGraw-Hill.

Cunha, M., I. (2002). *Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e Trajectos*. Fim de Século Edições.

Cunha, M. I. (2004). As organizações enquanto unidades de observação e análise: o caso da prisão. *Etnográfica*, viii (1), 151-157.

David, A. (2015). *Tratamento Prisional: do conceito à vivência. O Caso do Estabelecimento Prisional de Lisboa*. Dissertação de Mestrado. ISCTE.

Elliot, G., Ziegler, H., Altman, B. & Scott, D. (1982). Understanding Stigma: Dimensions of Deviance and Coping. *Deviant Behavior* 3(3), 275-300.

Erbay, E. Ö. & Turgut, T. (2018). Organizational Prisonization as a New Conception. *İş'te Davranış Dergisi*, 3(1), 1-16.

Ermida, R. (2018). *Percurso dos Reclusos em Contexto Prisional: Processos Identitários e Reinserção social. Um Estudo de caso*. Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Ciências Policiais. Especialização em Criminologia e Investigação Criminal.

Farrington, K. (1992). The Modern Prison as Total Institution? Public Perception Versus Objective Reality. *Crime & Delinquency*, 38(6).

Fernandes, J., L. & Silva, M. R. (2009). *O que a droga fez à prisão: um percurso a partir das terapias de substituição opiácea*. Instituto da Droga e da Toxicoddependência.

Ferreira, J. M. (1995). *Sociologia*. McGraw-Hill.

Ferreira, P. (1999). Infracção e censura — representações e percursos da sociologia do desvio. *Análise Social*, XXXIV (151-152), 635-667.

Fortin, M.-F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Lusodidacta.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir. Nascimento da prisão* (20.^a ed.). Vozes.

Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir* (20.^a ed.). Petrópolis.

Gabriel, D. (2007). *(De) Formação de Adultos em Contexto Prisional: Um Contributo*. Dissertação de Mestrado Europeu em Estudos e Desenvolvimento em Ciências Sociais e Educacionais,

especialização em Perspectivas Europeias sobre Inclusão Social. Universidade do Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Garcia, D. (2017). *Formação de Adultos em Contexto Prisional*. Projeto de graduação em Criminologia. Universidade Fernando Pessoa: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Geppert, M. & Pastuh, D. (2017). Total institutions revisited: What can Goffman's approach tell us about "oppressive" control and "problematic" conditions of work and employment in contemporary business organizations? *Competition and Change*, 21(4), 253–273.

Giddens, A. (2004). *Sociologia* (4.ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.

Gil, A. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6.ª ed.). Atlas.

Goffman, E. (1961). *Asylums: essays on the social situation of mental patients and other inmates*. Doubleday Anchor

Goffman, E. (1963) *Stigma: Notes on the Management of a Spoiled Identity*. Penguin Books.

Goffman, E. (1974). *Manicômios, Prisões e Conventos*. Perspectiva.

Gomes, I. (2008). *Da prisão à liberdade: reinserção social de ex-reclusos*. Dissertação de Mestrado. ISCTE.

Gomes, S. (2010). *Pensando a função e a atuação da Psicopedagogia no Sistema Prisional*. Centro Universitário do Planalto de Araxá.

Green, M. & Piel, J. A. (2009). *Theories of human development: A comparative approach*. Prentice-Hall, Inc.

Guerra, P. (2002). Cenários portuenses de insegurança. Contributos do interacionismo simbólico para uma análise sociológica da construção mediática do desvio. *Revista da Faculdade de Letras*, II (3), 125-159.

Gummesson, E. (2000). *Qualitative Methods in Management Research*. Sage Publications, Thousand Oaks.

Holmes T. H. & Rahe R. H. (1967). The Social Readjustment Rating Scale. *Journal of Psychosomatic Research*, 11/1967.

Itai, H. (2019). Surveillance and Metaphor of "Tribunal" in Bentham's Utilitarianism. *Revue d'études benthamiennes*, 16. Disponível em <https://journals.openedition.org/etudes-benthamiennes/6132> (acedido em 27-01-2022)

Johnson, E. H. (1961). Sociology of confinement: Assimilation and the prison rat. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 51(5), 528-533.

Jones, E. E., Farina, A., Hastorf, A. H., Markus, H., Miller, D. T., & Scott, R. A. (1984). *Social stigma: The psychology of marked relationships*. Freeman.

Korgen, K. & White, J. (2008). *Engaged sociologist: connecting the classroom to the community*. Pine Forge Press.

Lei n.º 115/2009. *Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade*. Diário da República n.º 197/2009, Série I de 12 de outubro de 2009.

Lemos, B. (2016). *A execução da pena de prisão: sobrelotação (in)evitável?* Dissertação de Mestrado em Direito - na Área de Especialização em Ciências Jurídico – Forenses. Universidade de Coimbra: Faculdade de Direito.

Oliveira, P. (2011). *Atitudes e crenças antissociais na delinquência juvenil: diferenças em função da idade, do género, e do padrão antissocial*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. UP: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Machado, H. (2008). *Manual de Sociologia do Crime*. Afrontamento.

Martins, M. & Casanovas, J. (2014). Histórias de vida de reclusos e reinserção social. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 1(1), 553-564.

Mccormick, M. J. & Martinko, M. J. (2004). Identifying leader social cognitions: Integrating the causal reasoning perspective into social cognitive theory. *Journal of Leadership & Organizational Studies*, 10(4), 2-11.

Mead, G. H. (1934). *Mind, Self, and Society*, edited by Charles Morris. Chicago University Press.

Meireles, A. (2022). *Portugal tem de criar casas de transição para reclusos*. Diário de Notícias. Disponível em: <https://www.dn.pt/sociedade/portugal-tem-de-criar-casas-de-transicao-para-reclusos-14843583.html>(acessido em 05-03-2022)

Miszewski, K. & Miałkowska-Kozar, M. (2020). Discussion about the problem of prisonization based on our own research. *Polish Journal of Social Rehabilitation*, 19, 309-324.

Morais, M. (2010). *Desregramento e punição: uma análise histórica dos sistemas penitenciários clássicos*. Disponível em: http://www.integrawebsites.com.br/versao_1/arquivos/cf5ffa79fd4ab34d3748258a8caa31a2.pdf(acessido em 22-01-2022)

Mowen, T., Stansfield, R. & Boman, J. (2019). Family Matters: Moving Beyond “If” Family Support Matters to “Why” Family Support Matters during Reentry from Prison. *J Res Crime Delinq.* 56(4), 483–523.

Muro, M. & Jeffrey, P. (2008). A critical review of the theory and application of social learning in participatory natural resource management processes. *Journal of environmental planning and management*, 51(3), 325-344.

Nabavi, R. T. (2012). Theories of Developmental Psychology: Bandura’s Social Learning Theory & Social Cognitive Learning Theory. *Research Gate*, 1–24.

Novais, F., Ferreira, J. & Santos, E. (2010). Transição e ajustamento de reclusos ao estabelecimento prisional. *Psychologica*, 52(II), 209-242.

Núñez, D. (2014). *A Perspetiva Temporal de Futuro em Indivíduos em Situação de Reclusão. Estudo de caso no Estabelecimento Prisional do Funchal*. Dissertação de Mestrado. Universidade da Madeira.

Oliveira, S. E. H. (2015). *(In)visível para quem? Um olhar sobre o Estigma Internalizado, Auto-estima e Qualidade de Vida em Pessoas com Doença Mental*. Tese de Doutoramento. ISCTE.

Pais, M. F. X. (2012). *Delinquência juvenil: as consequências da ausência de vínculos familiares na adoção de comportamentos desviantes*. Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, Porto.

Pinto, G., & Hirdes, A. (2006). O processo de institucionalização de detentos: perspetivas de reabilitação e reinserção social. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, 10(4), 678-683.

Pinto, R. (2016). *Estado, Pobreza e Punição: sobre o modelo analítico de Loïc Wacquant e seu contributo para a compreensão da ação institucional no caso português*. Edições Afrontamento.

Portaria 286/2013. Diário da República n.º 173/2013, Série I de 9 de setembro de 2013. Lisboa: Ministérios das Finanças e da Justiça. Disponíveis em <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/286-2013-499245>(acessido em 26-02-2022)

Prodanov, C. & Freitas, E. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho* (2.ª ed). FEEVALE.

Quivy, R., & Van Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Gradiva.

Reyes, P. (2017). El panóptico de bentham y la instrumentalización de los derechos humanos. *Universitas Philosophica*, 34(68), 173-196. Disponível em: <https://doi.org/10.11144/Jayeriana.uph34-68.pbdh>(accedido em 27-01-2022)

Robson, C. (2002). *Real word research*. Blackwell.

Rodrigues, A. (2002). *Novo olhar sobre a questão penitenciária* (2.^a ed.). Coimbra Editora.

Rodrigues, A. (2017). *A Experiência Prisional na Reinserção Social: Uma análise comparativa entre grupos de reclusos adultos e jovens adultos*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho: Instituto de Ciências Sociais.

Rosa, C. M. (2018). Os efeitos das prisões – uma abordagem das instituições totais. *Revista Espaço Acadêmico*, 18(206), 160-169.

Rosa, S. (2010). *Avaliação do impacto da implementação de um programa de formação para o empreendedorismo em ex-reclusos*. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana.

Rusche, G. & Kirchheimer, O. (2004). *Punição e estrutura social* (2.^a ed.). Revan.

Salgueiro, E. (2016). *Presos ao Estigma: Estigma, Autoestigma e Perspetivas de Inclusão Social dos Reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Regional)*. Dissertação de Mestrado em Psiquiatria Social e Cultural. Coimbra: Faculdade de Medicina.

Saunders, M., Lewis, P. & Thronhill, A. (2012). *Research Methods for Business Students* (4th ed.). Pearson Education Ltd.

Saydjari, Z., Bunn, A., Kosloski, A. E. & Bontrager Ryon, S. (2015). Labeling Theory. *The Encyclopedia of Crime and Punishment*, 1–5. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/9781118519639.wbecpx236>(acedido em 06-03-2022)

Scheff, T. J. (1966). *Being Mentally: A Sociological Theory*. Aldine.

Schenk, C.T. & Holman, R. H. (1980). A Sociological Approach to Brand Choice: The Concept of Situational Self Image. *Advances in Consumer Research*, 7, 610-614.

Scott, W. (1990). PTSD in DSM-III: A Case in the Politics of Diagnosis and Disease. *Social Problems*, 37(3), 294-310. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/800744>(acedido em 05-03-2022)

Seabra, H. & Santos, T. (2006). *Reclusos estrangeiros em Portugal: esteios de uma problematização*. Observatório da Imigração.

Siqueira, R. & Cardoso, H. (2011). O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana. *Imagonautas*, 2(1), 92-113.

Silva, C. (2012). *A vida de ex-reclusos, por suas palavras. O liames entre a vida na prisão e a (re)inserção social*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto, Faculdade de Letras.

Smith, J. F. W. & Hepburn, J. R. (1979). Alienation in prison organizations. *Criminology*, 17, 251-262.

Sousa, C. (2015). *As Políticas de Reinserção Social de Reclusos: um estudo de caso com reincidentes*. Dissertação de Mestrado. UBI.

Stake, R. (2007). *A arte da investigação com estudos de caso*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Stryker, S. & Vryan, K (2003). *The symbolic interactionist frame*. Handbook of Social Psychology, Springer.

Sutherland, E. (1939). *Principles of Criminology* (3rd Edition). Lippincott.

Sykes, G. M. (1958). *The society of captives*. Princeton University Press.

Sykes, G. M. & Messinger, S. (1960). The inmate social system. In *Theoretical studies in social organization of the prison*. Social Science Research Council.

Tezcan, M. (2005). *Sosyolojik kuramlarda egitim Ani Yayincilik*.

Thomas, C. & Petersen, D. (1977). *Prison organizations and inmate subculture*. Bobbs-Merrill.

Tittle, C. R. (1972). Institutional living and self-esteem. *Social Problems*, 20, 65–77.

Torres, A. & Gomes, M. (2005). Drogas e prisões: relações próximas. *Revista toxicodependências*, 11(2), 23-40.

Udehn, L. (2001). *Methodological individualism: Background, History and Meaning*, Routledge.

Vaz, M. (2017). Ideais Penais e Prisões no Portugal Oitocentista. *IV Congresso Português de Sociologia*. Disponível em: https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR462dbba49c41b_1.pdf(acessido em 27-02-2022)

Visher, C. A., & O'Connel, D. J. (2012). Incarceration and inmates' self-perceptions about returning home. *Journal of Criminal Justice*, 40, 386-393.

Vilas-Boas, C., Cotrim, M. & Ramos, T. (2013). *Soluções inovadoras no sistema prisional. Passaporte para a liberdade*. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/projectos/pis/wp-content/uploads/2013/09/EQUAL_-Passaporte-para-a-liberdade.pdf(acessido em 14-01-2022)

Wacquant, L. (2009). *Prisons of Poverty*. University of Minnesota Press.

Yin, R. (2005). *Estudo de caso: planeamento e métodos* (3.^a ed.). Bookman.

ANEXOS

Anexo 1

Guião de Entrevista – Reclusos

As perguntas que se seguem enquadram-se no trabalho de investigação para a elaboração de uma dissertação no Mestrado de Sociologia na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve. São questões que procuram abarcar as diversas fases e pontos da vida do indivíduo, nos períodos anteriores à situação de reclusão, durante a reclusão e no pós-reclusão (reinserção). É garantido o anonimato aos entrevistados e a confidencialidade de toda a informação pelo que a informação recolhida apenas serve para a realização do estudo académico em causa.

Bloco temático I - Características sociodemográficas

- 1- Sexo:
- 2- Estado civil
- 3- Nível de habilitações literárias
- 4- Profissão exercida (antes da reclusão)
- 5- Situação na profissão
- 6- Local de residência
- 7- Profissão do pai
- 8- Profissão da mãe
- 9- Nível de habilitação literária da mãe
- 10- Nível de habilitação literária do pai

Bloco temático II - Contexto e trajetória familiar

- 1- Descreva-me a sua vida familiar antes de entrar na prisão. Com quem é que vivia?
- 2- E a sua infância como foi? Como passou esse período da sua vida? Vivia com quem?
- 3- Relativamente à adolescência, como viveu esse período da sua vida?

- 4- Conte-me episódios que o marcaram no seu crescimento, (seja a nível familiar, na comunidade, no trabalho) e que acha que possam ter influenciado a sua vida.
- 5- Vive atualmente com quem? Como tem sido essa vivência?
- 6- E filhos tem? Descreva-nos a sua relação com eles.
- 7- Apoio Familiar durante e pós a reclusão?

Bloco temático III - A escola e o trajeto escolar

- 1- Fale-me um pouco de como foi a sua escola ao longo do seu trajeto escolar?
- 2- Que escolas é que frequentou?
- 3- Que memórias lhe ocorrem da sua passagem pela escola?
- 4- Como se caracterizaria enquanto aluno?
- 5- Fez que ano de escolaridade?
- 6- Reprovou algum ano?
- 7- Acha que a escola foi importante para a sua vida?
- 8- Em que altura decidiu não continuar a estudar?
- 9- Se pudesse voltar a estudar, voltava à escola?

Bloco temático IV -Experiências e trajetórias no mundo do trabalho

- 1- Relativamente ao mercado de trabalho quais as suas experiências profissionais?
- 2- Começou a trabalhar com que idade?
- 3- Lembra-se de qual foi o seu primeiro emprego? Descreva-me como era esse trabalho?
- 4- E os outros trabalhos que teve foram de quê? Pode-me falar sobre isso?
- 5- Que tipo de contratos de trabalho é que teve?
- 6- E ganhava bem? Como eram as remunerações desses trabalhos?
- 7- Alguma vez teve desempregado? Como foi viver essa situação?
- 8- E formação profissional? Alguma vez frequentou algum curso? Se sim, conte-me como foi essa experiência.

Bloco temático V - Trajetórias e vivências da reclusão

- 1- Qual a razão que o levou à prisão?
- 2- Consegue-me explicar em sua opinião o que o fez entrar em atividades criminosas?
- 3-Como acha que isso aconteceu na sua vida?

- 4- Descreva-nos como se sentiu quando foi preso.
- 5- Descreva-nos o seu dia-a-dia na prisão.
- 6- E como foi a adaptação à prisão? O que sentiu mais a falta em relação à vida que levava lá fora?
- 7- Como é o relacionamento com os outros reclusos?
- 8- Tem conhecido outras pessoas dentro da prisão? Quer-me falar um pouco sobre isso...
- 9- E o seu relacionamento com os funcionários, como o caracteriza?
- 10- Encontrou amigos ou conhecidos residentes no bairro ou localidade de residência?
- 11- Como é viver dentro de uma prisão?
- 12- Quais os principais ensinamentos que retirou do tempo em que esteve preso?
- 13- É costume ouvir-se dizer lá fora que a prisão é uma escola do crime. O que pensa disso?
- 14- A seu ver, e pela sua experiência, quais os aspetos mais positivos e os mais negativos nas prisões?
- 15- Dentro da prisão realizou algum programa que o auxiliasse na reinserção na sociedade?
- 16- Frequentou a escola dentro da prisão?
- 17- Fez algum tipo de atividades desportivas, recreativas ou culturais?
- 18- E experiência ou oportunidades de trabalho dentro da prisão teve?
- 19- E hoje, mudaria alguma coisa no seu percurso?
- 20- Como se sente em relação ao crime que o levou para a prisão?

Bloco temático VI – A reinserção social

- 1- Como é a vida depois de sair de uma prisão?
- 2- Quais são as principais dificuldades na sua opinião para quem sai da prisão e quer refazer a sua vida?
- 3- Quais as suas principais motivações neste período de reinserção social após sair da prisão?
- 4- Teve preso mais alguma vez para além desta?
- 5- Conhece casos de reincidência na reclusão? Porque que acha que isso acontece?
- 6- Tem/teve o apoio da sua família?
- 7- Que tipo de apoio teve da sua família?
- 8- Considera que esse apoio da família é importante?
- 9- E os amigos como é essa relação depois de sair da prisão?
- 10- Como caracteriza o papel dos técnicos de reinserção social na ajuda à sua inserção na sociedade?

- 11- Que tipo de ajudas teve dos técnicos?
- 12- Quem definiu os objetivos a alcançar por si nesta fase? Você colaborou nessa definição? Como decorreu o PIR (por a sigla por extenso)?
- 13- Atualmente está inserido no mercado de trabalho?
- 14- Que tipo de trabalho está a fazer?
- 15- Como é arranjar trabalho depois de sair da prisão?
- 16- E no seu caso como foi que aconteceu para arranjar trabalho?
- 17- Solicitou apoios do Estado? Que tipo de apoios?
- 18- Considera que o Estado cumpre o seu papel na ajuda à reinserção social dos reclusos?
- 19- Relativamente à sociedade, (amigos, trabalho) sente algum tipo de discriminação/estigmatização em razão de ser ex-recluso?
- 20- Quais as principais alterações que a sua vida teve depois de ter saído da prisão?
- 21- Quais os seus objetivos para a sua vida futura?
- 22- Que expectativas de vida tem para o seu futuro?
- 23- Há alguma coisa que queira acrescentar?

Gratos pela sua Colaboração

Anexo 2

Protocolo de consentimento informado - Entrevista Semiestruturada

Eu, _____ aceito participar de livre vontade no estudo da autoria de António Rosado (Aluno da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve), orientado pelo Professor Doutor João Eduardo Rodrigues Martins (Professor da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve), no âmbito da dissertação de Mestrado em Sociologia, na área de Políticas Sociais e de Reinserção Social no Sistema Prisional Português. Foram-me explicados e compreendo os objetivos principais deste estudo que constam do protocolo de consentimento informado anteriormente assinado por mim. Compreendi e aceito responder a uma entrevista semiestruturada que explora questões sobre a minha vivência antes, durante e após a minha reclusão, privação de liberdade. Compreendo que a minha participação neste estudo é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem que essa decisão se reflita em qualquer prejuízo para mim. Ao participar neste trabalho, estou a colaborar para o desenvolvimento da investigação na área das Políticas Sociais e Reinserção social, não sendo, contudo, acordado qualquer benefício direto ou indireto pela minha colaboração. Entendo, ainda, que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade nunca será revelada em qualquer relatório ou publicação, ou a qualquer pessoa não relacionada diretamente com este estudo, a menos que eu o autorize por escrito.

Nome

Assinatura

Data ___/___/___

Anexo 3

Resumo Entrevistas

BLOCO II – CONTEXTO E TRAJETÓRIA FAMILIAR

1. vida familiar antes de entrar na prisão

“Estável. Vivia com a mãe e irmão” (E1)

“Vivia com a minha mãe, irmão e padrasto. Era tranquilo” (E2)

“Vivia com a companheira e menino de 7 anos” (E3)

“Vivia com a esposa, afilhada, numa casa própria, era uma vida tranquila, estável” (E4)

“Vivia com os pais e irmãos (4), numa casa alugada” (E5)

“Vivia com uma rapariga em casa própria. A vida era razoável dávamo-nos bem, apesar dos consumos” (E7)

“Vivia com avó paterna, era uma vida tranquila, sem problemas” (E8)

“Vivia com a minha mãe e o meu filho mais velho” (E9)

“Vivia junto com uma rapariga. Tinha um ambiente bom, sem problemas” (10)

2. Como foi a infância

“Estável” (E1)

“Vivia com a avó, comportamentos aditivos, álcool, com tios, mas tranquilo até aos 15 anos” (E2)

“Vivi na África do Sul, fazíamos parte de uma classe privilegiada. Vivia feliz com a minha mãe, pai e 2 irmãos, nunca faltou nada em casa” (E3)

“Tranquila, em família e tinha 2 irmãos” (E4)

“Tinha amigos, fui à escolar e vivia com os pais e irmãos” (E5)

“Vivia com os avós e pais. O meu pai tinha problemas de álcool por isso eu fugia para os meus avós, mas não existia violência física nem verbal” (E7)

“Vida tranquila com os avós, nunca me faltou nada, só o pai e mãe” (E8)

“Normal... Vida com o meu pai, consumia álcool, a minha mãe, e o meu irmão mais velho, que não tinha comportamentos aditivos” (E9)

“Vivia com avós, tios e irmão. O meu tio tinha problemas aditivos” (E10)

3. Como foi a adolescência

“Estável” (E1)

“Aos 16 fui viver sozinho, tirei curso de topografo e o 12.º ano. Trabalhava com projetos de campos de golfe, etc.” (E2)

“Feliz, mas para os meus pais nos darem um boa vida na África do Sul, não tinham muito tempo para nós” (E3)

“Foi fixe, tranquilo... Trabalhei até aos 13 anos, para ajudar os meus pais, eramos pobres, não se passava fome” (E4)

“Tudo igual” (E5)

“Comecei a estudar na Conceição até ao 3.º ano, mudei-me para Faro, o meu pai bebia, a minha mãe trabalhava... Tinha um irmão mais velho que já faleceu “(E7)

“Vivia com os meus avós, a partir dos 16 anos começaram os consumos de haxixe e heroína. Aos 16 anos foi campeão europeu de futebol e o pai tentou aproximar-se foi o motivo” (E8)

“Normal, mas quando comecei a trabalhar aos 16 na Câmara, comecei a fumar haxixe. Depois foi heroína aos 21” (E9)

“Vida passada nos colégios...” (E10)

4. Episódios que marcaram o crescimento

“Pai alcoólico” (E1)

“O funeral do meu pai com 5 anos, morreu atropelado... Perder a 1.ª mulher por causa das minhas noitadas.” (E2)

“Em termos de família, depois do 25 de abril, fomos para a África do Sul, sem tios, sem primos no meu crescimento, o que lamento. Morreu o meu pai, foi uma tragédia, numa semana, com meningite” (E3)

“Comecei a trabalhar muito cedo, imigrei, comprei motas, corridas, bailaricos, tinha uma vida simples. Aos 18 anos trabalhava por conta própria” (E4)

“Os meus pais sempre me deram educação, esforçaram-se para me dar o que eu queria- No 7.º ano deixei a escola para ir trabalhar, conheci as drogas pesadas e era mais fácil arranjar do que as drogas leves. Quando dei por mim estava a ressacar” (E7)

“O meu pai nunca quis saber... Marcou-me a morte dos meus avós... Quando fui detido no Funchal, jogava no Marítimo” (E8)

“Lembro-me, de uma vez, o meu pai ter batido bastante no meu irmão por ter chumbado. Quando eu tinha 27 anos, o meu pai morreu, apesar de ele nunca ter demonstrado amor ou carinho pela família, só nos deu dor de cabeça” (E9)

“Fui abandonado pelos meus pais, conheci o meu pai em 2011. Tenho mais dois irmãos...Marcou-me a morte dos meus avós” (E10)

5. Vive com quem no presente

“Mãe e irmão” (E1)

“Companheira e filho” (E3)

“Irmãos numa casa camarária, pagávamos renda, mas agora sem contacto com eles...” (E5)

“Atualmente, com a mãe” (E7)

“Ninguém” (E8)

“Vivo com a mãe do meu filho mais velho e com ele” (E9)

6. Filhos

“1 filho com quem tenho uma relação tranquila” (E1)

“Não” (E2)

“Tenho 2 filhos portugueses, da 1.^a mulher, mas nunca fui de estar muito com eles, mas falamos. E 1 filho da atual mulher, África do Sul” (E3)

“Tenho 2 filhos da 1.^a esposa, mantenho uma relação boa com a mais nova, consegui formar-se. O meu filho é empregado de mesa” (E4)

“Não” (E5)

“Sim, mas não o conheço, eu tinha 14 anos, perdi o contacto da mãe. Eu andava metido nos consumos, não me interessa muito” (E7)

“Duas meninas, uma com 15 anos com quem tenho ligação e uma com 6 anos com quem não mantenho ligação” (E8)

“Tenho um filho com 29 anos, um filho com 26, faço com ele, mas não trabalha, só tem depressões e um filho com 24 com quem não falo muito, sempre viveu com a mãe dele e a avó materna, não atende o telefone” (E9)

“Não” (E10)

7. Apoio familiar durante a reclusão

“Bom” (E1)

“Sim, sempre emocional e económico, tanto da mãe, como irmão, tios e ex-mulher” (E2)

“Sim, graças a Deus sempre tive, quer económico, quer emocional” (E3)

“Sim, sempre tive apoio da minha mãe, esposa, irmãos e primos. Faziam visitas, ajudavam economicamente” (E4)

“Nas outras reclusões tive apoio, atualmente estou sem visitas, devem estar chateados comigo... Quando sair tenho de me manter limpo para ter o apoio deles, vamos ver...” (E5)

“Sim, da minha mãe e da minha tia, quer do ponto de económico, quer das visitas” (E7)

“Sim, tia e irmão ajudavam economicamente e mãe da filha apoio emocional” (E8)

“Sempre tive, dos meus avós e da mãe do meu filho mais velho” (E9)

“Sem apoio familiar” (E10)

BLOCO TEMÁTICO III – ESCOLA E TRAJETO ESCOLAR

1. Como foi o trajeto escolar

“Até ao 5.º ano sempre bom aluno, depois maluquices, fumar, álcool, aditivos e deixei a escolar” (E1)

“Muito bom, os melhores anos da minha vida, tirei logo um curso, não chumbei nenhum ano” (E2)

“Estudei na África do Sul, era um aluno médio, não precisava de estudar muito para passar. No início inglês era péssimo, africano também, mas fui bem apoiado pelos professores” (E3)

“A escola foi um espetáculo, era o melhor aluno da turma até ao 6.º ano” (E4)

“Iniciei aos 6 anos, reprovei, fugi à escola aos 9 anos... Terminei a escola aos 12 anos, o meu pai retirou-me da escola por faltar, comecei a ajudá-lo no pastoreio” (E5)

“O trajeto escolar foi bom, eu gostava de estudar até conhecer as drogas e perder o interesse pela escola, perde-se o interesse por tudo, não desejo a ninguém” (E7)

“Sempre boa, gostava de estudar” (E8)

“Muito bom, até ao 9.º ano, aí desliguei-me das escolas. Eram petiscos com os amigos ao fim de semana. O meu pai disse-me ou estudas ou vais trabalhar” (E9)

“Bom, mas fugi 3 vezes do colégio” (E10)

2. Escolas que frequentou

“Duarte Pacheco e Secundário de Loulé” (E1)

“Dr. Agostinho em Almancil e Liceu de Loulé” (E2)

“Na África do Sul, Joanesburgo” (E3)

“Primária das Hortas e Escola Profissional de Vila Real de Santo António” (E4)

“Almancil (Vale das Éguas)” (E5)

“Conceição, Vale Carneiros, Afonso III” (E7)

“Ribadouro, António Nobre no Porto, e ESEC em Coimbra tirei a licenciatura” (E8)

“Escola Primária de Loulé e Secundaria de Loulé” (E9)

“Colégio da Bela Vista em Lisboa e Casa do Rapazes em Faro” (E10)

3. Memórias da passagem pela escola

“Sei lá...” (E1)

“Boas... Brincar, jogar à bola, tinha um grupo de hip hop” (E2)

“Aprendi desportos novos, sempre fiz parte de equipas” (E3)

“Memórias boas, matemática, histórica... Ainda hoje utilizo a matemática no trabalho” (E4)

“Lembro-me de umas professoras e contínuos por causa dos castigos... ficava fechado numa sala para os outros terem tempo de chegar... Apesar de tudo era positivo” (E5)

“Colegas bons, gostava de Biologia, tudo normal com os outros” (E7)

“Boas, sempre tive sucesso e boas notas” (E8)

“Tinhas bastantes amigos, ficaram alguns da primaria, até ao 9.º ano, sempre com bom aproveitamento. Nunca tive confusões, porrada com os colegas” (E9)

“Boas... Ficaram alguns amigos” (E10)

4. Como era enquanto aluno

“Cometia muitas maluquices, entrava pela frente e saía por trás...” (E1)

“Bom a inglês e matemática” (E2)

“Aluno médio, sem marcas de distinção” (E3)

“Era um aluno bom, não excelente, mas um bom aluno” (E4)

“Era concentrado em sala, interessado... No recreio quando me juntava com os outros era do pior...” (E5)

“Bom aluno ate ao 7.º ano” (E7)

“Bom aluno, empenhado e atento” (E8)

“Bom aluno” (E9)

“Bom aluno” (E10)

5. Que ano completou

- “9.º ano em meio livre e 12.º ano em reclusão” (E1)
- “12.º ano e curso profissional com bolsa de estudos” (E2)
- “10.º ano na África do Sul” (E3)
- “4.º ano” (E5)
- “12.º ano” (E6)
- “Frequência universitária” (E8)
- “9.º ano” (E9)
- “9.º ano” (E10)

6. Reprovou?

- “Sim” (Q1)
- “Não” (Q2)
- “Nunca” (Q3)
- “Sim, na 5.ª classe” (E4)
- “Sim” (E5)
- “Sim, 2 vezes” (E6)
- “Não” (E7)
- “Não” (E8)
- “Sim, no 9.º ano” (E9)
- “Não” (E10)

7. A escola foi importante para a sua vida?

- “Sim, pelas competências pessoais” (E1)
- “Foi, foi pena não ter continuado” (E2)
- “Claro que foi, principalmente quando estive no internato 3 anos, tinha regras, disciplina” (E3)
- “Bastante importante, ainda hoje gosto de ler, estar informado, ver programa culturais, ter conhecimento” (E4)
- “Sim, aprendi algumas coisas...” (E5)
- “Sim, aprendi coisas que nunca se esquece, infelizmente tive más companhias” (E7)
- “Muito importante” (E8)
- “Claro que sim, não é como as escolas de hoje em dia, ainda hoje sei de tudo um pouco, cultura geral” (E9)

“Acho que sim” (E10)

8. Quando decidiu não continuar a estudar?

“Com 13/14 anos comecei a trabalhar” (E1)

“Quando terminei o 12.º ano, comecei a trabalhar, ganhava 180 contos, era muito dinheiro para a altura” (E2)

“Na altura estava sempre a pedir aos meus pais carro, dinheiro... Eles deram-me a escolher entre continuar os estudos ou ir trabalhar e ter as minhas coisas, foi uma escolha errada” (E3)

“Fui proibido de ir à escola, por mau comportamento. Uns vizinhos queixavam-se dos filhos faltarem por causa de mim e dos meus irmãos. Havia queixas dos professores, chegava a casa e claro ele batia na gente...” (E5)

“7.º ano desisti para ir trabalhar, para comprar as minhas coisas e para não sacrificar a minha mãe. Ela tentou que eu não desistisse, mas tinha inveja do que os amigos tinham” (E7)

“Quando assinei contrato profissional pelo FCP” (E8)

“No 9.º ano tive de optar por trabalhar” (E9)

“Deixei o colégio e fui preso “(E10)

9. Se pudesse, voltava à escola?

“Voltava” (E1)

“Sim, voltava logo” (E2)

“Voltava já, para ter formação superior” (E3)

“Agora já não, tenho o meu trabalho, já tenho o 12.º ano, não penso ir para a universidade” (E4)

“Sim” (E5)

“Gostaria de voltar para ser biólogo marinho, gosto de Biologia” (E7)

“Claro, para terminar a licenciatura, é melhor que trabalhar! (E8)

“Se fosse para montar uma empresa, afinal o saber não ocupa lugar” (E9)

“Claro que sim!” (E10)

BLOCO IV – EXPERIÊNCIAS E TRAJETÓRIAS NO MUNDO DO TRABALHO

1. Experiências profissionais?

“Cortador de carne, trabalhos temporários...” (E1)

“Topógrafo, mecânico e jardineiro” (E2)

“Numa firma de engenharia fui inspetor de qualidade” (E3)

“Trabalhador na agricultura, comércio no supermercado (3 anos), aos 16 anos fui trabalhador nas obras, aos 18 já era mestre a trabalhar por conta própria, fiz uma obra de raiz” (E4)

“Talhante, pintor porque o irmão mais velho tem uma firma, jardineiro” (E5)

“Agricultura foi a atividade principal. Mas também fui maquinista de máquinas industriais” (E6)

“Rentacar, calceteiro, jardineiro, pintor, servente, limpezas, agricultura” (E7)

“Diretor de marketing, vendedor de férias, jogador de futebol profissional e manutenção do Palácio da Pena” (E8)

“Eletricista, era chefe de equipa, manutenção de piscinas e caixa numa mercearia” (E9)

“Mariscador, carpintaria, pastelaria/padaria (quando morei em Lisboa)” (E10)

2. Idade com que começou a trabalhar?

“14 anos” (E1)

“Verão da escola aos 11 com os tios nos jardins (E2)

“19 anos” (E3)

“13 anos” (E4)

“16 anos na Sumol...” (E5)

“12 anos, antes já fazia ordenha de vacas” (E6)

“16 anos” (E7)

“16 anos como futebolista” (E8)

“15 anos” (E9)

“16/17 anos” (E10)

3. Descreva o seu primeiro trabalho

“Duro” (E1)

“Repositor supermercado aos 15 anos, recebia 50 contos” (E2)

“O primeiro foi no comércio, o minimercado Farol em Vila Real, tratava da reposição e fiel de armazém; o patrão confiava em mim” (E4)

“Carregar camiões, apanhar laranjas, o que havia para fazer...” (E5)

“Firma de jardinagem em Almancil (800€), condutor de máquinas” (E6)

“Calceteiro, muito duro, era servente a 3 calceteiros cabo-verdianos” (E7)

“Foi bom, ganha 160 contos, o dobro do meu avô, e gostava do que fazia” (E8)

“Foi na mercearia, ajudava, distribuição de mercadorias para cafés e outras mercearias” (E9)

“Olhos era servente, havia bom ambiente, um pouco puxado fisicamente” (E10)

4. E os outros trabalhos, como foram?

“Burguer King, Continente...” (E1)

“Karting de Almancil, a aprender a mexer em motos com o meu tio... Jardins... Topógrafo ate aos 24 anos, mecânico... Depois foi sempre a descer, consumo de drogas e álcool, trabalhava só para os consumos” (E2)

“Trabalhei numa fábrica de armamento na África do Sul. Numa fabrica de plásticos, fabrico de garrafas, utensílios e na construção civil fiz de quase tudo” (E3)

“Carpinteiro e armador de ferro, tomei conhecimento nessa área, imigrei para a Áustria, arrependi-me disso, falta de pagamento, não continuei emigrado. Depois desavenças com a namorada, nascimento de um filho sem vida” (E4)

“Pintor e jardineiro na Quinta do Lado” (E5)

“Piloto de barcos de recreio (1000€), maquinista e condutor (800€)” (E6)

“Vítor Agostinho nos jardins, renda Car limpeza de carros e lavagem, limpezas em empresas e aeroporto (E7)

“Foi bom, trabalhava por objetivos, em 2017 ganhava 16 mil euros por ano” (E8)

“Depois Câmara Municipal durante 5 anos como electricista, depois Carvetur na manutenção, empresa de ferros (6 meses), depois montava contadores para a EDP (1ano) e depois voltei à Câmara” (E9)

5. Tipo de contratos de trabalho

“Efetivo no Pingo Doce” (E1)

“Sem contratos a partir dos 24 anos” (E2)

“6 meses, 1 ano, renováveis” (E3)

“Efetivo no minimercado; sem contrato quando trabalhava por conta própria e 2001/2002 contrato de carpinteiro durante 9/10 meses” (E4)

“Como talhante no Mar shopping 6 meses” (E5)

“6/9 meses” (E6)

“Contratos de 3/6/9 meses” (E7)

“Contrato no futebol e recibos verdes no timesharing” (E8)

“Recibos verdes, contratos de 6 meses, efetivo na CM de Loulé” (E9)

“Sem contratos de trabalho” (E10)

6. E ganhava bem?

“Sim, no talho de rua, acima da média, 1250€, sempre que o patrão precisava eram 25€/hora” (E1)

“Estava a ser explorado, mas fazer o quê... os consumos obrigavam a isso” (E2)

“Muito bem, 800 rands, em 1988/1989), dava para comprar um carrinho” (E3)

“Ganhava, nessa altura ganhava mais do que ganho agora!” (E4)

“Na pintura e como talhante 750€” (E5)

“Ordenado mínimo, sem contrato ganhava mais ou menos” (E7)

“Acho que sim, comparando com os ordenados da altura” (E8)

“Nem por isso, sempre perto do ordenado mínimo” (E9)

“Acho que sim” (E10)

7. Alguma vez esteve desempregado?

“Sim, antes da reclusão e começou o comportamento desviante – roubo” (E1)

“Sim, estava “agarrado”, entre 2008/2009 até ir preso em 2012. Não queria ir para casa, estava com depressão, tinha vergonha, não queria estar perto de ninguém, mesmo em baixo” (E2)

“Sim, nunca recebi nada do Estado, nem me inscrevi para isso porque era por pouco tempo” (E3)

“Sim, antes de ir para o Marshoping durante 2 anos, recebi o RSI e o fundo do desemprego. Consumia e começaram os roubos” (E5)

“Não” (E6)

“Sim, foi mau, não tinha as minhas coisas, a minha mãe não deixava faltar nada, mas custava-me não contribuir” (E7)

“Sim, é mau, mas nunca passei necessidade” (E8)

“Sim, estive 1 mês e meio a ganhar do fundo desemprego” (E9)

“Sim, era mais difícil, tinha que me fazer à vida...” (E10)

8. Formação profissional?

“Informática e de cortador de carne” (E1)

“Curso topógrafo” (E2)

“Não” (E3)

“Não” (E5)

“Curso de aplicação de fitofármacos, curso de operador de máquinas, curso técnico profissional de jovem agricultor” (E6)

“O que fiz foi dentro de muros” (E7)

“Curso de serralharia dentro dos juros e área de marketing fora” (E8)

“Só dentro de muros: formação para Integrar, iniciação informática, pintura construção civil, 12.º ano profissional de manutenção de recintos desportivos” (E9)

BLOCO V – TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DA RECLUSÃO

1. Razão que levou à prisão

“Desespero, sem dinheiro, companheira grávida, roubo para jogar” (E1)

“Consumo de droga e álcool” (E2)

“1.ª vez foi por furto qualificado, roubos e falsificação de documentos. Desta vez foi por conduzir embriagado” (E3)

“Tráfico e a droga... Comecei a consumir, acabou-se o dinheiro e traficava heroína e cocaína aos 28 anos” (E4)

“Drogas, roubos...” (E5)

“Dinheiro fácil, tinha dividas” (E6)

“Vivia com uma rapariga, consumíamos os 2, os consumos eram elevados, como não queria traficar, comecei a roubar e andava sem carta de condução” (E7)

“Ah sei lá... consumia e envolveram-me numa rede de tráfico no Funchal” (E8)

“Tráfico e consumo de haxixe, heroína e cocaína” (E9)

“Furtos” (E10)

2. O que o fez entrar em atividades criminosas?

“Droga e curiosidade de experimentar, influência dos pares” (E1)

“Roubava para consumir” (E2)

“Era uma maneira fácil de arranjar dinheiro, na altura estava viciado em cocaína e heroína, foi a pior coisa da minha vida” (E3)

“Começou quando os pais morreram... contas para pagar e consumos...”(E5)

“Dívidas ao banco, tinha empréstimos da agricultura, deu-me para as asneiras” (E6)

“A droga, eu também tive muita culpa, mas houve influência dos amigos” (E7)

“Sei lá... Os consumos, as maluqueiras, tinha muito dinheiro, as más companhias” (E8)

“Consumos por influência dos pares, na altura era moda e não queria ficar excluído do grupo. O tráfico foi em consequência do consumo porque o ordenado já não chegava” (E9)

“Derivado às condições que tinha... dinheiro fácil e fui por esse caminho infelizmente” (E10)

3. Como aconteceu isso na sua vida?

“Perdi a 1.^a esposa e entrei em depressão, daí os consumos. Iniciei o tráfico em 2001, sem consumos, em 2004 iniciei o consumo” (E2)

“Influenciado pelos pares, queria experimentar coisas novas... Não estava feliz na altura...” (E3)

“Amizades, ver fumar, convívios... Um dia, dois... Todos os dias e fico dependente” (E4)

“Principalmente pelas companhias...” (E5)

“Trabalhava na mesma, mas fui enganado” (E6)

“Lá em casa via aquilo, os meus irmãos consumiam e traficavam” (E7)

“Influência dos amigos... A família também teve culpa, andava sempre à vontade, sem limites...” (E7)

“Começou com o episódio do meu pai, com uma tentativa de aproximação, não é desculpa, mas...” (E8)

“Consumia, ao princípio era bom a sensação, mais o pior é o resto da vida. Um toxicodependente é para a vida, aparece um problema e já era...” (E9)

“A falta de apoio familiar foi importante” (E10)

4. Como se sentiu quando foi preso

“Angústia... Desespero de não ver o filho crescer” (E1)

“Pensava que era o fim do mundo... Vergonha... Triste nos primeiros 6 meses, depois mais tranquilo e sem consumos” (E2)

“No início era uma aventura, uma novidade... Sentia-me confortável comigo, tinha mau comportamento, era revoltado, arrependo-me de não ter usado a minha energia para o bem” (E3)

“Amargurado principalmente... Tristeza...” (E4)

“Desilusão por ter vindo preso, chateado, ansioso...” (E5)

“Caiu-me tudo aos pés... Tristeza... Revolta comigo mesmo” (E6)

“Foi mau... Foi um choque” (E7)

“Muita angústia, tristeza” (E8)

“Frustração, pelos familiares... Não vi o crescimento dos meus filhos, principalmente a filha que não me fala. Imagino o que os meus filhos passaram. Um foi privado da amizade do colega porque o pai era GNR...” (E9)

“Nem sei o que sentia...” (E10)

5. Dia a dia na prisão

“Tranquilo” (E1)

“Tirar cursos, trabalhar, praticar desporto...” (E2)

“Estava ocupado, trabalho, lazer, chamadas para a família, 1.^a vez foi mais complicado” (E3)

“Trabalhar e convívio pouco, porque há muito maluquice lá dentro” (E4)

“Trabalhar e camarata quando não trabalho” (E5)

“Normal, tentar ocupar a cabeça, desporto...” (E6)

“Atualmente, trabalho, ginásio e afasto-me das más companhias. A cadeia não leva a lado nenhum, conheço isto de trás para a frente e ao contrário” (E7)

“Ocupado, trabalho, sem problemas” (E8)

“Comer, dormir e jogar às cartas. Na antiga direção trabalhei na cadeia como eletricista” (E9)

“Excelente, bom comportamento, sempre com respeito” (E10)

6. Adaptação à prisão como foi? Do que sentiu mais falta?

“Custou-me pôr na cabeça, sem saber da família, sem filho...” (E1)

“Dava-me bem com toda a gente. Sentia falta da família” (E2)

“Falta da família. Sentia falta de fazer as coisas à minha vontade” (E3)

“Fácil, tinha família e amigos presos, da zona... Sentia falta da minha casa, na droga não” (E4)

“Mais ou menos... A primeira vez preso até a corda ao pescoço pus... Sentia a falta da família” (E5)

“Sinto família da família” (E6)

“Na primeira vez não me importava com nada, agora já perdi um irmão, sinto que ainda vou a tempo de recuperar a vida, arrependo-me de muita coisa!” (E7)

“Temos de nos adaptar, a minha estratégia é ocupar-me, não ter castigos” (E8)

“Na 1.^a vez foi mais complicado, nos primeiros meses, mas tinha amigos... As lotações e as condições eram péssimas. Das outras vezes foi pacífico” (E9)

“Ia-me adaptando bem” (E10)

7. Relacionamento com os outros reclusos

“Sem conflitos” (E1)

“Excelente” (E2)

“Ótimo, não tenho conflito, prevalece mais a sabedoria da idade” (E3)

“Bom” (E4)

“Mais ou menos, falo com uns quantos, mas é pessoal que não interessa, que não presta” (E5)

“Normal, dou-me bem com toda a gente” (E6)

“Dou-me ao respeito, para ser respeitado” (E7)

“Sempre tive um bom relacionamento, da primeira vez alguns problemas por causa da droga, mas depois foi bom” (E9)

“Bom” (E10)

8. Conheceu outras pessoas dentro da prisão?

“Existiram contactos, mas com pouco interesse” (E1)

“Sim, conheci muita gente com uma vida pior...” (E2)

“Da 1.^a vez nunca vi mais ninguém. Uns não valem nada...” (E3)

“Algumas, as amizades ‘sinceras’ ficaram, outros desviei-me” (E4)

“Nesta reclusão não, quando estive no P. fiquei amigo de um senhor, tentei ajudá-lo a livrar-se da droga” (E5)

“Sim” (E6)

“Todas as eu conheci não tem bom futuro para mim, mas há pessoas boas de mais idade, com os moços novos não me interessa” (E7)

“Sim, tenho ficado com bons amigos, poucos, contam-se pelos dedos da mão. Homens há poucos, o resto são crianças” (E9)

“Tenho pessoas que me ajudaram com casa e apoio, mas outras que me levaram e continuam na vida criminosa” (E10)

9. Relacionamento com os funcionários

“Sem conflitos” (E1)

“De bem com todos, nunca tive nenhum problema” (E2)

“Ótimo, sem queixas de ninguém, tudo o que pedi foi aceite na medida do possível” (E3)

“Nunca tive nada a dizer, ao longo dos anos, com respeito e educação” (E4)

“Foi sempre com respeito, sem castigos” (E5)

“Bons” (E6)

“Muito bom, pessoas boas” (E7)

“Bom, apesar de haver pequenas quezílias normais. Nas outras prisões houve alguns problemas e coloquei um processo a um chefe, por abuso de poder” (E9)

“Bom, sem problemas “(E10)

10. Encontrou amigos ou conhecidos do seu local de residência?

“Sim, muitos” (E1)

“Muitos, muitos, da 1.ª vez uns 10 em Almancil” (E2)

“Encontrei 1 que trabalhou comigo” (E3)

“Sim, poucos” (E5)

“Sim” (E6)

“Sim já encontrei” (E7)

“Sim, quase todos pelos mesmo tipo de crime” (E9)

“Sim, muitos de Olhão... Em Lisboa, do colégio” (E10)

11. Como é viver na prisão?

“No início complicado, sem saber como lidar, os mais velhos tiram a pinta a um gajo” (E1)

“Não é tao coiso como dizem, tem comida e água quente. Temos de pagar o mal que fizemos” (E2)

“Difícil, por sou homem de família. cheguei a uma certa idade que gostava de ajudar a família, não tenho coragem para contar à minha menina porque estou na prisão” (E3)

“Um bocado complicado, vida difícil” (E4)

“É portar bem e evitar companhias más” (E5)

“É uma prisão, estamos privados da liberdade, vive-se, mas custa bastante...” (E6)

“Temos de ser nós, nós, nós... Tenho de olhar por mim. Mas na primeira vez houve castigos, rebeldia...” (E7)

“Isto é monótono, sem conflitos, sei andar nisto” (E9)

“Não é muito fácil, uma pessoa tem de se adaptar, contar com um amigo ou outro” (E10)

12. Principais ensinamentos que retirou desse período.

“Não dar confiança aos companheiros de reclusão” (E1)

“Não queria voltar a fazer o mesmo erro, mas voltei ao mesmo sítio. Pensava não ir, mas cometi o mesmo erro” (E2)

“Responsabilidade pelos outros, respeito pelos outros e pelos seus bens, resolvi muita coisa” (E3)”

“A nível laboral coisas que não pensei aprender! Entendi que não era aquilo que queria para a minha vida, deixei de pensar em droga, foquei-me no sofrimento da família” (E4)

“Comecei a estudar (12.º ano), tirei cursos, trabalho...” (E7)

“Ter respeito pelas pessoas, deveres, cumprir, evitar algumas rotinas que tinha lá fora, respeitar horários...” (E9)

“Isso é um bocado mais difícil...” (E10)

13. Costuma ouvir-se que a prisão é uma escola do crime. O que pensa disso?

“É verdade, entra-se como ladrão, sai-se como traficante ou vice-versa” (E1)

“Acho que é verdade, aperfeiçoamos o crime” (E2)

“Não acredito nesse filme, nunca encontrei um grande criminoso, para mim é mais uma reabilitação” (E3)

“Para mim não tem sido... Se voltasse com outro tipo de crime, sim... Mas não saio daqui com essa ideia...” (E4)

“Claro que é! Aprende-se muito aqui dentro” (E5)

“É um bocadinho, quem quiser enveredar por esse caminho é fácil arranjar contactos” (E6)

“É, porque perdemos o medo da cadeia, chega a um ponto de já se saber como tudo funciona” (E7)

“Também é sim, para quem quer... Vi fazer aqui muita coisa que nunca tinha visto, aprende-se a roubar, mentir, enganar, como fazer carregadores, seringas, máquinas de tatuar...” (E9)

“Tem toda a razão, entra-se por uns crimes, sai-se a conhecer todos os crimes e como fazer” (E10)

14. Aspetos positivos e negativos das prisões.

“Positivo: oportunidade em estudar e formação profissional. Negativo estar aqui neste buraco não é vida para ninguém, nunca se vai recuperar estas horas, por mais que se queira” (E1)

“Positivo: pensar, arrepender-me do crime, abstinência. Negativo: estar fechado, falta de liberdade. Muitas vezes não é o sistema, é mesmo os reclusos uns com os outros” (E2)

“Positivo: boa comida, espaço limpo, há apoio, medicina, enfermagem, serviços dentista. nunca ouvi uma guarda levantar a voz a um preso. Negativo: população um pouco jovem, alguns confrontos entre eles. Devia de haver mais para fazer, espaços abertos” (E3)

“Negativos: alimentação cada vez pior. Positivo: abstinência de estupefacientes, uma lição de vida” (E4)

“Positivo: por um lado aprende-se alguma coisa. Negativo: privado de liberdade” (E5)

“Positivo: o nível de consumos, livre-me completamente... deixei de fumar, acabei o 12.º ano, praticar desporto todos os dias. Negativo: falta de liberdade” (E6)

“Positivo: trabalho, formação, escolas, respeito, regras. Negativo: drogas, sem a família” (E7)

“Positivo: saber respeitar os outros, ter uma rotina normal. Negativo: aprender a ver coisas que não devia e somos obrigados a ter comportamentos menos bons, para com os outros reclusos” (E9)

“Estou aqui para cumprir a minha pena, nem vejo isso” (E10)

15. Realizou algum programa que o auxiliasse na reinserção da sociedade?

- “Sim, realizei 2 programas” (E1)
- “Sim, fomos para o integrar; em RAI fiz parte de brigadas e trabalhei no exterior” (E2)
- “Não” (E3)
- “Não” (E4)
- “Não” (E5)
- “A parte da escola, RVCC, ir busca todos pontos para realizar o trabalho” (E6)
- “Realizei alguns, tenho o comportamento” (E7)
- “Sim” (E9)
-
-

16. Frequentou a escola dentro da prisão?

“Sim, atingi o 12.º ano” (E1)

“Só cursos” (E2)

“Não” (E3)

“Sim” (E4)

“Sim fiz o 5.º ano” (E5)

“Sim, RVCC” (E6)

“Sim, 12.º ano” (E7)

“Fiz o 12.º ano vertente profissional” (E9)

17. Fez algum tipo de atividades desportivas, recreativas ou culturais?

“Sim” (E1)

“Sim” (E2)

“Sim” (E3)

“Desta vez não fiz” (E4)

“Sim” (E5)

“Sim” (E6)

“Sim” (E7)

18. Teve experiências ou oportunidades de trabalho dentro da prisão?

“Sim” (E1)

“Sim” (E2)

“Sim” (E3)

“Sim, tenho tido sempre” (E4)

“Sim” (E5)

“Sim” (E6)

“Sim” (E7)

19. Hoje, mudaria alguma coisa no seu percurso?

“Durante a reclusão, não” (E1)

“Não” (E2)

“Da 1.ª vez sim, podia ter-me formado, ter feito coisas uteis” (E3)

“Não” (E4)

“Não” (E5)

“Dentro de muros não, fora de muro sim!” (E6)

“Acho que estou muito mudado, fiz o desmame da metadona, estou com força para alcançar alguma coisa!” (E7)

“No passado sim, hoje ainda não” (E9)

20. Como se sente em relação ao crime que o levou à prisão?

“Mal, hoje não o faria, ninguém tem o direito de roubar outra pessoa” (E1)

“Tenho vergonha e culpa claro. Penso sempre nisso ena minha família, todos os dias penso nos erros” (E2)

“Fui justamente punido, agora estou curado” (E3)

“Tenho feito muitos erros...” (E4)

“Não volto aqui, pelo menos do mesmo crime, não!” (E5)

“Foi falta de cabeça, voltei a repetir, uma estupidez autêntica” (E6)

“Arrependido” (E7)

“Arrependido, desde o 1.º dia que conheci a droga, se soubesse que não ia conseguir parar... Aso 34 anos devido aos consumos afundei-me um pouco e a mulher deixou-me com os meus 2 filhos. Andei no fundo do poço” (E9)

BLOCO VI – A REINSERÇÃO SOCIAL

1. Vida depois da prisão

“Trabalho e aproveitar a infância do filho” (E1)

“Tentar arranjar trabalho” (E2)

“Um pouco difícil no início (E3)

“Trabalhar e viver em família” (E4)

“É bom sair da cadeia” (E5)

“Voltar à vida normal, trabalhar...” (E6)

“Diferente, saio limpo das drogas, dou valor a tudo!” (E7)

“Para mim foi muito difícil, fui a muitas entrevistas e ninguém me pedia registo criminal, mas muitas vezes são os fantasmas que nos próprios temos” (E8)

“Agora espero que seja boa, da última vez tinha o problema na perna e tinha de ir ao centro de saúde fazer o penso. Estou reformado” (E9)

“Um bocado difícil, não é fácil, sem apoio familiar” (E10)

2. Principais dificuldades para quem sai da prisão e quer refazer a sua vida.

“Dificuldades em arranjar trabalho, há rotulagem, estigmatização” (E1)

“Estigma de ser ex-presidiário” (E2)

“A nível laboral um patrão pergunta onde esteve a trabalhar nos últimos tempos... No CV ficam espaços de tempo em branco e é difícil explicar isso” (E3)

“Arranjar trabalho, ser aceite pela sociedade... às vezes são os próprios familiares e afundar os presos” (E4)

“Falta de trabalho, o apoio familiar é importante, criam-se rótulos” (E5)

“No meu caso sem dificuldades e problemas, já estava a trabalhar nas brigadas e RAE” (E6)

“Arranjar trabalho, voltar a conviver com as pessoas, escolher novas amizades... um bocado difícil” (E7)

“Somos nós próprios, não achei muito difícil arranjar trabalho” (E8)

“As pessoas demoram muito a aceitar os ex-reclusos, falam, mas afastam-se, principalmente os toxicodependentes. As empresas olham de lado, faltam apoios do Estado e muitos estão sem família” (E9)

“Não ter ajuda do Estado, já saí 3 vezes e não me ajudaram com nada” (E10)

3. Principais motivações neste período de reinserção?

“O meu filho, lutar por ele” (E1)

“Não deixar alguns familiares entrarem na droga e ajudar a minha mãe” (E2)

“O amor pela minha família, amigos...” (E3)

“A família e a minha grande motivação e a minha prioridade são os filhos, netos e esposa” (E4)

“Não acompanhar certa gente, não frequentar certos sítios” (E5)

“Jogar-me ao trabalho e tentar resolver da melhor forma as dívidas” (E6)

“O trabalho e a família, dar ouvidos à família, às pessoas que querem o meu bem” (E7)

“Família, para mim é família” (E8)

“Família... A minha mãe... E vivência com os filhos” (E9)

“Ter uma vida melhor, já estou farto disto” (E10)

4. Esteve preso mais alguma vez para além desta?

“Não” (E1)

“Sim” (E3)

“Sim, mais duas, em 96 e 2004” (E4)

“É a 4.^a vez” (E5)

“Sim” (E6)

“Sim, mais duas” (E7)

“Sim” (E8)

“Sim, 4” (E9)

5. Conhece casos de reincidência?

“Tantos, é que o se mais vê, por falta de trabalho, falta de apoio familiar...” (E1)

“Sim, a maioria é a ganância do dinheiro, dinheiro fácil... Também há a falta de apoio familiar” (E2)

“Sim, o maior motivo é a falta de adaptação ao meio social, quanto mais tempo preso mais se entranha a cultura prisional, torna-se mais difícil” (E3)

“No meu caso os consumos são um refúgio quando não tenho trabalho... Muitos sentem-se abandonados, sem porto de abrigo, sem âncora” (E4)

“Sim, a falta de apoio familiar e a falta de trabalho...” (E5)

“Sim, muitas vezes há falta de apoio por parte da reinserção e também há falta de vontade própria de alguns, são malandros de natureza” (E6)

“Sim, as vezes acontece por falta de trabalho e conhecem esses meios, dinheiro fácil, depois é difícil sair” (E7)

“Sim, devido a consumos, ao dinheiro fácil” (E8)

“Sim, por falta de apoios do Estado, rejeição da sociedade... (E9)

“Depende da pessoa, mas por causa da droga uma pessoa sujeita-se a vir preso” (E10)

6. Tem/teve apoio da família?

“Sim” (E1)

“Sempre, não me queixo de nada disso” (E4)

“Sim” (E6)

“Sim, emocional, económico e visitas” (E7)

“Sim” (E8)

“Sim” (E9)

“Não” (E10)

7. Que tipo de apoio?

“Económico e psicológico” (E1)

“Visitas e apoio económico, sentimental” (E4)

“Na última reclusão fiquei sem apoio familiar” (E5)

“Visitas e economicamente” (E5)

“Emocional e económico” (E6)

“Económico e social” (E8)

“Económico e emocional” (E9)

8. Esse apoio é importante?

“Sim” (E1)

“Sim, tem sido bastante importante” (E4)

“É fundamental” (E5)

“Foi sim!” (E6)

“É a coisa mais importante que tenho, é ao que me vou agarrar quando sair!” (E7)

“Muito” (E8)

“Sim muito importante!” (E9)

9. E os amigos?

“Não ficaram amigos desses, não os quero por perto” (E1)

“Aos conhecidos nunca chamei amigos, afastava-me deles. Mas tenho amigos da escola até hoje, falo com eles sem problemas” (E2)

“No meu caso perdi muitos dos meus amigos, faleceram de VIH e overdose” (E3)

“Onde é que estão os amigos? Não tenho amigos... Antigamente juntava-me a fumar e beber umas cervejas, agora não” (E4)

“Não são amigos, tenho de os por de lado...” (E5)

“O foco principal é a familiar, procurar as melhores firmas quando sair. Tenho de fazer seleção de amigos e afastar-me dos que não interessam, como diz a minha filha: amigos tóxicos é por de lado!” (E6)

“Os bons, vai ser igual a antes” (E7)

“Só tenho um que me ajude, que já esteve detido e sabe o que isto é” (E8)

“Só tinha amigos de conveniência, interesses do mundo da droga” (E9)

“Boa relação, mantem amizades de infância, fora das atividades criminosas” (E10)

10. Como caracteriza o papel dos técnicos de reinserção social?

“Importante” (E1)

“Excelente, tentam o melhor para nós! São amigos, concelheiros” (E2)

“Nos pareceres fazem o trabalho deles... Nunca me prejudicaram, preocupavam-se comigo” (E4)

“São muitos importantes, mas poucos” (E5)

“Muito complicado conseguirem acompanhar todos os casos, há falta de técnicos. Acho que devia haver mais apoio técnico no pós liberdade” (E6)

“Podiam ajudar mais. Quando saí em 2015 pedi ajuda para trabalhar, para o RSI e nada...” (E7)

“Só vem mesmo fazer o relatório, ajuda mais um guarda que eles...” (E8)

“Fui ajudado, mas pouco preponderante para arranjar trabalhar” (E9)

11. Que tipo de ajuda recebeu dos técnicos?

“Formação, competências sociais e pessoais, a maneira de ver o crime, trabalho na prisão” (E1)

“Apoio técnico, conselheiros, arranjam trabalho...” (E2)

“Apoio técnico, planos de vida, relatórios para o tribunal” (E3)

“Não necessitei de grandes ajudas, preocupavam-se com a minha abstinência e dão-me conselhos” (E4)

“Aqui dentro nenhuma, lá fora ajudaram com o RSI” (E5)

“Preparação, opiniões, ajudar a escolher o melhor caminho” (E6)

“Tudo o que pedi veio recusado, que tinha meios económicos (trabalho da mãe e casa própria)” (E7)

“Nenhuma” (E8)

“Para frequentar formações dentro de muros” (E9)

12. Quem definiu os objetivos alcançar? Como decorreu o PIR?

“Sim, com o técnico” (E4)

“Curso, escola e trabalho, bom trabalho e abstinência” (E5)

“Foi em conjunto” (E7)

“Só ele é que definiu” (E8)

“Sim, correu bem, concluí o proposto” (E9)

13. Está inserido no mercado de trabalho?

“Sim, com a ajuda do técnico, quando saí tinha contrato promessa” (E1)

“Sim” (E3)

“Sim” (E4)

“Quando sair vou novamente para o Marshoping, penso que sem problema” (E5)

“Sim” (E6)

“Em princípio sim, na rentacar de uma pessoa conhecida” (E7)

“Em princípio arranjo” (E8)

14. Que tipo de trabalho?

“Construção civil” (E1)

“Construção civil” (E3)

“Faxina na lavandaria em meio prisional” (E5)

“Manutenção no EP e na cantina de reclusos” (E6)

“Lavandaria” (E8)

15. Como é arranjar trabalho depois de sair da prisão?

“Foi fácil para mim” (E1)

“Para mim não foi difícil, quem me conhece dá-me trabalho no dia a seguir” (E4)

“Não foi difícil, inscrevi-me no IEFP e fui para uma sucata na zona industrial” (E5)

“Para mim não é difícil” (E6)

“Um bocado difícil, quando as pessoas sabem que estive preso ainda pior” (E7)

“Não é difícil arranjar, nos temos é que procurar, é um cliché que os presos arranjam” (E8)

“No meu caso foi sempre fácil, pois a CM Loulé sempre me deu apoio” (E9)

“Não é fácil, isto na rua está grave...” (E10)

16. Como foi que aconteceu para arranjar trabalho?

“Amigo da escola e irmão” (E1)

“Conhecia pessoas que me ajudaram, família...” (E3)

“Só falar com as pessoas, fácil...” (E4)

“Quando sai em liberdade já tinha um contrato promessa de trabalho” (E5)

“Fui trabalhar para a minha empresa” (E6)

“Foi fácil” (E8)

“Não consegui, não procurei muito...” (E10)

17. Solicitou apoios do Estado?

- “Não” (E1)
- “Nunca” (E2)
- “Não” (E3)
- “Em 2002/3 pedi o subsídio de desemprego e em 2010/11 o RSI” (E4)
- “RSI só” (E5)
- “Sim, CEI + quando sai em liberdade” (E6).
- “RSI, fundo de desemprego...” (E7)
- “Da última vez o RSI e inscrição no IEFP” (E8)
- “Nunca “(E9)
- “Não” (E10)
-

18. O Estado cumpre o seu papel na ajuda à reinserção social dos reclusos?

“Sem opinião” (E1)

“Sim, o Estado ajuda com cursos, apoio durante a reclusão” (E2)

“Não, os reclusos não têm apoio, sem o apoio da família, ficam sem saída” (E3)

“Deixa um pouco a desejar..., mas há pessoas que abusam em Portugal” (E4)

“Não! Os serviços prisionais fazem melhor” (E5)

“Faz falta mais ajuda, normalizar o percurso prisional. Devia ser obrigatório irem para brigadas, RAI, RAE, para ganhar hábitos de trabalho, levantar cedo...” (E6)

“Não, prometem, mas não fazem nada” (E7)

“O Estado propriamente não” (E8)

“Não cumpre na totalidade, muito fraco... Falta quase tudo: casa para habitar, apoio psicológico, trabalho...E os poucos que não encaminhados, desistem” (E9)

“Acho que não” (E10)

19. Relativamente à sociedade, sente algum tipo de discriminação?

“Não, nunca senti isso” (E2)

“Existem certos crimes que têm um grande rótulo... O meu irmão atirou-me à cara que nunca tinha roubado e estado preso, fiquei calado...” (E3)

“Nunca senti graças a Deus” (E4)

“Há esse estigma, se conhecem a gente não dão trabalho” (E5)

“Nota-se em algumas situações, aconteceu-me no café: “aquele é filho de fulano, esteve preso”. Mas dos amigos não...” (E6)

“Algumas... As pessoas não olham da mesma maneira... Os colegas de trabalho falam de mim sem me conhecerem” (E7)

“Somente alguns familiares mais afastados, são os piores” (E8)

“Sim, a sociedade é um bocado fechada... A maneira de pensar, sem conhecer as pessoas, só por ser ex-recluso ou toxicodependente. Para mim há crimes que não tem solução, violação, abuso de menores... Os vizinhos não me falam como antigamente... Uma vez encontrei um ex-recluso num café, o dono ficou a pensar que eu já estava a traficar” (E9)

“Nunca notei” (E10)

20. Quais as principais alterações que a sua vida teve depois de sair da prisão?

- “Pensar duas vezes antes de fazer. Agora, depois da 1.^a reclusão, qualquer coisa me pode fazer regressar” (E1)
- “Fiquei com mais paranoia, quando rodeado de gente, mais desconfiado, mais fechado” (E2)
- “A minha mulher passou a ex., disse que nunca mais ia aprender...” (E3)
- “Não senti alterações, sai sem consumos” (E4)
- “Espero que sirva de exemplo, não tenho idade para voltar, já são quase 50” (E5)
- “Não teve alterações, a prisionização foi para melhorar: estudos, leitura ...” (E6)
- “Constituir família, confiar, perdi muita confiança...Olhar mais por mim” (E7)
- “Sem alterações, voltei à mesma vida” (E8)
- “A prisão reeduca, principalmente através dos funcionários” (E9)
- “Não sinto alterações, sem dificuldades em adaptar-me” (E10)

21. Quais os objetivos para a vida futura?

- “Dar algum descanso à minha mãe” (Q1)
- “Não voltar mais à prisão, não quero o 3.º senão morro lá dentro” (Q2)
- “Tenho de por dinheiro em casa, na mesa” (E4)
- “Arranjar trabalho, evitar certos amigos... Tentar ir viver com a família (irmãos)” (E5)
- “Normalizar economicamente, realizar projetos com o meu filho, não regressar à cadeira, claro! (E6)
- “Constituir família, ter uma vida digna, afastar-me dessas coisas e ser respeitado” (E7)
- “Sair do país, afastar-me do ambiente complicado” (E8)

- “Espero que corra melhor, tenho objetivos de apoiar a família, melhores comportamentos e atitudes. Estar mais presente na família, com os netos mudar fraldas...” (E9)

-

22. Expectativas para o futuro.

“Positivos” (E1)

“Afastar-me um pouco da zona de consumos, dos amigos” (E2)

“Espero já não vir mais aqui, quero passar férias com a família, tentar retribuir o bem que me tem dado” (E4)

“Vai correr bem desta vez!! (E5)

“A coisa está negra, mas há-de resolver-se...” (E6)

“Boas, penso que sim, tenho força para chegar lá fora e que se concretize o que tenho na minha cabeça” (E7)

“Ainda não tenho capacidade para ter uma vida social boa” (E8)

23. Há alguma coisa que queira acrescentar?

“A reclusão fez-me abrir os olhos para a vida” (E1)

“Criminalidade dá cadeia, mais nada” (E2)

“Quando saí a 1.^a vez não tinha cabeça para me organizar, agora sinto-me mais organizado, empreendedor...” (E4)

“Tento realizar o meu percurso para sair o mais rápido possível, mas já sou repetido e vai demorar...” (E6)

“O Estado devia apoiar mais na reinserção social” (E8)

Anexo 4

Pedido de autorização



Exmo(a) Senhor(a)
António Luís Mendes Gonçalves Rosado
Antonio.Lrosado@dgjrs.mj.pt

V/ referência	N/ referência	Ofício N.º	Data
		202/CCCRE	22.09.2021

Assunto: Investigação académica para Mestrado em Sociologia pela Universidade do Algarve

Terho a honra de informar V. Exa que, por despacho do Sr. Subdiretor-Geral, Dr. Paulo Moimenta de Carvalho, datado de 22/09/2021, o Guarda António Luís Mendes Gonçalves Rosado está autorizado, no âmbito do Mestrado em Sociologia da Universidade do Algarve, a realizar a investigação académica no Estabelecimento Prisional de Olhão.

Mais se informa que a recolha de informação para fins académicos deverá ter lugar em tempo distinto daquele em que desempenha as suas funções profissionais.

Considerando o interesse do projeto, este estudo, foi autorizado, mediante as seguintes condições:

- a calendarização e modo de organização da pesquisa seja acordada com a Direção do Estabelecimento Prisional, por forma a que se conciliem os objetivos académicos com a exequibilidade do trabalho, sem perturbação do quotidiano;
- o desenvolvimento do estudo esteja sempre dependente da disponibilidade aos reclusos para colaborarem, reservando-se-lhes o direito de, a qualquer momento, poderem interromper a sua cooperação;
- o investigador fique obrigado a preservar o anonimato dos dados e das pessoas que venham a cooperar;
- do resultado final do trabalho, deve ser remetida cópia ao Centro de Competências de Comunicação e Relações Externas.